

Sumário

Número de notícias: 53 | Número de veículos: 36

CONJUR - CONSULTOR JURÍDICO - NOTÍCIAS
ANFIP

Prescrição intercorrente e aduana: uma réplica crítica e grata 5

POLÍTICA REAL - NOTÍCIAS
ANFIP

Sem comissões definidas e com Arthur Lira protagonista, GT da Reforma Tributária chamou atenção nesta terça-feira na Câmara dos Deputados 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CGU também investiga casos de joias em comitiva 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Valor de joias da Arábia supera o usual e aumenta suspeitas no caso 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nos EUA, presentes acima de US\$415 exigem autorização 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Diplomata que voltou com ministro diz que trouxe só artigos pessoais 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Chefe da Receita foi demitido 1 mês após apreensão 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ex-ministro omitiu apreensão em carta a árabes 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Militar que tentou reaver joias ganhou cargos em estatais 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ruralistas querem endurecer lei contra invasões de propriedades 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf livra Claro de autuação fiscal bilionária 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conselho julga autuações fiscais do Santander em bloco 21

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Demitido após não liberar presente 22

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Simbiose entre as esferas pública e privada - CAPINEJAR 24

Quarta-Feira, 8 de Março de 2023

O POPULAR - GO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dobra número de empreendedoras, mas com barreiras maiores.....25

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF apura desvio de R\$ 50 milhões em Auxílio Emergencial.....27

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita investiga fraudes de profissionais liberais no IR.....28

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consultor financeiro de BH fraudava IR de médicos e dentistas.....29

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Chefe da Receita envia áudio a auditores e anuncia bônus em meio a negociação de ajuste fiscal.....30

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comissões do Senado serão instaladas nesta quarta; oposição tenta negociar espaço com Pacheco.....31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Dia da Mulher: AGU ajuíza ações para cobrar R\$ 2,3 milhões de autores de feminicídios - EIXO CAPITAL.....33

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SEGURIDADE SOCIAL

Sem idade para lutar contra o machismo: elas dão voz às mulheres com mais de 50.....34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

"Multa por falta de igualdade salarial vai doer no bolso".....36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

De sindicalista a chefe do maior fundo de pensão da América Latina.....38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Se a Uber não gostar de um processo de formalização, eu sinto muito, diz Marinho.....40

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

O descrédito do crédito consignado - OPINIÃO JURÍDICA.....42

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Metade das MEIs da região é capitaneada por mulheres.....44

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

ALAGOAS TEM 2ª MENOR TAXA DE INFORMALIDADE ENTRE MULHERES NO NE.....46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro quer ampliar desoneração da folha de pagamento 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Se Uber quiser ir embora por discordar de regra trabalhista de apps, problema dela, diz ministro 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marinho sugere cobrar Previdência por receita 50

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Caminhos para receber "dinheiro de volta" 51

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marinho defende desoneração definitiva da folha 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e diplomacia de Haddad - LU AIKO OTTA 55

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal tem de ser simples, aplicável e factível, diz Vilma 57

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da tributária diz que base para aprovação é tarefa do governo 60

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO

Conselhão vai erodir de vez o "cercadinho" de Bolsonaro, diz Padilha 61

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Líder do governo, Jaques Wagner rebate Lira e afirma que Lula tem base 'consolidada' no Senado 65

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Cashback' de impostos: entenda como a reforma tributária pode devolver parte dos tributos no consumo aos mais pobres 66

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin diz que reforma tributária está 'madura' e que oposição 'vai ajudar' a aprová-la 68

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin diz confiar no avanço da reforma tributária devido a apoio da oposição 69

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em posse na FPA, Pedro Lupion condena invasão de terras e elogia Lira 70

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após Petrobras cortar preço da gasolina, defasagem dispara71

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

5 barreiras que o carro elétrico ainda enfrenta no Brasil73

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden propõe taxar mais os ricos para financiar saúde pública75

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB cai na África do Sul76

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes se organizam para ficar em dia com a Receita77

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Orçamento pune mulheres78

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Fed diz que juro pode subir mais que o previsto79

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Crise muda perfil de startups e investidores80

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IGP-DI desacelera, mas núcleo preocupa82

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Covid aumentou diferença de renda entre os gêneros83

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Comércio exterior chinês começa o ano em queda86

Prescrição intercorrente e aduana: uma réplica crítica e grata

Por Carlos Augusto Daniel Neto

Em nosso último artigo sobre prescrição intercorrente para multas aduaneiras, nos queixávamos sobre o letárgico desinteresse para o debate daqueles contrários à aplicação da Lei nº 9.873/99. Nesse contexto, foi com entusiasmo que lemos o artigo publicado por Rosaldo Trevisan, na coluna Território Aduaneiro, no dia 28/2/23, no qual aduz suas razões contrárias àquelas que temos defendido.

Há no texto um legítimo esforço dialético, típico da atividade que se pretende científica, até então carente no tema. Imbuídos desse mesmo espírito de debate, aproveitamos o ensejo para desenvolver um diálogo acadêmico e, sobretudo, entre amigos, trazendo algumas considerações que reputamos importantes aos pontos aduzidos no artigo em questão.

Karl Popper, em seu clássico *Lógica da Pesquisa Científica*, propõe ser a marca de uma teoria científica empírica a sua falseabilidade [1], isto é, a impossibilidade de sua verificação conclusiva somada à potencialidade de sua refutação futura. Sobre isso, Souto Maior Borges, no ensaio *Apologia do Erro*, afirma que as teorias buscam refúgio contra o erro numa espécie de idolatria, na exaltação do imobilismo intelectual, e afirma que esse processo de imunização contra os riscos do erro atua como um antídoto contra a investigação profunda que, em última análise, converge à negação da própria cientificidade [2].

Invertendo a ordem, essa breve consideração é endereçada à última provocação do artigo em questão: Que evento misterioso de 2020 teria dado azo a eventual mudança de posicionamento [?], que lograra comover alguns julgadores e ex-julgadores do **Carf** que já haviam adotado posicionamento diverso, ainda que não tenha havido alteração legislativa?

A resposta é simples: reflexão científica sobre o tema.

Pascal já dissera: não me envergonho de mudar de opinião, porque não me envergonho de pensar. O imobilismo mental talvez seja um privilégio exclusivo dos supremos gênios e dos inabaláveis mentecaptos - felizmente não nos enquadrámos em nenhum desses tipos infaustos.

As novas ideias não surgem no vácuo, mas são produto do homem e sua circunstância, parafraseando Ortega e Gasset.

Antes de provocarmos a reflexão ora criticada (aqui), havíamos tratado sobre o alcance direto e por remissão do Decreto nº 70.235/72, oportunidade esclarecemos que alguns processos administrativos aduaneiros, relativos à aplicação de multas dessa natureza, somente estavam sujeitos a esse rito por força de regras remissivas, como o artigo 23, §3º, do Decreto-lei nº 1.455/76 (aqui). Por outro lado, deparamo-nos com o contraste entre precedentes dos TRFs, declarando a prescrição intercorrente da Lei nº 9.873/99 às multas aduaneiras, ao passo que o **Carf** sequer analisava a aplicação dela aos créditos não tributários, por força de uma aplicação mecânica da Súmula nº 11, cujos precedentes envolviam apenas créditos tributários. A diferença desses regimes jurídicos, per se, justifica o distinguishing na aplicação da súmula, proposto à época, para que se avançasse sobre a discussão técnica sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.873/99 para créditos não tributários analisados pelo **Carf**.

Como se vê, não foi preciso um DeLorean, um ciborgue de outro tempo ou qualquer deus ex machina para que o problema fosse evidenciado. Bastou a disposição e a postura de abertura mental a novas reflexões científicas, a partir de ponderações pretéritas ou paralelas.

Aliás, tampouco é necessária alteração legislativa para se que se possa refletir sobre os sentidos atribuídos aos textos legais. O Direito é rico em casos nos quais o dispositivo seguia idêntico, mas alterou-se a norma construída a partir dele. A distinção entre texto e norma é tão cediça que dispensa elaborações adicionais.

Mas vamos ao ponto central do artigo. O autor afirma que a MP nº 1.859-17/99 alterou o artigo 5º, para afastar a aplicação da Lei nº 9.873/99 aos processos e procedimentos de natureza tributária. E concluiu que tal restrição seria em função da natureza do processo ou procedimento, e que o rito processual previsto no Decreto 70.235/1972, no entanto, é de natureza tributária, envolvendo inclusive institutos previstos na **legislação tributária**. Em suma, no seu entender, qualquer matéria submetida ao rito do Decreto nº

70.235/72 se tornaria processo tributário .

Há nessa conclusão três evidentes problemas a serem endereçados, sucessivamente.

O seu principal argumento parece ser quanto à restrição incluída no artigo 5º da lei ser decorrente da natureza do processo ou procedimento . Com respeitosa vênia, trata-se de uma afirmação equivocada, e que ignora ou omite os fundamentos expressos que acompanharam a citada alteração .

Atendendo ao alvissareiro conselho do autor pela identificação da origem das normas para buscar sua contextualização e sua compreensão teleológica/finalística ou sistêmica , verificamos a Mensagem nº 1.002 de 1999 [3] , do ministro Pedro Malan. Nela se afirmou que a mudança se deu em razão da ocorrência de determinações judiciais pelo arquivamento definitivo de processos de natureza tributária por entenderem pela aplicabilidade da MP nº 1.859-16/99 a essa matéria.

Aduziu a exposição de motivos que contudo, a matéria tributária, por determinação constitucional, deve ser tratada em sede de lei complementar, não podendo ser atingida por disposições de lei ordinária , pugnando pelo estabelecimento da exceção a esse respeito. Ou seja, a redação do artigo 5º da Lei nº 9.873/99 decorreu do fato de a prescrição e decadência tributárias serem matérias privativas de lei complementar , tratadas no CTN, o que não se dá com as multas aduaneiras, o que foi ratificado no REsp nº 1.115.078/RS.

A exceção do artigo 5º absolutamente nada tem a ver com o processo ou procedimento em si, mas com o regime do direito material que está sendo discutido . E não poderia ser de outro jeito, pois tanto a prescrição intercorrente , como a prescrição e a decadência , são aspectos do direito material vindicado no processo, e não do rito processual ou procedimental (não é à toa que processualmente são questões preliminares de mérito - artigo 487, II do CPC -, com aptidão de gerar coisa julgada material).

Se hipoteticamente o Decreto nº 70.235/72 fosse revogado, e o PAF passasse a ser regido pela Lei nº 9.784/99, de caráter geral, duas conclusões são absolutamente pacíficas:

1) a aplicação da Lei nº 9.873/99 seguiria vedada aos créditos tributários , por não depender do procedimento, mas natureza da matéria analisada, sujeita a lei complementar; e

2) os demais processos de outras matérias, sujeitas ao mesmo rito da Lei nº 9.874/99, não se tornariam

automaticamente processos tributários , afastando-lhes eventual aplicabilidade da Lei nº 9.873/99.

Novamente, com a devida vênia e sob a lição de Scarpinella Bueno, a distinção entre diversos tipos de processos decorre dos distintos direitos materiais a serem aplicados por cada um , podendo haver desde uma diferenciação total de procedimentos (e.g. processo civil e penal), passando por uma coincidência parcial (e.g. processo civil e trabalhista), até uma coincidência total (e.g. processo civil e do consumidor) [4] . Aliás, desafio a demonstrarem uma situação na qual o regime jurídico do direito material vindicado seja determinado pelo seu rito processual, e não o contrário: o caráter unidirecional dessa influência decorre da própria noção de instrumentalidade do processo .

Ultima ratio , a posição do autor impor a aplicação do CTN para qualquer matéria sujeita ao Decreto nº 70.235/72, já que, em seu entender , o rito procedimental supostamente determinaria o regime material (conflitando, e.g. , com a Súmula **Carf** nº 184).

O Decreto nº 70.235/72 certamente regula diretamente processos de natureza tributária , conforme estabelece o seu artigo 1º. Disso não é possível se depreender que qualquer matéria sujeita ao rito desse Decreto passe a ter natureza de processo tributário , o que implicaria reconhecer que a adoção do rito teria o condão de alterar o regime jurídico material do direito vindicado, o que não faz qualquer sentido lógico .

O Decreto-lei nº 1.455/76, no seu artigo 23, §3º, assim como as diversas regras de remissão legislativa existentes nessa matéria [5] , estabelece que se observem o rito e as competências estabelecidos no Decreto no 70.235 . Em momento algum ele equipara a multa que estabelece a um crédito tributário, mas simplesmente determina que se siga o conjunto procedimental lá estabelecido, para a condução do processo dessa matéria **aduaneira**.

Ademais, o próprio **Carf**, na Portaria ME nº 260/2020, em seu artigo 3º, II, c [6] reconhecia a existência de outras espécies de processos de competência do **Carf** , que não os tributários descritos no artigo 1º do Decreto nº 70.235/72.

Tampouco se pode concordar com o terceiro ponto, de que o Decreto nº 70.235/72 envolveria institutos da **legislação tributária** como a suspensão da exigibilidade do crédito, o caráter privativo do **AFRFB** para lançamento, e o julgamento em duplo grau.

Em relação ao primeiro item, esclareça-se que só há que se cogitar de prescrição intercorrente no PAF em razão da suspensão de exigibilidade da pretensão

estatal , caso contrário estaria correndo o prazo prescricional. Em segundo lugar, a Lei nº 9.873/99, no seu artigo 1º-A, prescreve que o direito da administração de executar créditos não tributários só nasce com o encerramento do processo administrativo, do que se depreende a suspensão da sua exigibilidade no seu curso. É o que se dá em relação a diversas outras exigências decorrentes do poder de polícia da União e seus órgãos, como Aneel [7] , Anatel [8] , Anvisa [9] , ANP [10] e Ibama.

Quanto ao caráter privativo da **AFRFB** para lançamento, verifica-se que a competência para multas aduaneiras e créditos tributários é comum à **Receita Federal**, mas que distinção entre as matérias é reconhecida estruturalmente no próprio artigo 1º da Lei nº 11.457/07, que estabelece que esse órgão tem por finalidade a administração tributária e **aduaneira** da União , o que atrai a competência para lançamento de créditos dessas duas naturezas, por força do artigo 53 da Lei nº 4.320/64.

E, por fim, o duplo grau de jurisdição no PAF foi amplamente reconhecido pelo STF no precedente representativo da Súmula Vinculante nº 21 do STF (ADI 1.976 relator: ministro Joaquim Barbosa, P, j. 28/3/2007).

Qual seria a incompatibilidade desses institutos com a cobrança de multas aduaneiras? Não há .

O autor aduz também que o funcionamento do Conselho de Contribuintes denotaria uma ausência de preocupação em relação à prevenção de eventual prescrição intercorrente , e que em 1999 supostamente não haveria clareza na distinção entre processos tributários e aduaneiros, invocando a exposição de motivos do Decreto-lei nº 2.472/1988.

Sob renovadas vênias, isso não justificaria a inobservância pretérita da distinção entre créditos tributários e não tributários, traçada desde a Lei nº 4.320/64 (não obstante concordemos com o autor quanto a existência de hipóteses que possam ensejar controvérsia sobre a natureza da sanção), considerando que ninguém pode se escusar de cumprir a lei, alegando não a conhecer (artigo 3º da Lindb). Muito menos serviria esse argumento à deconsideração presente e futura da distinção, considerando a clareza e notoriedade que ostenta há algum tempo.

Em seguida, o autor traz um apanhado de precedentes do **Carf** que teriam supostamente rejeitado a aplicação da prescrição intercorrente da Lei nº 9.873/99 a diversas multas aduaneiras (acórdãos nº 3403-001.655, 3802-001.731, 3403-002.746, 3102-002.348 etc .).

Mais uma vez, peço vênias para discordar diametralmente da leitura do autor dos referidos precedentes. Em todos os precedentes citados houve a aplicação direta e incontestada da súmula nº 11 do **Carf** , cujo emprego mecânico e acrítico a casos não contemplados pelos seus acórdãos paradigmas foi exatamente a razão da nossa crítica inicial.

Em nenhum dos casos de multas aduaneiras foi afastada a súmula nº 11, para que se discutisse a tipicidade entre elas e as hipóteses da Lei nº 9.873/99 (ainda que para rejeitá-la, eventualmente), razão pela qual não se pode dizer que a referida lei foi rejeitada materialmente pelo **Carf**, já que sequer chegou a ter a sua aplicação analisada.

Aliás, mesmo após as provocações feitas e toda a discussão sobre o tema, a questão segue sendo um tabu no âmbito do **Carf**, com um amplo e ostensivo desestímulo à sua discussão, apesar das diversas razões apresentadas para que ela seja repensada. Não obstante, não tenho dúvidas de que a percepção geral é de que a complexidade da discussão é muito maior do que se imaginava originalmente, não se esgotando na aplicação automática da súmula.

A pergunta que sempre nos fizemos foi: de onde vem tamanho receio de discutir com seriedade a aplicação da Lei nº 9.873/99 ao processo administrativo?

Em postura oposta a essa, Rosaldo Trevisan demonstra abertura à discussão científica, prometendo uma trilogia de artigos a respeito do tema, os quais aguardamos, ansiosos pela leitura.

Não obstante nossa absoluta divergência com os argumentos apresentados, pelas razões que foram analítica e respeitosamente postas acima, temos que louvar a iniciativa de debater o tema no campo da autoridade dos argumentos, e não dos argumentos de autoridade, com a tecnicidade e seriedade que ele merece.

Citando novamente o saudoso mestre Souto Maior Borges, a arte de evitar erros (...) deve ser substituída pela arte, muito mais elevada, que consiste em assumir-lhes a responsabilidade, aprender com eles e tentar evitá-los no futuro [11] . Os erros não devem ser bolas de ferro atadas que nos fazem prisioneiros, mas molas que impulsionam a novas ideias, potencialmente falíveis.

Afinal, é pelos erros que respira a ciência.

[1] POPPER, Karl. Lógica da Pesquisa Científica . São Paulo: Cultrix, P. 42-44.

[2] BORGES, José Souto Maior. Ciência Feliz, 3ªed. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p.26.

[3] Disponível no link <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/14427?sequencia=259> , com acesso em 28/2/2023.

[4] Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, v. 1, 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020, p.66 ess.

[5] Para uma listagem exaustiva, v. DANIEL NETO, C.A.; RIBEIRO, D. D. A Aplicabilidade da Prescrição Intercorrente da Lei n. 9.873/99 às Multas Aduaneiras - Análise Crítica dos Argumentos do Debate. RDTA 50. São Paulo: IBDT, 2022, p.91.

[6] c) das demais espécies de processos de competência do **CARF**, ressalvada aquela prevista no § 1º do art. 2º.

[7] Resolução Normativa Aneel nº 26/2004, art. 26.

[8] Resolução Anatel nº 612/2013: Art. 81.

[9] Lei nº 6.437/77: Art. 32.

[10] Decreto nº 2953/99, Art. 24.

[11] Ob.cit., p. 28.

Carlos Augusto Daniel Neto é sócio do escritório Daniel & Diniz Advocacia Tributária, em estágio pós-doutoral em Direito Tributário na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutor em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Direito Tributário pela PUC-SP, ex-conselheiro titular da 1ª e 3ª Seções do **Carf**, pesquisador do NEF/FGV e do Nupem/IBDT e professor permanente do mestrado profissional do Cedes e de diversos cursos de pós-graduação.

Site: <https://www.conjur.com.br/2023-mar-08/direto-carf-prescricao-intercorrente-aduana-replica-critica-grata>

Sem comissões definidas e com Arthur Lira protagonista, GT da Reforma Tributária chamou atenção nesta terça-feira na Câmara dos Deputados

(Brasília-DF, 08/03/2023) Ainda sem uma definição sobre a definição no comando das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e face as declarações do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL) de que o Governo não tem base para aprovar a **reforma tributária**, mas existe uma vontade política para se aprovar um texto, todas as atenções se voltaram na tarde de hoje para a reunião do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** (PEC 45/19).

O GT aprovou hoje, 07, requerimentos que incluem vários convidados nas audiências públicas programadas para os próximos dias e abrem espaço para a realização de seis debates regionais no Amazonas, Goiás, Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Roraima. Na prática, porém, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo, ampliou um dos requerimentos para que fiquem pré-aprovadas audiências em todo os estados conforme o interesse dos deputados.

O deputado Saullo Vianna (UNIÃO-AM) disse que o debate em Manaus pode mudar a visão que alguns têm sobre a Zona Franca:

"Infelizmente, muitas pessoas acham que o que tem na Zona Franca de Manaus é uma maracutaia. Onde os produtos vão para lá apenas para serem embalados e distribuídos; para que se use da isenção fiscal, do incentivo fiscal; quando isso na verdade é uma grande mentira".

OCDE

O deputado Jonas Donizette (PSB-SP) disse que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o Brasil não conseguirá ser aceito na OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, se mantiver o sistema tributário atual. O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) voltou a lembrar da urgência de mudar o sistema:

"Nós perdemos 10% das indústrias nos últimos dez

anos. Continuar com este sistema tributário significa destruir o restante que nós temos. Porque nós temos o pior, o mais complexo, o mais confuso, o mais inseguro e o mais judicializado sistema tributário do mundo", disse.

Dois requerimentos aprovados convidam vários representantes do setor de comércio e serviços para falarem nos debates do colegiado. E o deputado Reginaldo Lopes requereu a vinda de fiscais tributários como o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**, **Vilson Romero**.

Nesta quarta-feira, o grupo de trabalho da **reforma tributária** terá uma audiência pública sobre as Propostas de Emenda à Constituição (PEC 45/19 e PEC 110/19, que tramita no Senado). Foram convidados o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), autor da PEC 45; e o senador Davi Alcolumbre (União-AP), autor da PEC 110. Também devem falar o ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA), relator da PEC 110; e o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

(da redação com informações de Agência Câmara de Notícias. Edição: Genésio Araújo Jr.)

Site: <http://www.politicareal.com.br/noticias/tempo-real/594430/sem-comissoes-definidas-e-com-arthur-lira-protagonista-gt-da-reforma-tributaria-chamou-atencao-nesta-terca-feira-na-camara-dos-deputados>

CGU também investiga casos de joias em comitiva

Henrique Lessa

Depois da Polícia Federal, da **Receita Federal** e do Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União (CGU) também entra no caso das joias dadas pela Arábia Saudita à família Bolsonaro. O órgão informou, ontem, que fará apuração própria. Trata-se de uma investigação preliminar sumária (IPS), que tem como objetivo analisar os presentes doados pelo governo do país do Oriente Médio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. A CGU justificou a entrada na investigação em função das autoridades que podem estar envolvidas e da possível participação de **servidores públicos** de diversos órgãos federais no caso da entrada ilegal no país de joias avaliadas em mais de R\$ 16,5 milhões para Michelle, sem contar o estojo masculino destinado a Jair Bolsonaro, que não foi interceptado na alfândega em Guarulhos.

A CGU informou em nota que o procedimento investigativo aberto tem um caráter preliminar, que não busca responsabilizar ninguém, mas que pode resultar no arquivamento do caso, se não se confirmarem indícios de infração; na instauração de um processo administrativo disciplinar, para a responsabilização de servidores envolvidos em infrações; ou em caso de indícios de uma infração menor, na celebração de um termo de ajustamento de conduta (TAC).

O órgão federal também informou em nota que, durante o processo de investigação, as informações e documentos apurados serão mantidos em sigilo até o fim das investigações e arquivamento do processo ou julgamento dos servidores envolvidos.

ENTREGA O segundo pacote de joias trazido pela comitiva do Ministério de Minas e Energia, em 26 de outubro de 2021, foi entregue pessoalmente a Jair Bolsonaro em novembro do ano passado. Documento divulgado ontem pelo jornal O Estado de S. Paulo mostra que declaração atestando o recebimento dos itens foi visualizada pelo ex-presidente. O documento aponta que o estojo, até então de paradeiro desconhecido, continha um relógio com pulseira de couro, um par de abotoaduras, uma caneta rose gold e um anel, todos da marca suíça Chopard.

Além de citar o conteúdo do pacote, o documento tem a assinatura do funcionário Rodrigo Carlos do Santos

em 29 de novembro do ano passado e um campo assinalado positivamente para a questão "visualizado pelo presidente?".

As joias trazidas pelo então ministro Bento Albuquerque em 2021 ficaram por mais de um ano nos cofres do Ministério de Minas e Energia. No mesmo voo em que o estojo foi transportado ao Brasil, um outro conjunto com colar, brincos relógio e anel avaliado em R\$ 11,5 milhões chegou ao país, mas foi apreendido pela **Receita Federal** quando um assessor do ministro tentou entrar ilegalmente com elas em território nacional. Essas peças, porém, foram apreendidas pela **Receita Federal** quando o assessor do ministro também tentou entrar com elas ilegalmente no país.

No sábado passado, Jair Bolsonaro, que segue nos Estados Unidos, negou que recebeu as joias e que foram trazidas de forma ilegal. O ex-presidente também desmentiu a hipótese de que os presentes seriam destinados a Michelle Bolsonaro. A legislação determina que presentes trocados entre países, como o caso das joias oriundas do governo saudita, devem ser direcionados ao acervo público.

SERIADO Um dos agentes responsáveis por garantir a apreensão das joias supostamente destinadas à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, o auditor-fiscal da **Receita Federal** Mario de Marco Rodrigues de Souza teve seu trabalho retratado na série "Aeroporto - área restrita", do Discovery +. De Marco, como é conhecido na Receita, atua como delegado-adjunto e substituto do maior aeroporto da América Latina, o terminal de Guarulhos.

O seriado em que o auditor-fiscal aparece detalha os bastidores das operações de fiscalização em Guarulhos. Nas cenas, é possível ver que agentes investigam malas com fundo falso e até a fuga de passageiros suspeitos que são perseguidos pela **Receita Federal**, no momento do embarque. Em um episódio da série, De Marco mostra sua rotina de controle aduaneiro, quando intercepta uma passageira tentando entrar no país com caixas de brinquedos e celulares irregulares, que seriam posteriormente vendidos.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/03/2023/p1>

Valor de joias da Arábia supera o usual e aumenta suspeitas no caso

Igor Gielow são paulo

Entre os aspectos nebulosos do caso das joias presenteadas pela Arábia Saudita que iriam para Jair e Michelle Bolsonaro está o valor dos produtos apreendidos pela Receita Federal em 2021, que o Planalto e outros órgãos tentaram reaver sem sucesso.

O valor alegado do conjunto de joias e uma estatueta ornamental de cavalo, de US\$ 1 milhão (R\$ 5,15 milhões) no auto de apreensão inicial e 3 milhões (R\$ 16,5 milhões) numa avaliação posterior, é enorme mesmo para o padrão perdulário da Casa de Saud, que fundou o reino petrolífero em 1932.

Os valores fizeram saltar os olhos de diplomatas com experiência em protocolo, dado que usualmente são menores, ainda mais para países com relação bilateral não muito intensa, caso de Brasil e Arábia Saudita. Uma comparação possível dada a transparência americana é avaliar o quanto os sauditas destinaram em mimos para autoridades dos EUA, seu maior aliado político e militar.

Em 2015, o Escritório do Chefe do Protocolo do Departamento do Estado fez um balanço dos dez presentes mais caros dados a presidentes, primeiras-damas e outras autoridades desde 2002. Nove eram sauditas -países árabes têm a tradição de enviar presentes mais caros. No Ocidente, isso é visto como ostentação: a França costuma dar vinhos.

Ao todo, Riad deu US\$ 5,2 milhões, em valores não deflacionados, ou 75% do total de presentes que chegaram à Casa Branca e adjacências. Corrigido só esse total, o que é impreciso porque os agrados foram distribuídos ao longo dos anos, chega-se a US\$ 6,56 milhões hoje -ou R\$ 33 milhões, mais que o dobro do teto de valor atribuído ao pacote apreendido pela Receita.

Em 2003, o reino deu seu presente mais caro registrado: um quadro retratando caçada de búfalos do americano C.M. Russell avaliado em US\$ 1 milhão (US\$ 1,63 milhão hoje, ou R\$ 8,4 milhões) para George W. Bush, então esbanjando poder após a invasão do Iraque -que não foi apoiada pelos aliados sauditas, contudo.

Em segundo lugar começam a brilhar o ouro, os diamantes, esmeraldas e rubis. Ele é ocupado pelos US\$ 780 mil (US\$ 985 mil corrigidos, ou R\$ 5 milhões) em diamantes e afins dados em 2014 a Teresa, a mulher de John Kerry, então responsável pela diplomacia de Barack Obama e hoje enviado de Joe Biden para questões climáticas.

Outra Michelle, a Obama, caiu nas graças diplomáticas de Riad. Só em 2014, ela recebeu US\$ 1,3 milhão (US\$ 1,64 milhão deflacionado, ou R\$ 8,4 milhões) em dois conjuntos separados de joias, de toda forma aproximadamente um terço do total que teria sido enviado para a sua colega brasileira na mochila de um assessor do então ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia).

Esse período de maior gastança coincide com o final do reinado de Abdullah bin Abdulaziz al Saud, que assumiu em 2005 mas afastou-se por motivos de saúde do governo a partir de 2010, até sua morte aos 90 anos em 2015.

De lá para cá, as coisas ficaram bem mais modestas, relativamente. O ídolo de Bolsonaro Donald Trump, por exemplo, teve como destaque na sua coleção de presentes sauditas um painel com colunas ornadas de caligrafia árabe doado em 2017 de US\$ 14,4 mil (US\$ 17,6 mil hoje, ou R\$ 90 mil).

O brasileiro, hoje na Flórida, está na lista dos que quiseram agradar Trump, no caso com um banco de madeira esculpida em forma de onça-pintada, avaliado em US\$ 1.175 «112019 (US\$ 1.370 hoje, ou R\$ 7.060).

Com tudo isso e a opacidade das versões em torno do que realmente ocorreu -negativas de Bolsonaro acerca de conhecimento pelo caso foram confrontadas com oito tentativas de seu governo de reaver o conjunto apreendido-, diplomatas questionam a natureza do presente saudita. Outro ponto obscuro é o fato de que um segundo presente, que escapou do Fisco, ficou um ano no Ministério das Minas e Energia até ser encaminhado ao Planalto.

A Folha entrou em contato com a embaixada do reino em Brasília, mas ainda não teve resposta. Como o jornal mostrou, seja qual fora a origem do agrado, o Planalto considerava que ele iria ou para o acervo

pessoal de Bolsonaro ou para o da Presidência.

Nos EUA, todo presente com valor superior a US\$ 415 (R\$ 2.136) dado a funcionário público tem de ser entregue aos superiores e catalogado. Uma vez por ano a lista de presentes é atualizada pelo Escritório do Chefe do Protocolo e publicada online. Ninguém fica com nada, sendo o destino de tudo os Arquivos Nacionais, por vezes alimentando as bibliotecas presidenciais.

A exceção é para quem está disposto a pagar pelo valor de mercado do presente, como a então secretária de Estado Hillary Clinton fez com um colar de quase US\$ 1.000 que ganhou em 2012 (hoje valendo US\$ 1.300, ou R\$ 6.700) da líder birmanesa Aung San Suu Kyi. Mas ela desistiu de repetir a dose com os US\$ 400 mil (US\$ 550 mil, ou R\$ 2,8 milhões hoje) que a Arábia Saudita lhe deu em joias em 2010.

Do governo de Joe Biden só há disponível o relatório sobre 2021, primeiro ano de seu mandato. Ele ou sua família nada ganharam dos sauditas. Seu secretário de Estado, Antony Blinken, levou um pacote de tâmaras, um vaso e mel, no valor de US\$ 630 (R\$ 3.200).

O presente mais caro que Biden ganhou foi do arquirrival Vladimir Putin, quando a Guerra da Ucrânia não estava no horizonte: um jogo de canetas em estojo de laca de US\$ 12 mil (R\$ 62 mil).

Ex-secretário da Receita nega ter interferido no caso

O ex-secretário da **Receita Federal** Julio Cesar Gomes negou nesta terça-feira (7) ter interferido pela liberação das joias apreendidas no aeroporto de Guarulhos para o então presidente Jair Bolsonaro (PL). Em nota, disse que pedido feito em ofício pelo ajudante de ordens do ex-presidente, tenente-coronel Mauro C id, "não tinha como objeto a sua liberação a quem quer que seja, mas a doação pela **Receita Federal** para a incorporação dos itens à documentação histórica, órgão da Presidência da República".

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50209>

Nos EUA, presentes acima de US\$415 exigem autorização

Thiago Amâncio Washington

Se Jair Bolsonaro fosse presidente dos EUA, precisaria de autorização do Congresso para receber as joias da Arábia Saudita que ficaram retidas pela **Receita Federal**. E, se quisesse ficar com elas para si após o fim do mandato, deveria desembolsar os R\$ 16,5 milhões em que foram avaliadas e comprá-las do governo federal.

Está no primeiro artigo da Constituição dos EUA: nenhum membro do governo "deve, sem o consentimento do Congresso, aceitar qualquer presente, lucro, cargo ou título de qualquer rei, príncipe ou Estado estrangeiro".

Hoje, segundo os Arquivos Nacionais, um presidente americano recebe cerca de 15 mil presentes por ano, de pessoas do próprio país e estrangeiros. Como seria impossível para o Congresso analisar todas essas peças, o governo estabeleceu um limite de valor para que os mandatários possam receber os mimos sem problemas.

Esse valor, estabelecido e revisado a cada três anos pelo GSA (Administração de Serviços Gerais), é hoje de US\$ 415 (R\$ 2.155). Isso significa, por exemplo, que o então presidente Donald Trump não precisou de autorização do Congresso para receber a camisa da seleção brasileira de Bolsonaro na Casa Branca em 2019, que nos EUA custa US\$95 (R\$493).

Os presidentes que quiserem podem ficar com os objetos após deixarem o cargo se pagarem ao governo o valor de mercado -a regra vale apenas para presentes de estrangeiros, objetos ofertados por cidadãos nacionais podem ser mantidos.

A compra raramente acontece, mas o ex-presidente George W. Bush comprou uma espingarda de US\$ 14 mil que recebeu no cargo, além de equipamentos de ciclismo.

A necessidade de consentimento do Congresso já é uma concessão, porque na fundação dos EUA como país tentou-se proibir o recebimento de qualquer tipo de presente para evitar corrupção.

Nos Artigos da Confederação, espécie de primeira Constituição do país, de 1777, o texto era escrito sem

a ressalva da autorização do Legislativo. A norma, porém, gerou problemas por recusar uma antiga tradição diplomática.

"A cláusula se provou problemática na prática. As potências estrangeiras presenteavam seus emissários americanos que partiam [do país] com os mesmos tipos de presentes que costumava m dar a outros diplomatas, e os novos americanos tiveram que descobrir como adequar a proibição americana com a prática internacional padrão", escrevem os professores Zephyr Teachout e Seth Barrett Tillman em artigo para o site do National Constitution Center.

Na época, assim como agora, diamantes presenteados por um governo estrangeiro também causaram polêmica -e foram o motivo para a mudança na legislação.

A norma foi testada em 1785 quando o rei da França Luís 16 deu a Benjamin Franklin, um dos "pais fundadores" dos EUA e então embaixador no país, uma caixa de rapé (tabaco em pó para cheirar) encrustada de 408 diamantes.

Ele foi acusado de corrupção, mas, depois de debate na opinião pública, o Congresso da época permitiu que mantivesse o presente. Aberto o precedente, a Constituição, feita dois anos depois, trazia a ressalva de que os presentes poderiam ser aceitos com autorização do Congresso.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50209>

Diplomata que voltou com ministro diz que trouxe só artigos pessoais

**Tháisa Oliveira, Julio Wiziacke Ricardo Della Coletta
brasil**

O diplomata Christian Vargas, terceiro integrante da comitiva do ministério de Minas e Energia que viajou à Arábia Saudita em outubro de 2021, afirma ter retornado ao Brasil carregando apenas seus artigos pessoais e que, ao desembarcar no aeroporto de Guarulhos (SP), não portava itens oferecidos como presentes oficiais ao governo Jair Bolsonaro (PL).

"Minhas funções eram estritamente de assessoramento político-diplomático e não incluíam aspectos logísticos e de protocolo, como troca de presentes, que ficavam a cargo do Ajudante de Ordens do Ministro [Bento Albuquerque, titular da pasta]", disse Vargas, em nota enviada à Folha.

"Devo dizer que ninguém me solicitou, em nenhum momento, que transportasse qualquer pacote ou bagagem alheia. E, se isso tivesse ocorrido, eu evidentemente teria me negado a fazê-lo. Ingressei em território brasileiro, pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos, somente com minha bagagem e meus pertences pessoais e, ao passar pelo controle da **Receita Federal**, não foi detectada qualquer irregularidade", concluiu o diplomata.

Vargas, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para chefiar a embaixada brasileira em Havana (Cuba), acompanhou o então ministro Albuquerque a Rio de Janeiro, por ocupar à época o cargo de chefe da assessoria internacional da pasta.

Albuquerque, Vargas e o militar Marcos André dos Santos Soeiro participaram na Arábia Saudita do lançamento da iniciativa Oriente Médio Verde. Bolsonaro fora convidado, mas enviou Albuquerque como seu representante.

No retorno ao Brasil, ao passarem pela aduana no aeroporto de Guarulhos, Soeiro foi selecionado pela Receita para fiscalização e teve apreendido o conjunto de joias avaliado em R\$ 16,5 milhões, que seria um presente do governo saudita para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Outro pacote de artigos de luxo que estava com a delegação entrou no país sem ser interceptado pela Receita. Incluía relógio, caneta, abotoaduras, anel e

um tipo de rosário, da marca suíça de diamantes Chopard. Um recibo mostra que os itens foram entregues ao Palácio do Planalto no fim de 2022, cerca de um ano após o ingresso no país.

No sábado (4), Albuquerque disse à Folha que os presentes foram separados em duas malas e divididos entre os demais integrantes da comitiva. O ex-ministro também afirmou que passou pela alfândega portando apenas artigos pessoais e que o estojo contendo relógio, caneta, abotoaduras e rosário ingressou no país pelas mãos dos assessores que o acompanhavam.

Ele não citou os nomes de Soeiro -que teve a bagagem fiscalizada pela Receita- e Vargas, embora os dois fossem os únicos integrantes da delegação encabeçada por Albuquerque.

A Folha procurou novamente o ex-ministro para saber se ele mantinha a versão dada no sábado, diante da afirmação de Vargas que não ingressou no país com o segundo conjunto presentes, mas ele não quis comentar.

A Receita vai apurar as circunstâncias da entrada no Brasil desse segundo conjunto de joias enviado pelos sauditas por intermédio da missão chefiada por Albuquerque.

Em nota na segunda (6), a Receita afirmou que "tomará as providências cabíveis no âmbito de suas competências para esclarecimento e cumprimento da legislação **aduaneira**, sem prejuízo de análise e esclarecimento a respeito da destinação do bem".

Bens adquiridos no exterior que tenham valor superior a US\$ 1.000 (pouco mais de R\$ 5.000) precisam ser declarados à Receita na entrada no Brasil. Quando ultrapassam esse valor, eles estão sujeitos à cobrança do imposto de importação, que é de 50% sobre o excedente.

"Ninguém me solicitou, em nenhum momento, que transportasse qualquer pacote ou bagagem alheia. E, se isso tivesse ocorrido, eu evidentemente teria me negado a fazê-lo" Christian Vargas diplomata, integrou comitiva de viagem do Ministério de Minas e Energia à Arábia Saudita em outubro de 2021, em nota à Folha

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50209>

Chefe da Receita foi demitido 1 mês após apreensão

Trinta e sete dias após a tentativa de comitiva do governo Jair Bolsonaro (PL) de entrar ilegalmente no País com joias de R\$ 16,5 milhões para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro, o secretário da **Receita Federal** à época, José Tostes, perdeu o cargo no órgão. Da retenção dos diamantes em São Paulo, em outubro de 2021, até a saída de Tostes, houve três tentativas frustradas de reaver os itens.

No lugar de Tostes, o então presidente Jair Bolsonaro colocou o auditor fiscal de carreira Julio Cesar Vieira Gomes. No mês próximo da família do ex-presidente, Vieira Gomes intercedeu em favor do governo para recuperar as joias retidas.

Tostes, que era servidor aposentado da Receita quando comandava o órgão, era bem avaliado pela área técnica, mas enfrentava resistência da família Bolsonaro por causa da indicação do corregedor do órgão e das investigações sobre rachadinha envolvendo o filho do ex-presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). No Diário Oficial, a exoneração de Tostes foi publicada com a informação de que ocorreu "a pedido". Procurado, o ex-secretário não respondeu. a.f. e a.b.

Ex-ministro omitiu apreensão em carta a árabes

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque omitiu, em carta enviada ao príncipe da Arábia Saudita, Abdulaziz bin Salman Al Saud, a apreensão de joias oferecidas ao então presidente Jair Bolsonaro e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Na correspondência, datada de 22 de novembro de 2021, Bento afirma que os presentes recebidos do regime saudita foram incorporados ao acervo brasileiro "de acordo com a legislação nacional e o código de conduta da administração pública".

Contudo, nenhum dos itens -a caixa de joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões, presente para Michelle, que não foi liberada no aeroporto, e outro embrulho com um relógio, uma caneta, um par de abotoaduras, um anel e um tipo de rosário, destinado supostamente a Bolsonaro -havia sido incorporado ao acervo naquela data.

Este segundo conjunto de itens, da marca suíça Chopard, ficou guardado no cofre do Ministério de Minas e Energia por mais de um ano, até chegar à Presidência da República, em 29 de novembro de 2022, de acordo com assessores de Bento Albuquerque.

"A respeito dos presentes gentilmente oferecidos pelo governo saudita, devido ao seu valor artístico e material, eles foram devidamente incorporados ao acervo oficial brasileiro, de acordo com a legislação nacional e o código de conduta da administração pública", afirma trecho da carta.

No texto, Albuquerque também agradeceu a participação no evento Oriente Médio Verde, para o qual viajou como representante do governo brasileiro na ocasião.

Os dois pacotes não foram declarados à **Receita Federal** quando o então ministro e sua equipe retornaram ao Brasil. As joias foram apreendidas na alfândega do aeroporto de Guarulhos quando um auxiliar de Albuquerque tentou entrar com o estojo escondido na mochila em outubro de 2021, conforme revelou o jornal O Estado de São Paulo.

Já o pacote com o relógio e demais itens passou sem ser percebido pelos fiscais.

EXPLICAÇÕES À RECEITA A **Receita Federal** busca o domicílio fiscal para intimar Albuquerque.

O objetivo é que ele explique a entrada desse segundo pacote de joias que teria entrado ilegalmente no país e sido posteriormente entregue à Presidência da República.

O ex-ministro pode ser multado por não ter declarado os bens -não há estimativa ou avaliação pública desse segundo lote de joias.

Procurado, Albuquerque informou em nota que o governo brasileiro tomou as medidas cabíveis: "Esclareço que o governo brasileiro tomou as medidas cabíveis e de praxe, como sempre ocorreu, em relação aos presentes institucionais ofertados à Representação Brasileira, integrada por Comitativa do Ministério de Minas e Energia, que participou de evento diplomático na Arábia Saudita, em outubro de 2021. Em função dos valores histórico, cultural e artístico dos itens, o Ministério encaminhou solicitação para que o acervo recebido tivesse o seu adequado destino legal."

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Militar que tentou reaver joias ganhou cargos em estatais

NICOLAS IORY nicolas.iory@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

O ex-chefe de gabinete de Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia do governo Jair Bolsonaro, foi indicado para cargos em empresas estatais no fim do mandato do ex-presidente.

José Roberto Bueno Junior foi um dos primeiros servidores a empenhar esforços, em 2021, para tentar reaver as joias de R\$ 16,5 milhões trazidas do Oriente Médio e que seriam um presente da família real saudita à então primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Contra-almirante da Marinha e formado em Ciências Navais, Bueno Junior foi nomeado para a diretoria executiva da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar). O militar assumiu o cargo de diretor de Gestão Corporativa e Sustentabilidade em 11 de novembro, dias após o segundo turno da eleição. Seu mandato na estatal criada pelo governo Bolsonaro vai até 3 de janeiro de 2024.

A ENBPar é acionista controladora da Eletronuclear e indicou Bueno Junior para presidir seu conselho de administração.

A indicação foi aprovada em assembleia geral realizada em 9 de dezembro de 2022.

A remuneração mensal autorizada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais para os diretores da ENBPar é de R\$ 37.802 -os ocupantes do cargo têm direito ainda a 13º, 14º e 15º salários.

Por sua participação no conselho de administração da Eletronuclear, Bueno Junior também tem direito a receber por mês cerca de R\$ 3.780 (um décimo da remuneração dos diretores da empresa).

Bueno Junior também integrou o conselho fiscal da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), entre maio de 2021 e setembro de 2022. A participação em conselhos de estatais rende aos servidores gratificações pagas pelo governo (jetons). Na PPSA, o então chefe de gabinete de Albuquerque ganhou cerca de R\$ 7 mil por mês.

No episódio da apreensão das joias trazidas da Arábia

Saudita pela comitiva de Albuquerque, Bueno Junior enviou ofício à **Receita Federal** em 3 de novembro de 2021, dias depois do conjunto de diamantes ser retido. No documento, o então chefe de gabinete afirmou que o ministro esteve em Riad para o lançamento da Iniciativa Oriente Médio Verde e que, na ocasião, "foram oferecidos, por autoridades estrangeiras, alguns presentes à representação brasileira".

Bueno Junior disse que, uma vez que o ministro não poderia recusar ou devolver os presentes, "se faz necessário e imprescindível que seja dado ao acervo o destino legal adequado".

O ofício foi enviado acompanhado de algumas fotos dos eventos dos quais Albuquerque participou. Em uma das imagens, o ministro posa com membro da família real saudita segurando a miniatura de cavalo que depois seria apreendida junto às joias em Guarulhos.

Albuquerque, que deixou o Ministério de Minas e Energia em maio de 2022, portanto antes da indicação de Bueno Junior para a ENBPar, não quis comentar o assunto. O GLOBO não conseguiu contato com o ex-chefe de gabinete.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Ruralistas querem endurecer lei contra invasões de propriedades

Rafael Walendorff De Brasília

A bancada ruralista vai tentar alterar a legislação para endurecer as penas para quem invadir terras produtivas no país.

Parlamentares também preparam requerimentos ao governo e à **Receita Federal** para obter os dados das pessoas envolvidas nos atos e possíveis financiadores dos movimentos.

O PL deve propor ainda uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações recentes, segundo afirmou o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR).

O conjunto de propostas é uma reação às recentes invasões feitas pelo MST no sul da Bahia e pela FNL em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Na Bahia foram invadidas propriedades da Suzano Papel e Celulose. As invasões da FNL em fazendas paulistas e sul-matogrossenses se deram no chamado "carnaval vermelho".

"O sistema penal brasileiro e a legislação não preveem punição severa e rígida referente a invasão de propriedades", disse o líder ruralista.

Segundo ele, já existem dois projetos antigos em tramitação na Câmara dos Deputados e que a bancada tentará acelerar a votação.

Um deles é um projeto de lei apresentado em 2003, do deputado Alberto Fraga (PL-DF) - trata a invasão de propriedade privada produtiva como um ato de terrorismo.

Uma outra proposta - Projeto de Lei 8262/2017, do deputado André Amaral (MDB-PB) - altera a legislação para retirar do cadastro da reforma agrária as áreas invadidas e impedir que pessoas que participam de invasões sejam beneficiárias de assentamentos e outros programas sociais do governo. Os projetos ainda não estão prontos para votação no plenário.

Segundo o deputado, a estratégia passa também pela solicitação de informações sobre os atos mais recentes. "Existem iniciativas de partidos e bancadas. O PL está com estratégia de entrada de uma CPI e

tem a questão do Novo entrando com uma proposta de fiscalização e controle (PFC), solicitando informações", disse.

"Existe também um outro requerimento para a **Receita Federal** para entender de onde vem o financiamento das invasões e também uma PFC com apoio da FPA, da deputada Caroline De Toni, para ter claro acesso aos dados sobre custos, financiamentos, envolvidos e pessoas que estão sendo beneficiadas com as invasões", acrescentou.

O presidente da bancada ruralista ainda apontou que a falta de ação dos governos federal e estadual pode abrir espaço para novas invasões, mas disse que houve mudança de postura dos ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, em relação às últimas ações.

"Temos uma percepção de que já houve uma reação por parte do governo federal, uma mudança total de discurso dos ministros Fávaro e Paulo Teixeira, que já condenaram as invasões de terras produtivas, já condenaram a invasão de áreas privadas. Existe uma visão positiva da FPA de ações contundentes contra essa onda de invasões.

Prevemos que vai haver diminuição a partir desses acontecimentos", concluiu Lupion.

Lupion disse ainda que as ondas de invasões do MST e do FNL são movimentos separados. "Existe a pressão política da ala mais à esquerda deste governo por uma participação maior na tomada de decisões do governo", opinou. Ele afirmou ainda que outro movimento distinto é o de invasões comandadas pela Frente Nacional de Luta (FNL), cujo líder, José Rainha, foi preso em São Paulo, no último sábado, acusado de extorquir fazendeiro para não realizar invasões de propriedades.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187486?page=1§ion=1>

Carf livra Claro de autuação fiscal bilionária

Beatriz Olivon De Brasília

A Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** derrubou a maior parte de uma autuação recebida pela Claro de R\$ 1,944 bilhão (valor atualizado em 2017). A decisão da 1ª Turma foi proferida por maioria dos votos (seis votos a dois). A estimativa é de que tenha sido mantido só cerca de R\$ 250 milhões do valor da cobrança.

O Fisco cobra Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL por amortizações de ágio consideradas indevidas entre 2009 e 2012. O caso envolve uma série de operações feitas pela Claro para a aquisição das empresas Tess e ATL no início dos anos 2000, que teriam gerado dez ágios. A amortização de todos eles foi questionada em uma única autuação fiscal.

O valor integral de quase R\$ 2 bilhões foi indicado pela empresa em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 2017.

Uma parte da autuação havia sido cancelada pela 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção em julgamento realizado pelo **Carf** em 2017. A Fazenda havia perdido a maior parte e a estimativa, na época, era de que o valor da autuação havia caído para cerca de R\$ 500 milhões.

A Fazenda então entrou com recurso para tentar reavivar o valor integral da autuação (R\$1,944bilhão), o que não foi aceito pela Câmara Superior.

Por isso, só uma fatia do valor total foi julgada. Já o recurso da empresa foi parcialmente aceito para ter o mérito julgado.

A estimativa de fonte ouvida pelo Valor é de que cerca de metade dos R\$ 500 milhões foi mantida. A parte que não foi aceita foi por falta de paradigma (caso similar decidido em sentido contrário, que é exigência para se recorrer à Câmara Superior).

Na sustentação oral, o advogado que representou a Claro, João Agripino Maia, do escritório Schmidt Valois, explicou que a operação teve que ser feita em várias etapas e ao longo de anos por causa da legislação do setor de telecomunicações.

O Decreto nº 2.617, de 1998, limita a participação de empresa estrangeira no setor. Como a Claro é controlada pela mexicana América Móvil, as aquisições foram feitas em etapas e por meio de

adiantamento para futuro aumento de capital (Afac) até serem concluídas em 2003.

A **Receita Federal** considerou, porém, que a empresa realizou um planejamento tributário inadequado, inclusive com ágio interno. Não haveria propósito negocial na forma como foram feitas algumas das operações, segundo a fiscalização.

Nos três pontos em que o recurso da Claro foi aceito em 2017, por maioria, a operação foi feita por meio de Aface a amortização foi realizada depois da autorização da operação pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (nº 16561.720180/2014-38).

O relator na Câmara Superior, Luis Henrique Marotti Toselli, representante dos contribuintes, aceitou o pedido da empresa.

Mesmo o conselheiro Luiz Tadeu Matosinho Machado, representante da Fazenda disse não ver simulação nas operações. Para ele, há indicação de existência de propósito negocial, pela durabilidade dos negócios realizados e investimentos feitos.

O conselheiro Fernando Brasil de Oliveira Pinto, representante da Fazenda, também seguiu o voto do relator.

Para ele, quando o uso da holding se justifica até por questões regulatórias e para concretizar o negócio, não se trata de empresa veículo.

Os demais conselheiros representantes dos contribuintes também seguiram o relator. Os demais representantes da Fazenda divergiram e ficaram vencidos.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) aguarda a publicação do acórdão para decidir se irá apresentar embargos à decisão. O objetivo desse recurso é apontar omissões no julgado. A Fazenda não pode recorrer à Justiça.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486>

Conselho julga autuações fiscais do Santander em bloco

Um conjunto de três processos administrativos sobre ágio relativos ao Santander foi julgado ontem pela 1ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

A **Receita Federal** cobrava IRPJ e CSLL de amortizações de ágio gerado em diferentes operações. A Fazenda saiu vitoriosa em dois julgamentos. Mas, no terceiro caso, uma tese relevante foi definida a favor dos contribuintes.

No terceiro caso, a decisão foi parcialmente favorável ao banco, dando uma sobrevida à discussão, já que o processo voltará a ter outros pontos analisados pelo órgão.

Uma etapa prévia no julgamento de mérito dos casos de ágio continua relevante: o "conhecimento" dos recursos. Foi por causa do conhecimento que os conselheiros julgaram apenas um dos pontos apresentados pela Fazenda para questionar a vitória do Santander sobre a amortização de ágio do Banespa.

Para o Fisco, a amortização de ágio, para ser legítima, precisa ter confusão patrimonial. A Receita alega que o banco Santander não teria preenchido as condições legais para deduzir os encargos de amortização do ágio gerado quando da aquisição das ações do Santander Holding (processo n 16561.720194/2013-71).

O pedido foi negado no voto de qualidade. Os representantes dos contribuintes ficaram vencidos.

A autuação exige IRPJ, CSLL multa de 75% e juros. Trata-se de ágio gerado fora do Brasil e depois transferido para empresa nacional. Com a decisão fica mantida uma autuação de valor histórico de cerca de R\$ 344 milhões, segundo fonte.

Outro julgado trata de ágio gerado na aquisição do banco Noroeste.

Nesse caso o recurso do Santander não foi conhecido então o mérito, nem chegou a ser analisado.

O ponto central nessa discussão de ágio era o laudo apresentado. Na sustentação oral realizada em fevereiro, a advogada do banco, Ana Paula Schincariol

Lui Barreto, sócia do escritório Mattos Filho Advogados, destacou a existência de laudo para embasar a operação. Mas, na sessão de hoje, o pedido não foi conhecido por maioria de votos, apenas um conselheiro, representante dos contribuintes, ficou vencido.

Na terceira autuação, a Receita cobra IRPJ e CSLL (cerca de R\$ 200 milhões, valor indicado no processo) pela apuração de um conjunto de infrações. Foram levantadas várias questões como a existência de propósito negocial, possibilidade de despesa com amortização de CSLL e a existência de propósito negocial em face da estrutura alternativa de aproveitamento do ágio (nº 16327.721046/2011-84).

A tese vencida pelo banco, por maioria de votos, foi a possibilidade de haver ágio mesmo quando a operação se dá quando há pagamento por meio de ações. Para o Fisco era necessário haver pagamento em dinheiro.

O caso trata da compra do Sudameris pelo ABN (depois adquirido pelo Santander). A operação foi feita em duas etapas. A primeira, por meio de pagamento em dinheiro, gerou um ágio que foi aceito pela Receita. Já na segunda etapa o pagamento se deu por meio de ações o que, segundo o Fisco, não geraria ágio amortizável. Por maioria de votos, esse ponto foi aceito pela Câmara Superior. Ficaram vencidos três conselheiros representantes dos contribuintes (nº 16327.721530/2012-94).

O caso voltará para a turma baixa.

O valor original da autuação é estimado em cerca de R\$ 190 milhões, segundo fonte.

Por meio de nota, o Santander diz que as autuações são infundadas. Informa também que vai aguardar a publicação da decisão para análise dos recursos cabíveis

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486>

Demitido após não liberar presente

Trinta e sete dias após integrantes do governo Jair Bolsonaro tentarem entrar ilegalmente no país com um conjunto de joias presenteado pelo regime da Arábia Saudita para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro, sem declarar na alfândega, o secretário da **Receita Federal** à época, José Tostes, perdeu o cargo.

Antes da queda de Tostes, quatro tentativas já tinham ocorrido para tentar entrar com as joias no país. O primeiro ato foi a decisão da comitiva do então ministro de Minas e Energia (MME), Bento Albuquerque, de entrar com as joias sem declará-las.

Depois, o próprio Albuquerque voltou à área restrita e tentou levar os pacotes, informando que se tratava de presentes para Michelle. O terceiro ato foi o envio de ofício do MME ao Ministério de Relações Exteriores (MRE), em 3 de novembro de 2021, solicitando ajuda. O MRE, por sua vez, pediu informações para saber que providências tomar para liberar.

No lugar de Tostes, o presidente Jair Bolsonaro colocou o auditor fiscal de carreira e especialista em direito tributário Julio Cesar Vieira Gomes, nomeado cinco dias depois para chefiar a Receita. Julio Cesar era pessoa próxima da família Bolsonaro.

O decreto de nomeação assinado por Bolsonaro seria publicado no dia 7 de dezembro de 2021. A escolha, porém, já era conhecida anteriormente.

No dia 3 de dezembro, a informação da troca de comando da Receita foi vazada pela imprensa, no bojo de uma "grande reestruturação" nas secretarias do Ministério da Economia, com a criação da Secretaria Especial de Estudos Econômicos e troca de titulares. A estratégia, na prática, era a de esvaziar o impacto da demissão de Tostes com a notícia de mudanças importantes na equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes.

Tostes, que já era servidor aposentado da Receita quando

comandava o órgão, era bem avaliado pela área técnica em geral.

Guedes demitiu Tostes, que estava em atrito com a família Bolsonaro, também por causa da nomeação em tomo de indicação do corregedor da Receita, um posto que interessava. Tostes foi avisado no dia anterior a esse vazamento de que o presidente queria

o seu cargo. No Diário Oficial, a exoneração foi publicada com a informação de que teria sido "a pedido".

Rachadinha

À frente da Receita, Tostes sempre esteve sob pressão da família do ex-presidente Bolsonaro, em razão das investigações da denúncia da prática de rachadinha na Assembléia do Rio de Janeiro contra o seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Procurados pelo jornal O Estado de S. Paulo, Tostes e Guedes não responderam ao pedido de entrevista.

ENTRADA ILEGAL

Em 26 de outubro de 2021, o então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e seu assessor Marcos André Soeiro desembarcaram no aeroporto de Guarulhos do voo 773, proveniente da Arábia Saudita. O assessor trazia na mochila o estojo com as joias (um colar, um par de brincos, um anel e um relógio) para o casal Bolsonaro, acompanhadas de um certificado de autenticidade da marca Chopard. O militar optou pela saída "nada a declarar" para deixar a área do terminal sem registrar a posse dos bens estimados em R\$ 16,5 milhões, infringindo a legislação. A manobra foi frustrada.

ACARTEIRADA

Com a apreensão, o ministro voltou para a área restrita do aeroporto e alegou que era um presente para a primeira-dama. No ato de apreensão, foi dada ao almirante a opção de declarar que se tratava de um presente de um governo para outro.

Mas o ministro não aceitou. Se o fizesse, as joias seriam tratadas como propriedade do Estado brasileiro e, seguindo os trâmites burocráticos, poderiam ser liberadas.

PRESSÃO SOBRE A RECEITA 1

O Itamaraty é acionado por Jair Bolsonaro e pede, em 3 de novembro de 2021, à Receita, para que tome "providências necessárias para liberações dos bens retidos". O governo começa a mudar a versão e dizer que as joias eram para o acervo, sem especificar qual. A Receita volta a informar que só seria possível fazera retirada mediante procedimentos de praxe, com

quitação de multa e imposto devido.

PRESSÃO SOBRE A RECEITA 2

No mesmo dia, o gabinete de Albuquerque reforça a pressão. O ministro também passa a usar uma versão que a destinação seria para o acervo, novamente, sem dizer para qual. A Receita mantém a apreensão.

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

Simbiose entre as esferas pública e privada - CAPINEJAR

Há uma confusão entre esfera privada e pública nos cargos executivos, desde os tempos da corte portuguesa.

É a mais longeva doença da política brasileira, que continua a contagiar os representantes do voto popular. Não vejo vacina ética sendo produzida pelo Butantan.

O poder cria um deslumbramento onipotente de obter vantagens e privilégios pessoais durante o exercício de funções governamentais.

O primeiro caso emblemático recente é o uso do ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), de diárias e de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para comparecer a um leilão de cavalos de raça em janeiro, sob a justificativa de que se tratava de uma viagem "urgente". Acho que o governo brasileiro não está interessado em adquirir cavalos de puro-sangue. Ou estaria realizando um movimento subterrâneo para a volta da monarquia e da carruagem real.

Se Lula demorar a exonerá-lo, acabará passando pano para R\$ 140 mil que saíram dos cofres dos contribuintes para custear as despesas do ministro.

Outra situação misteriosa são as joias dadas pelo governo da Arábia Saudita para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, avaliadas em 3 milhões de euros (R\$ 16,5 milhões) e retidas na alfândega em mochila do militar Marcos André dos Santos Soeiro, que assessorava o então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O fato aconteceu em outubro de 2021, e só veio à tona recentemente, em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

A legislação brasileira impõe a declaração de bens vindos do Exterior com valor superior a mil dólares. Todos que viajam sabem disso. Querer passar com essa fortuna escondida é contrabando, sonegação de imposto de importação. O cavalo de Troiafoi muito mal-ajambrado. Era impossível desconhecer o que vinha sendo levado numa mochila. Ninguém carrega pacote às cegas pela triagem da **Receita Federal**.

É uma ingenuidade que não combina com o rigor detalhista da diplomacia.

Até porque a Petrobras havia acabado de vender uma refinaria por US\$ 1,8 bilhão para um grupo da Arábia Saudita, e o mimo soaria como propina em caso de favorecimento particular.

A gestão de Bolsonaro poderia receber o colar, o anel, o relógio e o par de brincos de diamantes a título de presente oficial, o que não é ilegal. Seriam propriedades do Estado, não da família do ex-presidente, não para serem levadas no frete com o fim do mandato.

As relíquias ficariam no Palácio do Planalto e, certamente, teriam sido saqueadas ou destruídas na invasão de 8 de janeiro, em que houve depredação de grande parte do acervo artístico e arquitetônico da história brasileira.

Mas daí já seria loucura de minha parte acreditar que as joias estariam sendo poupadas de um infortúnio futuro. Prefiro não cair em teorias de conspiração.

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

Dobra número de empreendedoras, mas com barreiras maiores

Angelita Pereira de Lima, reitora da UFG: fundamental o tema da mulher no empreendedorismo, na inovação e na tecnologia (Foto: Wildes Barbosa / O Popular)

As mulheres goianas empreendem cada vez mais. A participação delas no número total de empreendedores formais no mercado chegou aos 42% em 2022, o dobro dos 21% em 1980. Ao longo deste tempo, elas derrubaram muitas barreiras e reduziram desigualdades no mercado. Mas, apesar dos avanços, ainda são muitos os desafios, que passam pelo alto índice de informalidade, renda menor que a dos empreendedores homens e o desafio de conciliar trabalho e maternidade.

É o que mostra o estudo Perfil da empreendedora goiana: o empreendedorismo por mulheres e seus desafios, divulgado nesta terça-feira (7) pelo Sebrae Goiás e pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em comemoração ao Mês da Mulher. Os números fazem parte da base de dados órgãos como IBGE, **Receita Federal** e Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg) e mostram, por exemplo, que 84% das empregadoras e 72% daquelas que trabalham por conta própria ainda não possuíam CNPJ, ou seja, estavam na informalidade.

Elas ainda são a grande maioria na liderança de empreendimentos em atividades como serviços domésticos. O estudo também mostra que ainda persiste uma diferença de 30% entre a renda de mulheres e homens empreendedores. "Mas essa diferença vem diminuindo. Aos poucos, elas estão ocupando espaços antes majoritariamente masculinos", diz a analista da Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae, Polyanna Marques Cardoso.

Para ela, o problema da informalidade é geral, afetando homens e mulheres, um dos fatores que motivaram a criação do programa Microempreendedor Individual (MEI). "Ainda há muito trabalho a fazer para levar informações sobre a importância e os benefícios da formalização, como a possibilidade de ampliar o faturamento ao emitir notas fiscais", destaca. Polyanna acredita que estes cenários de desigualdade estão sendo modificados aos poucos.

Um exemplo é o crescimento da participação feminina na construção civil, atividade conhecida pelo trabalho mais pesado. Mas ela admite que as mulheres ainda

têm desafios maiores que os dos homens, como os cuidados com os filhos e a casa. "Elas são mais cobradas em relação a isso, mas são corajosas e se permitem desafios", ressalta. O estudo revelou que 70% das mulheres que conciliam a maternidade com a gestão de um negócio já pensaram em desistir de empreender por conta de desafios como a dificuldades para encontrar alguém para ficar com os filhos, fazer a gestão do tempo entre trabalho e vida em família e o fato de se sentirem frequentemente cansadas.

A reitora da UFG, professora Angelita Pereira de Lima, avalia que o estudo é como um observatório para verificar os avanços, recuos e os limites importantes para se intervir. Para ela, é fundamental o tema da mulher no empreendedorismo, na inovação e na tecnologia. "Isso nos impõe desafios, como prospectar efetivas melhorias para essas mulheres empreendedoras", analisa. Angelita acredita que o empreendedorismo da mulher impacta no desenvolvimento de pequenas e médias cidades, o que desafia as instituições a apresentarem soluções e qualificá-las cada vez mais.

Segundo especialistas, muitos negócios montados por mulheres nascem de desafios e necessidades de seu dia a dia. Um exemplo é do da proprietária da loja Cantinho do Cachorro no Shopping Estação Goiânia, Waldirene Glês Bertoldo Martins, que começou a empreender depois de precisar produzir roupas e acessórios para sua poodle Mel, por não encontrar opções bonitas e em conta no mercado.

(Foto: Arte de O Popular)

Perda dos pais motivou iniciativa de sucesso

O estudo Perfil da Empreendedora Goiana, divulgado nesta terça-feira (7) pelo Sebrae Goiás e pela Universidade Federal de Goiás (UFG), confirma os desafios de conciliar a maternidade e o empreendedorismo e revela que 78% das empreendedoras abriram seus próprios negócios depois de serem mães. Para elas, apesar de desafiador, é possível exercer a maternidade e gerenciar o empreendimento ao mesmo tempo, pois desenvolvem características importantes para empreender, como comprometimento, dedicação, responsabilidade e habilidade em multi tarefa.

A goiana Ana Claudia Camargo, CEO e fundadora da ITI1, edtech de educação continuada na área da saúde, começou a empreender quando seu filho tinha apenas oito dias de vida. "Ainda durante o período de resguardo, coloquei o bebê na cadeirinha do carro e saí prospectando alunos", conta. Ela lembra que sempre foi apaixonada por educação e fez um mestrado com o objetivo de se tornar professora universitária, ofício que exerceu por 20 anos.

Site: <https://opopular.com.br/digital/08-marco-2023/10-caderno>

Mas, quando perdeu a mãe por causa de diagnósticos errados e tratamentos inadequados, e o pai, vítima de tumores provocados pelos efeitos do Césio 137 descobertos já em estágio avançado, conforme conta, Ana Claudia diz ter percebido que muitos profissionais de saúde não estavam preparados para uma humanização com os pacientes, por isso cometiam muitos erros. Isso despertou nela o propósito de empreender na capacitação destes profissionais, unindo a experiência em docência com a área de saúde.

Em 2015, ela fundou a Faculdade ITI I, especializada em cursos voltados para as áreas técnica e de gestão. De lá pra cá, quase 7 mil alunos já passaram pelos quase 200 cursos da instituição. A CEO conta que 50% dos alunos estão no Centro-Oeste e 50% em outras regiões e até no exterior, em cursos on-line. Nas últimos dois anos, cresceu a procura de empresas pela formação técnica e de gestão.

"Fui transformada pela educação. que me trouxe uma perspectiva diferente das minhas origens", diz. Para Ana Claudia, geralmente as mulheres não são incentivadas por suas famílias a serem empreendedoras, mas para procurar carreiras mais estáveis e de menor risco, como um concurso público, pois elas precisam dividir o tempo com cuidados com a casa, marido e filhos.

No empreendedorismo, elas muitas vezes enfrentam mais desafios **impostos** por terceiros, como orçamentos errados e morosidade nos prazos de entrega. "Mas consigo ter uma linguagem adequada para cada perfil de colaborador que trabalha comigo, o que me ajuda muito na gestão da empresa", destaca. No último triênio, a ITH cresceu 131% em faturamento e 486% em número de alunos, que residem até em outros países, como Estados Unidos e Espanha, e passa por expansão. Depois de abrir um polo em São Paulo, um outro já foi inaugurado em Caldas Novas no início deste ano e o próximo será aberto em Goiatuba, neste mês de março. "O foco no próximo triênio é crescer em espiral no Centro-Oeste e Sudeste". avisa a empreendedora.

Ano Claudia Camargo, CEO e fundadora da ITH: rede em expansão

PF apura desvio de R\$ 50 milhões em Auxílio Emergencial

FRAUDE A Polícia Federal de Campinas, em São Paulo, cumpriu nesta terça-feira 47 mandados de busca e mais dois de prisão preventiva em uma operação contra fraudes no Auxílio Emergencial que chegam a R\$ 50 milhões. O alvo é uma organização criminosa que tem atuação em 12 estados e também no Distrito Federal.

As apurações foram realizadas em conjunto entre Polícia Federal, Ministério Público Federal, Ministério da Cidadania, Caixa, **Receita Federal**, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União. Este grupo foi denominado Estratégia Integrada de Atuação contra as Fraudes ao Auxílio Emergencial (Eiafae).

"Após análises de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e quebra de sigilos bancários, estima-se que a organização criminosa movimentou valores que ultrapassam os 50 milhões de reais, com mais de 10.000 (dez mil) contas fraudadas.", disse a PF, em nota à imprensa.

Os mandados foram expedidos pela 9a Vara federal de Campinas e foram cumpridos ao longo do dia em Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Tocantins e no DF. Também foi autorizado o bloqueio de bens e valores encontrados em nome dos investigados.

Cartões bancários, máquinas para efetuar pagamentos e outros objetos foram apreendidos em Brasília (DF), Goiânia (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO), São José do Rio Ribamar (MA), Alta Floresta (MT), Juína (MT), João Pessoa (PB), Paulista (PE), Recife (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paudalho (PE), Teresina (PI), Colorado (PR), Rio de Janeiro (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Machadinho d'Oeste (RO), Ariquemes (RO), Porto Velho (RO), São Leopoldo (RS), Guarulhos (SP), Sorocaba (SP), Ibiuna (SP), Valinhos (SP), Araras (SP), Marília (SP), Palmas (TO). Os dois mandados de prisão foram destinados a Goiânia e Brasília.

Ao todo, 37 envolvidos na operação que mobilizou 200 policiais federais estão sendo investigados pelos crimes de furto mediante fraude, estelionato e organização criminosa. As penas somadas ultrapassam 22 anos de prisão.

O Auxílio Emergencial foi lançado em abril de 2020 para ajudar os trabalhadores prejudicados pela pandemia da covid-19. As fraudes começaram a ser apuradas em agosto de 2020 após a Caixa Econômica Federal encaminhar informações à PF de Brasília sobre 91 benefícios do programa de renda complementar fraudados. Eles somavam R\$ 54,6 mil e tinham sido desviados para duas contas bancárias de pessoa física e de pessoa jurídica, residente e sediada em Indaiatuba (SP).

Ao longo da investigação instaurada na Delegacia de Polícia Federal de Campinas "milhares de outras fraudes foram reveladas", disse a PF: O rastreamento inicial das transações indicou que parte dos envolvidos estava situada em Goiás e Rondônia, sendo este último, estado lugar de residência de familiares da pessoa física residente em Indaiatuba. Outra etapa da investigação descobriu que os beneficiários suspeitos receberam valores que pertenciam a 359 contas do Auxílio Emergencial.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Receita investiga fraudes de profissionais liberais no IR

Brasília - O combate à prática de crimes de sonegação fiscal e estelionato é o objetivo da Operação Dark Book, da Polícia Federal (PF) em conjunto com a **Receita Federal**, realizada ontem. Segundo a PF, as investigações revelaram que com ajuda de um consultor financeiro e de um contador, declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de profissionais liberais, foram retificadas de modo a obterem ilegalmente valor maior a ser restituído pelo Leão ao contribuinte. A estimativa é de que o prejuízo ao erário chegue a R\$ 62 milhões.

"Durante os trabalhos, identificou-se que a consultoria também atuou junto a outras categorias profissionais. Foram empregados esforços para evitar o recebimento indevido de restituições", informou a Receita.

Na ação, da qual participaram dez auditores-fiscais e analistas tributários e 16 policiais federais, foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão, em Minas Gerais, expedidos pela 3a Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte.

A investigação apurou fraude relacionada a retificações de despesas constantes de livro-caixa de profissionais liberais, com o intuito de majoração de restituições indevidas do Imposto de Renda da Pessoa Física.

A **Receita Federal** fiscalizou os contribuintes que tiveram suas declarações retificadas e os autuou por não comprovarem as despesas declaradas. Esses contribuintes informaram que contrataram um consultor financeiro e um profissional de contabilidade para realizar a retificação e envio das declarações fraudulentas, mediante o pagamento de 20% dos valores recebidos indevidamente.

Durante os trabalhos, identificou-se que a "consultoria" também atuou junto a outras categorias profissionais. Foram empregados esforços para evitar o recebimento indevido de restituições.

A Justiça também decretou o sequestro e o bloqueio de bens e valores dos envolvidos. Os responsáveis pela consultoria tributária poderão responder judicialmente pelos crimes de estelionato e contra a ordem tributária. A pena prevista para o crime de estelionato majorado é de até cinco anos de reclusão e multa.

Regularização - A **Receita Federal** publicou Instrução Normativa RFB nº 2.130, de 31 de janeiro de 2023, para regulamentar a autorregulamentação de débitos tributários prevista no art. 3º da Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, mediante confissão e pagamento do valor integral dos **tributos** devidos sem a incidência da multa de mora e da multa de ofício.

A autorregularização poderá ser feita até 30 de abril de 2023, mediante abertura de processo digital no Portal e-CAC, disponível no endereço <https://gov.br/receita-federal>, e abrange débitos objeto de procedimento fiscal iniciado ou declaração de importação registrada até 12 de janeiro de 2023 (data da Medida Provisória), exceto débitos apurados no âmbito do Simples Nacional.

A Instrução Normativa RFB nº 2.135, de 28 de fevereiro, alterou a IN RFB nº 2.130, para abranger os **tributos** incidentes na importação. O disposto na IN RFB nº 2.135, de 2023, não se aplica às penalidades que não resultaram em falta de recolhimento de tributo incidente na importação, inclusive decorrente de infração sujeita a pena de perdimento.

Para as fiscalizações ou para as declarações de importação na hipótese prevista no § 2º do artigo 570 do Decreto nº 6.759, de 2009, observado o disposto no §2 do artigo 4-A da IN RFB nº 2.130, o importador, após a abertura do processo digital referido no artigo 3º da IN RFB nº 2.130, deverá retificar as respectivas declarações de importação e recolher os **tributos** devidos.

Nesse caso, a confissão e o respectivo pagamento dos débitos objeto de autor-regularização deverão ser realizados até o dia 30 de abril de 2023 para as fiscalizações, exceto para as declarações de importação na hipótese prevista no § 2º do artigo 570 do Decreto nº 6.759, de 2009, para as quais a confissão e o respectivo pagamento devem ocorrer previamente ao desembaraço aduaneiro. (ABr, com informações da **Receita Federal**)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-08-03-2023-2/>

Consultor financeiro de BH fraudava IR de médicos e dentistas

JOSÉ VÍTOR CAMILO

Esquema contava com contadora e atendia pelo menos 45 profissionais

Uma operação desmantelou, ontem, um esquema criminoso que fraudava declarações de Imposto de Renda de pelo menos 45 profissionais liberais da área da saúde na região metropolitana de Belo Horizonte. As fraudes, praticadas por um consultor financeiro e um escritório de contabilidade da capital mineira, causaram prejuízo de RS 62 milhões aos cofres públicos entre 2016 e 2020.

O esquema foi alvo, ontem, da operação Dark Book, deflagrada de forma conjunta por **Receita Federal**, Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF). Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão, que tiveram como alvos os escritórios e as casas do consultor tributário e da contadora.

Nos locais foram apreendidos documentos e dispositivos digitais que auxiliarão na investigação. Para diminuir o imposto e receber uma restituição maior, os investigados estariam inflando as despesas operacionais dos escritórios de médicos e dentistas e, para isso, cobravam 20% da restituição que seria recebida, como "taxa de performance".

Responsável pela investigação, o delegado da PF Áquila Filizzola explicou que a fraude consiste, basicamente, em aumentar artificialmente o chamado "livro-caixa" desses profissionais liberais da saúde. O livro, que acabou dando origem ao nome da operação, é usado para registrar as despesas operacionais dos escritórios, contemplando despesas como aluguel, condomínio, contas de água e luz e salários de funcionários, entre outros.

"A fraude consiste basicamente em pegar esse valor final das despesas operacionais e aumentar consideravelmente, por meio da chamada "declaração retificadora", que altera apenas o valor total da declaração. Durante a investigação, identificamos casos em que esse valor foi elevado em cerca de 700%", detalhou o policial.

"Foi verificada a existência de 143 declarações de imposto de renda retificadas, todas feitas em um mesmo computador e envolvendo esses 45

profissionais liberais", contou Rodrigo Brito Mendonça, superintendente adjunto da **Receita Federal**.

Com os materiais apreendidos na operação, a investigação irá verificar a participação dos profissionais da saúde nos crimes. "Existem contribuintes que são ludibriados por estas supostas consultoria", alerta Filizzola. Os mentores do esquema responderão por estelionato e eventuais crimes tributários que ainda serão identificados pela operação.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Chefe da Receita envia áudio a auditores e anuncia bônus em meio a negociação de ajuste fiscal

Julio Wiziack

Em áudio enviado para um grupo de auditores, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou, nesta terça-feira (7), que o decreto prevendo a liberação do pagamento de bônus por eficiência aos fiscais deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva "entre hoje e amanhã".

A gravação foi divulgada em um grupo de que fazem parte os superintendentes, secretários e coordenadores da Receita e foi transmitida para entidades que representam a categoria -Unafisco e Sindifisco.

"O decreto do bônus já está pronto para a assinatura do presidente", disse Barreirinhas no áudio a que a Folha teve acesso.

"Passou por todos os setores da Casa Civil e, por conta disso, chamei os dois sindicatos para dar essa notícia. Pode ser assinado a qualquer momento, não tenho governança sobre isso. De fato, está completamente pronto. Se não foi assinado hoje, será assinado amanhã", disse.

O secretário afirmou ainda que o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, foi um "parceiraço" (sic) emitindo um parecer que deu a fundamentação orçamentária para sustentar a proposta que passou pela Casa Civil.

O chefe da Receita lembrou que Ceron -que "não tem nada a ver com a história"- foi secretário da Fazenda de São Paulo e, por isso, sabe da importância "de uma remuneração digna, que incentive, mas também de uma reparação histórica", diz Barreirinhas no áudio.

O secretário não detalhou qual foi, afinal, a proposta que será assinada pelo presidente Lula.

As discussões sobre o pagamento do bônus de eficiência para os auditores fiscais vêm sendo travadas desde 2016 e já foram alvo de críticas do TCU (Tribunal de Contas da União).

Durante os debates em torno do decreto, os bônus

para auditores da ativa -passariam de R\$ 3 mil para R\$ 9 mil. Os servidores inativos passariam a ganhar R\$ 6 mil em vez de R\$ 1.820.

Com o reajuste, um servidor com remuneração do topo da carreira, poderá chegar ao teto do funcionalismo -R\$ 39 mil mensais.

Se esses números forem mantidos, a conta significa um aumento de quase R\$ 900 milhões por ano para os cofres da União. A medida em prol dos servidores da Receita seria assinada no momento em que o governo ainda articula com o Congresso medidas do pacote fiscal anunciado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) para reduzir o rombo das contas públicas neste ano -entre eles, a volta de **tributos** federais sobre combustíveis e mudanças nas regras do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**.

O decreto chega no momento em que os auditores estão no centro do episódio envolvendo a apreensão de joias que ingressaram no país ilegalmente por meio de um integrante da comitiva do Ministério de Minas e Energia em outubro de 2021.

Marcos Soeiro, assessor especial do então ministro Bento Albuquerque, entrou no país sem declarar que estava trazendo um suposto presente do governo da Arábia Saudita no valor de R\$ 16,5 milhões - um conjunto de jóias femininas da marca suíça Chopard que seriam destinadas à então primeira dama Michelle Bolsonaro. O caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo .

O ex-presidente Jair Bolsonaro tentou reaver esses objetos valiosos e acionou até o então secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, que pressionou outro auditor no aeroporto de Guarulhos para a liberação.

Em ambos os casos, os auditores cumpriram sua função e não cederam às pressões.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/chefe-da-receita-envia-audio-a-auditores-e-anuncia-bonus-em-meio-a-negociacao-de-ajuste-fiscal.shtml>

Comissões do Senado serão instaladas nesta quarta; oposição tenta negociar espaço com Pacheco

Por Sara Resende, TV Globo - Brasília

Parte das comissões permanentes do Senado será instalada nesta quarta-feira (8), e também serão eleitos os presidentes dos colegiados.

Até a noite desta terça (7), foi marcada oficialmente a abertura dos trabalhos das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Infraestrutura (CI), de Educação (CE) e de Meio Ambiente (CMA).

Mas há expectativa de que outros colegiados também sejam instalados, como a principal comissão da Casa, a de Constituição e Justiça (CCJ), que deve continuar sendo comandada por Davi Alcolumbre (União-AP), principal aliado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em fevereiro, Pacheco foi reeleito com 49 votos contra 32 do seu adversário Rogério Marinho (PL-RN), ex-ministro do governo Jair Bolsonaro.

Senadores alinhados ao projeto de Pacheco se uniram à base aliada do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e fizeram um acordo em que a oposição não ficaria com nenhum cargo na Mesa Diretora nem com a presidência de qualquer uma das comissões.

Contudo, diante da necessidade de governabilidade, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e o senador Humberto Costa (PT-PE), reconheceram nesta terça que ceder espaço à oposição pode ser importante.

Apesar disso, nos bastidores, parlamentares ligados ao PT e ao PSD, partido de Pacheco, estão resistentes à ideia e acham que, como essa ala bolsonarista quis disputar no voto a Presidência da Casa, deve ficar de fora da distribuição dos cargos.

Rogério Marinho e senadores de oposição já se posicionaram contrários a medidas provisórias cuja aprovação são importantes para o governo, como a que devolve o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para a estrutura do Ministério da Fazenda e a que trata do voto de qualidade do

Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

Senadores do bloco da oposição, composto por PL, PP, Republicanos e Novo, conversaram com Pacheco e solicitaram a presidência de duas comissões e a suplência de cargos da Mesa.

Aliados de Pacheco informaram que ele não descartou ainda a possibilidade e pode tentar abrigar opositoristas em algum dos cargos.

Caso não consigam nenhuma vaga, líderes opositoristas afirmaram que vão lançar candidatura própria para disputar o comando dos colegiados.

Ainda nesta terça, Jayme Campos (União-MT), confirmou que foi convidado por Pacheco para presidir novamente o Conselho de Ética, que não funciona no Senado desde 2019.

As comissões têm a atribuição de indicar emendas parlamentares, investimentos em obras e políticas públicas nos estados, motivo que as tornam cobiçadas entre os parlamentares.

Líderes ouvidos pela TV Globo confirmaram os seguintes nomes favoritos para a Presidência das comissões:

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ): Davi Alcolumbre (União-AP)

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Comissão de Relações Exteriores (CRE): Renan Calheiros (MDB-AL)

Comissão de Educação (CE): Flávio Arns (PSB-PR)

Comissão de Infraestrutura (CI): Daniella Ribeiro (PSD-PB)

Comissão de Assuntos Sociais (CAS): Humberto Costa (PT-PE)

Comissão de Meio Ambiente (CMA): Leila Barros
(PDT-DF)

Comissão de Direitos Humanos (CDH): Paulo Paim
(PT-RS)

Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT): Carlos
Viana (Podemos-MG)

Conselho de Ética: Jayme Campos (União-MT)

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/08/comissoes-do-senado-serao-instaladas-nesta-quarta-oposicao-tenta-negociar-espaco-com-pacheco.shtml>

Dia da Mulher: AGU ajuíza ações para cobrar R\$ 2,3 milhões de autores de feminicídios - EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuíza hoje, Dia Internacional da Mulher, 12 ações contra autores de feminicídios em busca do ressarcimento de R\$ 2,3 milhões. A quantia representa o custo estimado pelo **INSS** com o pagamento de benefícios de pensão por morte aos dependentes das vítimas. Os casos foram identificados com o auxílio de informações da Divisão de Análise Técnica e Estatística (DATE) da Polícia Civil do Distrito Federal. Em todos eles, os réus estão presos em razão dos crimes que cometeram, sendo que, em 11 casos, já há sentença condenatória proferida.

Uma das ações envolve o caso de uma vítima que convivia com o réu em união estável havia sete anos e que, em janeiro de 2021, foi brutalmente assassinada por ele, esfaqueada na presença do filho adolescente dela. O autor foi julgado e condenado pelo crime de feminicídio com pena de reclusão de 18 anos e 4 meses. "Por meio das ações regressivas, a AGU se insere na Rede de Proteção à Mulher da qual fazem parte vários outros órgãos e entes governamentais, incorporando ao sistema existente mais um instrumento de enfrentamento da cruel realidade vivida por milhares de mulheres", afirma o subprocurador-geral federal de Cobrança e Recuperação de Créditos, Fábio Munhoz. A AGU também explica que, nos casos de feminicídios, a pensão por morte não pode ser bancada pelo conjunto da sociedade.

Fundamento legal

Em 2019, com a entrada em vigor da Lei nº 13.846/2019, a legislação previdenciária passou a prever expressamente a possibilidade de ajuizamento de ação regressiva contra os responsáveis nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Penha. Em 2022 a AGU celebrou acordo de cooperação técnica com Conselho Nacional de Justiça, Ministério da **Previdência Social**, Ministério das Mulheres, Ministério da Justiça e Segurança Pública e **INSS** para estabelecer um fluxo de informações relativas à violência contra as mulheres de modo a fortalecer a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as

Mulheres. A expectativa é de que a implementação integral do acordo municie a AGU dos dados necessários para o ajuizamento de mais ações regressivas em todo território nacional.

Projetos para elas

A deputada distrital Doutora Jane (Agir) protocolou quatro projetos de lei que tratam da defesa da mulher. Entre as propostas, há inclusão de placas sobre importunação sexual em transportes públicos, divulgação do canal de denúncias em caso de violências, ampliação do Cartão Gás para vítimas de violência e programa social para mulheres em situação de vulnerabilidade. A delegada da Polícia Civil do DF é procuradora da mulher na Câmara Legislativa.

Silêncio na CPI

O principal depoimento da CPI dos Atos Antidemocráticos não vai ocorrer. O ministro Alexandre de Moraes, do STF, assegurou ao ex-ministro Anderson Torres o direito de ficar calado na Câmara Legislativa e de só comparecer à oitiva, marcada para amanhã, se quiser.

Compartilhando experiências

O Tribunal de Contas do DF tem sediado, durante esta semana, reuniões técnicas sobre desempenho do controle externo. Conselheiros, auditores e técnicos de nove estados, além da capital federal e do Tribunal de Contas da União, debatem ações de modernização do marco de medição do desempenho das Cortes de Contas, no Programa Nacional de Transparência Pública. As reuniões, que seguem até sexta, também discutem parâmetros para o compartilhamento de exemplos a serem seguidos nas Cortes de Contas do País, no Laboratório de Boas Práticas do Controle Externo. O vice-presidente do TCDF, conselheiro André Clemente, abriu os trabalhos com representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/08/all.pdf>

Sem idade para lutar contra o machismo: elas dão voz às mulheres com mais de 50

RAISA TOLEDO ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A luta pela igualdade de gênero ganha cada vez mais espaço entre jovens e adolescentes, mas não cresce somente entre os grupos desta faixa etária. Entre mulheres com mais de 50 anos, multiplicam-se as discussões sobre os desafios de enfrentar o machismo nessa fase da vida, quando aparece ainda o etarismo (discriminação pela idade). Ativistas e influenciadoras atuam para colocar o assunto na pauta - e mostrar que nunca é tarde para lutar contra o preconceito.

A jornalista Carla Leirner, de 60 anos, e a psicanalista Sylvia Loeb, de 79, filha e mãe, iniciaram um projeto para falar de fortalecimento emocional, liberdade, maturidade e resgate do amor próprio. O 'Minha Idade Não Me Define' é uma junção das expertises das duas e tem uma comunidade de 124 mil seguidores no Instagram e 8 mil no LinkedIn - a maioria, mulheres.

Com o crescimento do perfil, tem aumentado também a amplitude dos debates e a interação entre as seguidoras, que muitas vezes ajudam umas às outras nos comentários. "A gente fala de envelhecimento, mas também quer trazer uma troca de ideias sobre a posição da mulher, e elas vão se colocando cada vez mais. A primeira vez que a gente falou sobre sexo, foi um silêncio. Agora, se fala normalmente. A gente envelhece e cresce juntamente com elas", conta Carla.

O projeto nasceu para conversar com mulheres acima dos 50 anos, mas a dupla logo percebeu que o papo atraía cada vez mais gente na faixa dos 40, que já começa a se identificar com a questão do etarismo.

Para Sylvia, o combate a essa discriminação é uma luta grande. "Estamos abrindo esse lugar de as mulheres poderem viver seu erotismo até mais tarde, serem empregadas e terem um lugar na sociedade, um lugar que é nosso. Dentro da nossa comunidade, isso amadureceu muito, mas a gente não pode pensar que o que acontece lá dentro, que é muito legal, acontece no mundo", ressalta.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Além do etarismo, questões ligadas à violência e à desigualdade de gênero trazem uma pressão extra ao cotidiano de brasileiras nesta faixa etária.

De acordo com a ativista Goretti Bussolo, de 56 anos,

fundadora da ONG Todas Marias, é comum que as mulheres mais velhas tenham mais dificuldade de sair de situações de violência doméstica. Entre os motivos, ela enumera a dependência financeira, a falta de perspectivas para o futuro e a falta de apoio por parte de filhos e familiares.

Na Todas Marias, que faz ao menos seis atendimentos por dia, vítimas da violência doméstica buscam escuta e acolhimento e recebem direcionamento para denúncia, aconselhamento jurídico e atendimento terapêutico. Goretti viaja o Brasil dando palestras em igrejas, sindicatos e onde mais for convidada. Usando poesia, música e recursos de stand-up, suas palestras muitas vezes despertam as ouvintes para realidades difíceis de serem encaradas.

"Talvez tenha a ver com o fato de eu ser essa mulher que está por trás da ONG, que tem mais de 50 anos e que viveu a violência. Elas se veem em mim, porque é isso que acontece quando a gente está em situação de violência", diz ela, também assessora especial para políticas das mulheres da Casa Civil do Paraná. Nas viagens, vê casos de vários tipos: das mulheres que caem em golpes dos "apaixonados da internet" e se veem cheias de dívidas às que passaram anos em casamentos em que sofriam violência. De donas de casa que nunca estiveram no mercado de trabalho formal a mulheres que construíram patrimônio, mas têm seus bens retidos pelos maridos.

Recentemente, Goretti tem trabalhado em cidades do interior predominantemente rurais e em igrejas. Nem sempre o assunto é abordado de forma direta, às vezes é diluído em um evento sobre autoestima feminina ou pincelado pelos líderes religiosos com as quais ela faz parcerias.

TRANSFORMAÇÃO. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2030, o número de idosos no Brasil deve ultrapassar o total de crianças com idades entre zero e 14 anos.

Para a socióloga Maria do Carmo Guido Di Lascio, de 74 anos, pesquisadora de envelhecimento e conselheira no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Paulo, a intensidade da transição demográfica requer atenção do poder público, principalmente por causa dos papéis sociais desempenhados por essa parcela da população.

Segundo ela, essas mulheres são, em sua maior parte, "dependentes da **seguridade social**, negras e que sustentam ou contribuem largamente para o sustento e para a economia do cuidado da família".

"As vovós são uma base importante de sustentação da família brasileira. É uma economia que não tem valor de mercado, mas elas estão em casa fazendo a reprodução da força de trabalho", afirma Maria do Carmo.

Além de atuar no Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa, cuja função é permitir a participação de membros da sociedade em avaliação e acompanhamento de políticas públicas (o chamado controle social), a socióloga faz parte do Coletivo pelos Direitos da Pessoa Idosa (CDPI) e da Marcha Mundial das Mulheres, organizações que buscam fazer ecoar as demandas das mulheres mais velhas.

Entre essas demandas, ela destaca o combate à discriminação no mercado de trabalho, assistência social e atendimento diferenciado na atenção básica de saúde, que atenda às especificidades da saúde da pessoa idosa.

Parte da primeira geração de feministas do Brasil, que apelida de "as setentonas", Maria do Carmo frisa a necessidade de que as idosas defendam suas bandeiras dentro do movimento.

"Uma das primeiras pautas das reuniões do movimento feminista é a dos direitos reprodutivos, mas não estamos na idade reprodutiva e temos pautas diferenciadas. Nós sempre lutamos pelas demandas das jovens. Nossa demanda é que as jovens feministas fiquem atentas às nossas", destaca.

Exemplo Na Todas Marias, vítimas da violência doméstica buscam acolhimento e recebem direcionamento

"Multa por falta de igualdade salarial vai doer no bolso"

LUCIANA GARBIN CAROLINA ERCOLIN

ENTREVISTA: Simone Tebet, Advogada e professora, foi prefeita de Três Lagoas (MS), senadora e candidata à Presidência nas últimas eleições

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve apresentar hoje projeto de lei que aumenta valor da multa para empresa que pagar salário diferente a homem e mulher na mesma função. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, a obrigação de igualdade salarial já está prevista na legislação brasileira, mas a multa hoje para quem a descumpre é irrisória.

A seguir, trechos da entrevista dada à Rádio Eldorado.

A legislação já prevê igualdade salarial de homens e mulheres. Por que é necessária nova lei sobre isso?

A CLT, há 80 anos, já dizia que um homem e uma mulher com mesmo cargo, mesma função, mesmo perfil tinham que ganhar salário igual. Só que, como não havia nenhuma pena, nenhuma punição, virou letra morta.

Em 1988, a "bancada do batom" conseguiu colocar pela primeira vez no texto da Constituição que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Então, por si só, já valeria para dizer que, se homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e a mulher está exercendo a mesma função do homem, se tem mesma capacidade, mesmo grau de escolaridade, ela já tem que ganhar salário igual. Mas isso também foi insuficiente.

Quando veio a reforma trabalhista em 2017, a bancada feminina conseguiu dar um avanço. Só que, para nossa surpresa, o texto apresentado e aprovado na reforma acabava estimulando empregadores a pagar para ver. Ou melhor, não pagar porque a multa é irrisória. Pasmem, ela hoje é de até 50% do maior benefício da **Previdência Social**, ou seja até cinco salários mínimos, um pouco menos que isso. Então o mau empregador fala: "Bom eu vou pagar um ano, dois anos, três anos de salários mais baixos, vou infringir a lei porque, se receber a multa, ela é muito pequena considerada a diferença salarial que vou deixar de pagar por um ano, dois anos ou mais tempo.

Então essa lei que o presidente da República vai apresentar ao Brasil, que vai para o Congresso Nacional, fala realmente em impor essa obrigatoriedade de igualdade salarial fazendo doer no bolso, aumentando a multa e estabelecendo regras.

Como vocês pretendem lidar com as resistências?

Nós já enfrentamos isso na reforma trabalhista. Depois de 2017, a bancada feminina avançou num projeto que foi aprovado na Câmara e no Senado que estabelecia multa de até cinco vezes a diferença salarial. Então, hipoteticamente, uma mulher que trabalhou um ano e ganhou R\$ 200 a menos que um homem multiplicaria R\$ 200 por 12 meses e receberia uma multa de até cinco vezes esse total. Claro que o juiz ia ver se era caso de reincidência ou não. Então era um projeto razoável, mas lamentavelmente o então presidente da República (Jair Bolsonaro) o recebeu e pediu para voltar ao Congresso.

Acho que foi o único projeto em que Câmara e Senado aprovam, vai para o Executivo e depois é devolvido. O presidente poderia vetar o projeto, mas não teve a coragem de assumir esse risco porque ia ficar mal com as mulheres brasileiras.

Mas isso é passado e agora estou muito otimista.

Como o Brasil está em relação ao mundo nessa questão da igualdade salarial?

Esse é um desafio do mundo, mas no Brasil a diferença salarial entre homem e mulher é maior do que na média dos países evoluídos, dos países emergentes. Quando a mulher é solteira, a diferença salarial tende a ser menor. Mas quando a mulher é casada a diferença salarial tende a ser maior e quando a mulher tem filhos a diferença salarial é maior ainda. Então essa é uma triste realidade. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho mostra porém que, se todos os países do mundo pagassem iguais salários para homens e mulheres, o **PIB** mundial cresceria 26%. Por quê? Primeiro porque você distribui a renda. Segundo porque essa trabalhadora é uma grande consumidora. Ela não guarda. Com exceção de CEOs de grandes empresas, a grande massa das trabalhadoras vai correr para o supermercado, comprar material escolar pro filho, pagar um exame de

saúde. Isso faz com que o dinheiro circule na economia, então todo mundo ganha.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

De sindicalista a chefe do maior fundo de pensão da América Latina

JOÃO SORIMA NETO E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
economia@oglobo.com.br SÃO PAULO

Formado em História e funcionário de carreira do Banco do Brasil, João Luiz Fukunaga, de 39 anos, assumiu no dia 28 de fevereiro a presidência da Previ, o fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil (BB). A indicação trouxe preocupação a grupos de aposentados sobre sua falta de experiência para gerir ativos de R\$ 250 bilhões que fazem do fundo o maior da América Latina.

Um dos questionamentos é que Fukunaga não teria passado três anos em cargo similar, requisito exigido a dirigentes de fundos pela Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), que fiscaliza o setor. Fukunaga sucedeu Daniel Stieler, que se aposentou. A nova presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, o indicou para um mandato até 2026. Nos bastidores, comenta-se que a nomeação teve o dedo do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, condenado na Lava-Ja- to por lavagem de dinheiro.

Chamou a atenção de interessados nos rumos da Previ a rápida aprovação de Fukunaga pela Previc. Ele foi indicado pelo BB em 24 de fevereiro. O conselho deliberativo da Previ aprovou no mesmo dia, e sua habilitação aconteceu no dia 27 de fevereiro. Ele tomou posse no dia 28.

O regulamento da Previ prevê 30 dias como tempo máximo para habilitar um indicado ao posto. Não existe prazo mínimo, mas uma pessoa que acompanha o caso avalia que quatro dias entre a indicação e a posse não seria tempo suficiente para a Previc e órgãos de governança do BB e da Previ analisarem um currículo.

Para ocupar o cargo, o indicado passa por um escrutínio detalhado, para que seja atestada a experiência necessária ao posto. Fukunaga começou sua carreira como professor de ensino médio, ingressou no BB em 2008 como escriturado e lá permaneceu por onze anos. Antes, atuou como pesquisador na área de educação. Ele também é mestre em História Social pela PUC-SP.

Sua mais recente ocupação foi de auditor sindical do BB, cuja função é levantar informações para a negociação salarial entre o banco e os funcionários. A

indicação para o posto foi feita pela Contraf, entidade que reúne sindicatos de bancários. Em 2012, Fukunaga foi secretário do Sindicato dos Bancários de São Paulo e, depois, coordenador nacional da Comissão de Negociação dos Funcionários do BB.

CUMPRE AS EXIGÊNCIAS Uma das exigências feitas pela Previc é que o indicado tenha pelo menos três anos de experiência "no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, de atuária, de previdência ou de auditoria." Para o Grupo Mais, que representa funcionários aposentados do BB, a Previc feriu seu regulamento ao aprovar a indicação. "Fere, essa agência reguladora, o seu próprio regulamento, que exige experiência comprovada de, no mínimo, três anos no exercício de atividades", diz a entidade em nota.

Na segunda-feira, a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (Faabb) enviou representações a BB, Previc e Previ pedindo esclarecimentos sobre critérios da nomeação. A entidade questiona o fato de o indicado ter onze anos de carreira no BB, mas ter ficado à disposição do sindicato por dez anos. Também menciona a exigência dos três anos de experiência.

Ao GLOBO, Isa Musa Noronha, presidente da Faabb, diz que as cartas enviadas "pedem esclarecimentos sem desmerecer": - Ser sindicalista não é nenhum demérito. O que se questiona é a falta de expertise para lidar com o maior fundo de pensão da América Latina.

A posse de Fukunaga marcou a volta de um sindicalista ao cargo máximo da Previ. Ligado ao PT, Sergio Rosa foi o último a ocupar o posto, entre 2003 e 2010. Na sua gestão, o patrimônio saltou de R\$ 43 bilhões para R\$ 153 bilhões. Rosa comemorou a nomeação. "Creio que demonstrou grandes qualidades no exercício das suas atividades, conquistou o respeito e o reconhecimento que levaram à sua indicação, e acredito, portanto, que tem tudo para fazer uma ótima gestão", disse em nota.

A Previ diz que a indicação de seu presidente "é realizada pelo patrocinador, o Banco do Brasil, e aprovada pelos órgãos de governança do BB, da Previ e da Previ" e ressalta que a habilitação de Fukunaga

"dentro dos prazos previstos atesta o cumprimento de todas as exigências regulatórias para sua posse e comprova a conformidade exigida para o exercício do cargo." Fukunaga não quis se pronunciar.

Se a Uber não gostar de um processo de formalização, eu sinto muito, diz Marinho

Raphael Di Cunto e Guilherme Pimenta De Brasília

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse nesta terça-feira, 7, que foi mal interpretado sobre a fala em que minimizou a possibilidade de saída da Uber do Brasil, mas voltou a defender, em reunião com parlamentares, que as plataformas digitais precisam aceitar o processo de formalização dos trabalhadores.

"Se as plataformas não gostarem de um processo de formalização, sinto muito", afirmou, em almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). Para ele, a formalização da relação, mesmo que "híbrida", é questão de civilidade e também para controle excessivo da jornada de trabalho.

Ele disse que foi mal interpretado sobre a possibilidade de saída da Uber, dizendo que poderia substituí-la pelos Correios, em entrevista ao Valor no início de fevereiro.

Na ocasião, Marinho afirmou que a empresa não deixará o país. "A Uber não irá embora, o Brasil é mercado número 1 da empresa.

Se não em faturamento, em tamanho", declarou. "Queremos garantias e proteção social a esses trabalhadores [dos aplicativos]." Marinho também divergiu do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e afirmou que a desoneração da folha de salários precisa ser discutida durante a **reforma tributária** dos **impostos** sobre consumo.

"Esse debate da desoneração da folha tem que ser enfrentado simultaneamente com a da **reforma tributária**", afirmou. Está prevista uma conversa de Haddad com parlamentares sobre o tema.

Haddad e o secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, têm defendido que a discussão deve ser em duas etapas.

Num primeiro, a reforma dos **impostos** sobre consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins).

Só depois, numa segunda etapa, seria tratado de mudanças na tributação da folha de salários e da renda e patrimônio.

Marinho afirmou ser "plenamente favorável" à mudança na forma de se financiar a **Previdência Social** e defendeu tirar a tributação sobre os salários e colocar no faturamento das empresas.

"A sociedade precisa discutir qual é o papel da Previdência e da importância do Estado de bem estar.

E, portanto, é preciso ser enfrentado quando se faz o debate da **reforma tributária**." "Onerar ou desonerar passa por um debate estratégico em relação ao papel da Previdência, de como financiar a Previdência.

Pessoalmente, tenho simpatia em substituir a oneração da folha por onerar o faturamento", disse após o evento.

O ministro do Trabalho também falou sobre o texto a ser assinado hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que prevê igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenharem a mesma função: será conciso, com apesar quatro artigos. O governo colocará no texto um dispositivo para aplicar multa ainda maior caso a empresa descumpra a legislação. A multa atual é considerada baixa pelo governo e por especialistas em direito do trabalho.

"Se reincidir [haverá multa].

Primeiro, será conversado. Depois, será dolorido. Queremos uma nova consciência e mentalidade da sociedade de maneira geral", afirmou o ministro.

"Quem decide são pessoas: diretores, presidentes e proprietários.

Se há homens e mulheres praticando a mesma coisa, por que o salário é diferente?", questionou.

Marinho ainda disse que, em alguns casos, ainda há discrepância entre mulheres negras e brancas que desempenham o mesmo trabalho em uma empresa.

O projeto de lei será assinado pelo presidente Lula em evento que será realizado no Palácio do Planalto. O governo ainda aguarda anunciar outras medidas voltadas ao público feminino.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1§ion=1)

O descrédito do crédito consignado - OPINIÃO JURÍDICA

Wagner Balera é professor titular na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, livre-docente e doutor em Direito Previdenciário pela mesma universidade e autor de mais de 20 livros sobre Direito Previdenciário.

Os empréstimos fazem parte da história das instituições de previdência brasileira desde os seus primórdios. Em 1946, ocorreu a primeira disciplina sobre a matéria.

Mas é bem mais recente a modalidade bancarizada dos créditos consignados. Vai completar, em breve, vinte anos. É essa que está, agora, sob a mira de atenções do Estado brasileiro.

O imenso volume de empréstimos obtidos sob essa modalidade revela algo que, só aparentemente, cooperou para o bem-estar dos tomadores dos recursos.

Encantados pelo atrativo de taxas de juros menores e já atraídos pela facilidade da liberação do valor mutuado, milhões de beneficiários da **seguridade social** se valeram dessa modalidade de crédito.

O grande problema é que, como todo e qualquer empréstimo, esse deve ser honrado com os respectivos pagamentos.

E quem tomou o empréstimo não tem como pagar, porque é comum ter sido comprometida com tal dívida quase a metade do rendimento, as mais das vezes muito modesto, do tomador.

Mas, o valor da dívida é deduzido da prestação social. Não há como dela se esquivar. As mitigações do problema, desde que bem analisadas, revelam certa falta de sensibilidade de quem incentivou tal prática.

Dir-se-á: o juro é baixo.

Comparado com que referencial? Uma portaria governamental do ano passado resolveu que o juro deveria observar o limite de 3,5% ao mês.

Vale compará-lo com outro programa social. Nele quem empresta, compulsoriamente, é o trabalhador. É o FGTS. Quanto rende esse fundo? 3% ao ano. O FGTS rende, ao ano, o que o consignado custa por

mês.

Portanto, o primeiro argumento do juro baixo é de duvidosa veracidade.

Também se argumenta que a modalidade de crédito em comento conta com a vantagem de período alargado de pagamentos.

Ora, prazos mais longos de pagamento, a bem de ver, não é vantagem alguma e, sim, ilusionismo para atrair as pessoas.

Vão pagar uma quantia pequena (atenção: pequena para quem?) durante anos e anos. E ainda se dá como vantagem que o prazo pode chegar a 120 meses.

Os mais vulneráveis se expõem a riscos frequentes e intensos.

Ora é a enfermidade que surge abruptamente; ora é a praga do desemprego que atinge alguém da família, que dependerá da ajuda do único do grupo que possui o rendimento estável.

E não são poucas as situações nas quais o que toma o empréstimo só o faz para socorrer algum parente que se encontra em estado de extrema necessidade.

Adentramos, agora, na face mais sombria do problema. A do superendividamento.

Depois de ser instado por todos os meios propagandísticos a obter o remédio que cura todos os problemas financeiros que o atormentam, e de ter em favor da decisão que tomará os falaciosos atrativos já antes apontados, é bem provável que o tomador já esteja a braços com outras modalidades de crédito, sobretudo relativos ao financiamento de bens de consumo direto.

Assim é que, ao limitador na parcela deduzida automaticamente no consignado, se somará a prestação do fogão, da geladeira, da lavadora...

E, àqueles 35% deduzidos do benefício são acrescidos outros tantos por cento para o pagamento das demais prestações.

O que restará, então, para o atendimento da

alimentação, da luz, do gás e das demais necessidades inerentes ao mínimo existencial?

Carrega consigo o superendividamento consequências gravíssimas, das quais a mais notória consiste no empurrar do devedor na imensa sentina rotulada de nome sujo.

Nada mais se consegue, então, da vida. Vida severina, como disse o imortal poeta.

Os jornais oferecem, agora, solução redentora: a anistia do débito. Ninguém deixará de aplaudir tal solução, que retira o pobre do monturo no qual foi lançado. Mas, ninguém fala do custo direto e indireto dessa benesse.

Alguém poderia supor que a concessão da anistia se resolve com uma penada. Não será bem assim. O credor quererá, com justo motivo, a sua contrapartida.

Ademais, como numa reação em cadeia, devedores de outras latitudes e longitudes embarcarão na onda e, igualmente, pleitearão a anistia ampla, geral e irrestrita de seus débitos bancários e fiscais.

Todos sabem que os tomadores de crédito agrícola, sempre com excelentes desculpas, são campeões na concessão de anistia pelos estabelecimentos oficiais de crédito. Enfim, há um problema grave com o consignado.

Essa modalidade de empréstimo é oferecida tão logo o beneficiário fica sabendo que receberá a prestação. Sim. Antes mesmo de ter sido efetuado o primeiro crédito, como que automaticamente, alguém começa a oferecer o crédito consignado à pessoa que se tornou credora de certo benefício.

Ora, qualquer um de nós poderia perguntar: mas como essa informação chegou ao conhecimento de um terceiro?

Bem, poderia ser a instituição que ficou incumbida de pagar a prestação, o que não lhe dá o direito de oferecer serviço não solicitado. Mas, até outros tantos emprestadores também entram em cena, com insistências que, por vezes, raia ao absurdo de se dirigir aos familiares do titular do direito. Algo que tangencia, manifestamente, a lei de proteção aos dados.

Todo o tema não justifica solução afobada e pontual que os salvadores da pátria querem propagar como sendo a melhor.

Eis um debate que, espero, só começa a ser levado a sério.

Wagner Balera é professor titular na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, livre-docente e doutor em Direito Previdenciário pela mesma universidade e autor de mais de 20 livros sobre Direito Previdenciário.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486>

Metade das MEIs da região é capitaneada por mulheres

EdimarcioA. Monteiro II edimarcio.augusto@rac.com.br

A abertura do próprio negócio é a alternativa buscada por muitas mulheres para garantir uma renda. Na região de Campinas, elas representam 46,5% dos Microempreendedores Individuais (MEIs) ativos, de acordo com pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) São Paulo. Entretanto, em algumas cidades elas respondem por mais da metade dos empreendedores iniciais, com até 3,5 anos de mercado. Dos 22 municípios analisados, a liderança da participação feminina ocorre em Paulínia, com 52,5%, seguido por Cosmópolis (51,1%) e Flolambra (50%).

A menor participação das mulheres no mundo dos negócios se dá em Monte Mor, com 42,7%. Em Campinas, elas são responsáveis por 46,3% das MEIs. Uma delas é a comerciante Marli Aparecida Matheus de Oliveira, proprietária de uma loja de roupas infantis novas e usadas, localizada na Vila Padre Anchieta. Ela começou a atuar como MEI há dez anos ao se aposentar depois de trabalhar por 25 anos como secretária executiva. Inicialmente, a empresária atuou com a realização de eventos, mas há seis anos abriu a loja.

"Levei um choque de realidade", conta ela, ao analisar a mudança de ramo de atividade. O primeiro desafio foi buscar informações de como montar o novo negócio. Depois, conhecer o que já havia em funcionamento no mercado. "Eu vi o que a concorrência tinha de bom, o que tinha de ruim e busquei reunir os pontos positivos na minha loja", explica Marli. O cuidado foi para evitar as falhas que os outros já haviam cometido, de modo a aumentar as chances de sucesso.

"Não vejo muita diferença entre homens e mulheres. É difícil para ambos", afirma a microempreendedora. Ela está à frente da loja desde 2016 e se diz satisfeita com o resultado. A empresária conta com a ajuda da mãe e do marido para tocar o negócio. "Meu marido não sabia nem dobrar uma camiseta, mas agora já sabe", brinca Marli.

NECESSIDADE

Para a economista e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da

Universidade Estadual de Campinas (Cesit/Unicamp), Mari-lane Teixeira, a ampliação feminina na abertura de negócios é resultado das dificuldades que as mulheres encontram para entrar ou se manter no mercado de trabalho. Os dados de 2022 do levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a taxa de desemprego no país é de 7,9%, o que se traduz em 8,6 milhões de desempregados. Porém, a taxa entre os homens é de 6,5%, enquanto das mulheres chega a 9,8%, ou seja, o desemprego é 50,77% maior entre elas.

"O empreendedorismo é a alternativa diante das dificuldades de se manter no mercado de trabalho formal", diz Marilane. Para ela, esse quadro somente se alterará com a retomada de forma consistente e sustentável da economia, o que gerará empregos para absorver a mão de obra parada. No caso das mulheres, acrescenta a pesquisadora do Cesit, é preciso ainda uma política pública de ampliação de meios que permitam a esse segmento trabalhar, seja fora de casa ou no negócio próprio, com maior número de vagas em creches.

O empreendedorismo por necessidade também é identificado pelo Sebrae Campinas. "A criação da MEI permitiu algo que é essencial para as mulheres, que é a **seguridade social**", diz Tais Camargo, consultora de negócios da entidade. "São trabalhadoras que estavam no mercado informal. Uma faxineira pode ser MEI, por exemplo. Antes, ela não tinha direito a aposentadoria, auxílio-maternidade e auxílio doença, caso se machucasse. Como MEI, ela tem", esclarece.

O público feminino representou 51% dos atendimentos no ano passado do Sebrae Campinas. No entanto, essa demanda quase igualitária com os homens se refere apenas ao primeiro atendimento. Normalmente, as mulheres voltam outras vezes para se preparar melhor para enfrentar os desafios do mercado, com a participação em cursos, consultoria e outros eventos.

REINCIDENTE

É o caso da dentista Patrícia Alessandra Rampazzo Ferreira. Após as experiências de trabalhar com carteira registrada e concursada pública, passou a atuar exclusivamente no consultório. Para isso, fez

curso de gestão, formação de preço, administração financeira e de como usar as redes sociais para divulgar a atividade. Foi assim que aprendeu a criar ações especiais, como reservar a agenda exclusivamente para o público feminino.

O resultado foi um aumento de 86% no movimento, o que a fez procurar um consultório maior e fazer cursos rotineiramente, inclusive de aprimoramento técnico-profissional. "Agora estou fazendo um curso de harmonização orofacial, que está em alta", afirma Patrícia. Também garantiu tempo para participar do "Mulheres Inspiradores e seus Negócios", evento do Sebrae Campinas no qual empreendedoras falam de suas experiências. "Queremos mostrar que o empreendedorismo feminino não é só uma realidade, mas uma oportunidade de transformação de vida. Temos muitas mulheres com potencial empreendedor na cidade e queremos ajudá-las a começar ou potencializar seus resultados", diz a consultora de negócios Tais Camargo.

EXPANSÃO

O crescimento da participação feminina também ocorre em outras formas de negócio. De acordo com o Instituto Rede Mulher, o Brasil ocupa a sétima posição no ranking mundial de empreendedorismo. Em 2021, último ano com dados consolidados, elas estavam à frente de 34% dos negócios no país, gerindo 10,1 milhões de empreendimentos. Segundo pesquisa da Rede Mulher Empreendedora (RME), o desemprego e a falta de renda estimularam 26% das brasileiras a iniciar seu negócio.

Segundo o levantamento, 77% das mulheres se autodenominam parcialmente ou totalmente independentes financeiramente. Porém, a dupla jornada e o preconceito implicam em consequências diretas no retorno financeiro. De acordo com o levantamento, 50% dos homens recebem valores superiores a R\$ 10 mil, enquanto 63% das mulheres empreendedoras têm retorno de até R\$ 2,5 mil por mês.

Essa é uma realidade que também se repete no mercado de trabalho. Pesquisa do IBGE, de forma geral e sem recortes por níveis, aponta que as trabalhadoras brasileiras recebem, em média, 20,5% menos que os homens. Outro levantamento da International Stress Management Association no Brasil (Isma-BR) mostra dificuldade de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Segundo o estudo, 62% das brasileiras afirmam que a saúde emocional piorou ou piorou muito durante a pandemia de covid-19. Entre os homens, o índice dos que se disseram mais abalados com a experiência foi

de 43%. Com isso, é grande o número de mulheres que negligenciam a vida pessoal, porque se dedicam mais ao campo profissional por medo de demissão ou de ficar para trás em promoções.

O resultado é a exaustão emocional, despersonalização e baixo sentimento de realização pessoal. Outros reflexos são ansiedade e transtornos mentais, como depressão e síndrome do pânico e exaustão acumulada. "O medo é, sim, uma emoção válida, mas às vezes ele se torna tão intenso que pode ser incapacitante. Além disso, quando estamos em um nível elevado de estresse, acabamos tendo reações mais intensas às coisas", diz a presidente do Isma-BR, a psicóloga Ana Maria Rossi.

"Temos muitas mulheres com potencial empreendedor na cidade e queremos ajudá-las a começar ou potencializar seus resultados" Tais Camargo Consultora de Negócios do Sebrae

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-03-08>

ALAGOAS TEM 2ª MENOR TAXA DE INFORMALIDADE ENTRE MULHERES NO NE

HEBERT BORGES REPÓRTER

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) publicou na última segunda-feira (6) o Boletim Especial "8 de março, Dia da Mulher", com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua. O estudo aponta que as mulheres alagoanas têm a segunda menor taxa de informalidade do Nordeste, com 55,8%, perdendo somente para o Rio Grande do Norte, com 49,3%.

O estudo aponta ainda que o estado de Alagoas registra a segunda maior taxa de mulheres que contribuem para a **Previdência Social**, com 54,7%. Apenas o Rio Grande do Norte tem a taxa mais alta, com 58,9%.

No cenário nacional, apesar de representar 44% do total da força de trabalho do país, as mulheres são maioria entre os desempregados (55,5%). Elas ainda recebem, em média, 21% menos que os homens (o equivalente a R\$ 2.305 para elas e a R\$ 2.909 para eles).

O relatório do Dieese aponta também que, do total de mulheres ocupadas, a proporção de subocupadas, ou seja, que trabalham menos de 40 horas, mas gostariam de trabalhar mais, foi superior à dos homens: 7,8% delas estavam nessas condições, enquanto entre os homens, o percentual ficou em 5,1%. "Quando se analisa essa informação por cor/raça, nota-se que entre as negras, a situação é pior: o percentual de trabalhadoras negras subocupadas foi 9,3% maior do que o registrado entre as não negras", continua a entidade.

O Dieese afirma ainda que, mesmo sendo ampla maioria em determinado setor, as mulheres recebem muito menos que os homens. Nos serviços domésticos, por exemplo, enquanto elas representam 91% dos ocupados, o salário é 20% menor que a média recebida pelos homens. Assim como no agrupamento educação, saúde e serviços sociais: enquanto elas totalizam 75% da força de trabalho, recebem em média 32% menos que os homens.

Dos 75 milhões de lares no país, 50,8% são liderados por mulheres, o que corresponde a 38,1 milhões de famílias.

As mulheres negras lideram 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%).

Em termos de renda média do trabalho da família, na média, os domicílios de casais com e sem filhos receberam os maiores valores (R\$ 4.987 e R\$ 4.898, respectivamente). Os menores valores foram registrados entre os domicílios monoparentais com chefia feminina (R\$ 2.833) e unipessoais femininos (R\$2.913).

Famílias monoparentais são estruturas em que o pai ou a mãe, que não vive com companheiro ou cônjuge, é responsável pelo cuidado dos filhos menores de 18 anos, enquanto que domicílio unipessoal é quando um indivíduo vive sozinho.

Quando se olha para a cor, a renda das famílias negras foi sempre menor que a das não negras, independentemente do arranjo familiar.

No caso das famílias chefiadas por mulheres negras com filhos, a renda média foi de R\$ 2.362.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5941>

Ministro quer ampliar desoneração da folha de pagamento

»»*Rafaela Gonçalves* »»*Táisa Medeiros*

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu que, concomitante ao debate da **reforma tributária**, que se iniciou na retomada dos trabalhos do Congresso Nacional, ocorra também a discussão sobre a desoneração da folha de pagamento.

Em ofício encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) na segunda-feira, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) também sugeriu a junção das análises.

A desoneração da folha de pagamentos beneficia 17 setores da economia. A medida permite às empresas substituir a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%. O benefício é mantido desde 2014 e tem prazo de validade até o fim deste ano. O ponto de vista é defendido por entidades empresariais.

Segundo o governo, é uma oportunidade para que as empresas tenham "um maior incentivo para a contratação de pessoal".

"Eu sou plenamente favorável a essa mudança, de tirar da folha e colocar no faturamento", declarou Marinho, durante encontro da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília. "O debate da desoneração tem que ser enfrentado simultaneamente com o da **reforma tributária**." O ministro emendou: "Desonerar a folha de pagamento passa por um debate estratégico em relação ao papel da Previdência, como financiar a Previdência. Eu, pessoalmente, tenho uma simpatia em substituir a oneração da folha por onerar o faturamento. A contribuição de sustentar a Previdência deveria vir dos faturamentos das empresas e não da folha de pagamento".

No ofício encaminhado a Lira, a CACB defende que "não considerar o peso dos encargos sobre a folha de pagamentos, no cálculo da tributação, aumenta significativamente a carga tributária de muitas atividades de serviços, inviabilizando a continuidade de muitas empresas, provocando desemprego e/ou informalidade, especialmente nas regiões menos industrializadas".

Sobre a **reforma tributária**, a Confederação se manifestou contra a proposta de unificação de **impostos** de consumo sobre bens e serviços, com alíquota única, a PEC 45, que "oferece sérios riscos à sobrevivência de muitas empresas e à manutenção do emprego no setor, que não apenas é o maior empregador da economia e espalhado por todo o país, como o que mais absorve a mão de obra menos qualificada", diz o documento.

Grupo de trabalho

O Grupo de Trabalho (GT) da **Reforma Tributária**, que debate a PEC 45/19, aprovou em reunião, ontem, 15 requerimentos que pautam audiências públicas com estados e municípios a serem realizadas ao longo dos 90 dias de trabalho. O grupo deverá apresentar seu relatório final em maio. (RG e TM)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/08/all.pdf>

Se Uber quiser ir embora por discordar de regra trabalhista de apps, problema dela, diz ministro

Danielle Brant Ranier Bragon

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), minimizou nesta terça-feira (7) a possibilidade de plataformas deixarem o país em caso de regulação trabalhista dos aplicativos e disse que "se for embora, é problema da Uber".

O ministro participou de reunião da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), em Brasília. Em fevereiro, Marinho defendeu a criação de um novo aplicativo de transporte caso as plataformas parassem de atuar no país por discordar de uma futura regulamentação trabalhista no setor.

Nesta terça, ele afirmou que a questão envolvendo trabalhadores nas plataformas era complexa. "Uma pergunta muito agressiva, e se a Uber e se as plataformas não gostarem do processo de formalização? Eu sinto muito. Tem uma lei vigente no Brasil e todos nós somos sujeitos a ela", disse.

O ministro disse que a regulação era fruto de um debate e construção com a participação da sociedade. "A partir daí tem enquadramento legal", ressaltou. "Ah, mas e se for embora? Se for embora, problema da Uber. Mas não vai embora, porque o Brasil é o primeiro mercado no mundo", afirmou, antes de ressaltar: "mas ninguém quer que ninguém vá embora, muito pelo contrário."

Marinho afirmou que a intenção é garantir regras de proteção social e valorização dos trabalhadores. "Tem que ter controle para não ter excesso de jornada, porque isso facilita os acidentes", disse.

O ministro afirmou ter ouvido empresários e trabalhadores individualmente e que vai juntar à mesma mesa as entidades que representam as plataformas para balizar os entendimentos. "O ideal aqui é que as partes encontrem uma alternativa, encontrem o ponto comum e o governo seja simplesmente o intermediador dessa conversa. Em não havendo acordo, o governo evidentemente vai oferecer sua visão ao Parlamento."

Marinho voltou a falar sobre a possibilidade de os

Correios ocuparem o espaço deixado por uma eventual saída da Uber.

"Eu disse que empresas de logística, como é o caso dos Correios, podem pensar em ter um aplicativo para oferecer como alternativa e talvez uma alternativa melhor do que a que está existindo pelas atuais plataformas, que têm a visão do lucro necessário, a exploração da mão de obra necessária, o que uma empresa do caráter dos Correios talvez não fosse necessidade, simplesmente cobrir os custos estaria de bom tamanho."

Em sua fala, o ministro também reiterou as críticas ao saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), especificamente pela criação do empréstimo consignado garantido por esses recursos. "Hoje há contrato de banco de 30 anos ancorado no fundo de garantia", disse. "Não são bem assim as coisas, tem aqui uma crueldade contra os trabalhadores."

Marinho defendeu que os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) sejam usados para ajudar a financiar uma proposta de ensino médio profissionalizante integral a ser debatida.

"Eu ando me perguntando se nós devemos somente olhar os desafios do momento, mas se a gente não deve provocar um debate de ensino médio de forma universal, discutir a necessidade do ensino em período integral e jovens de baixa renda terem bolsa estipulada para ele não estar sujeito a ter que ir para o mercado de trabalho de forma antecipada e desigual suas oportunidades no mercado de trabalho futuro."

Segundo Marinho, não foi tomada nenhuma decisão sobre o assunto.

Ele defendeu ainda a desoneração da folha de pagamento, que seria substituída por uma cobrança sobre o faturamento das empresas -modelo que hoje está em vigor apenas para 17 setores da economia.

Para ele, os recursos da Previdência deveriam vir do faturamento das empresas, e não da cobrança sobre os salários. "Porque ao estar vinculado à folha de

pagamento você sacrifica em demasia as empresas que têm um forte impacto de mão de obra."

Marinho ressaltou, no entanto, que quem trata do tema é o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

À tarde, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do grupo de trabalho que debate a reforma na Câmara, disse que não havia nenhuma sugestão concreta envolvendo desoneração da folha. "Todas essas especulações que nós estamos ouvindo diariamente precisam passar sob o crivo do impacto. E isso nós ainda não tivemos nem a concretude das sugestões, elas apenas estão sob especulação, e sequer foram avaliadas sob ponto de vista do impacto."

O parlamentar afirmou ainda que é preciso fazer conta para saber se compensa. "Eu acho que a carga tributária sobre a folha é muito alta no Brasil, se olharmos do ponto de vista produtivo, ela é muito alta, impacta", disse. "A gente paga quase que o dobro por cada funcionário que a gente contrata formalmente no Brasil. Isso é fruto de uma desorganização histórica do nosso sistema."

Ribeiro defendeu um novo tratamento para o tema. "A gente sempre tratou de desoneração de folha para atender a uma demanda pontual, por um efeito de crise econômica. Acho que a gente tem que tratar esse tema de forma estrutural, entendendo que no Brasil mão de obra é muito cara."

Conforme mostrou a Folha, o governo avalia incluir na **reforma tributária** sobre a renda uma revisão das regras de tributação sobre a folha de pagamento, hoje um dos principais alvos de reclamação das empresas.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50209&maxTouch=0&_ga=2.230801119.1399432319.1678080940-1380897342.1635735907

Marinho sugere cobrar Previdência por receita

CÉLIA FROUFE BRASÍLIA

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse ontem ser favorável a retirar a contribuição da Previdência da folha de pagamento e discutir a incidência do tributo no faturamento.

"Temos de pensar em substituição do que hoje onera a folha de pagamento para que o faturamento seja levado em consideração", disse Marinho, em almoço na Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). "Mas falem com (ministro Fernando) Haddad, que é da área (Fazenda)", recomendou.

Haddad foi convidado a participar do encontro da FPE no dia 4 de abril.

Marinho afirmou que é preciso desonerar a produção, mas ponderou que o assunto é complexo.

"Fazer essa transferência não é algo simples, se não já teria sido feita há muito tempo", considerou. "A desoneração da folha tem de ser debatida simultaneamente com a reforma tributária", disse.

A FPE defende a desoneração da folha para todos os setores e de forma permanente. A primeira proposta da FPE é substituir a contribuição de 20% sobre a folha por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta das empresas. A segunda prevê a extinção de 20% da folha pela criação de impostos sobre depósitos à vista nos bancos (CP). A terceira proposta é a da criação de imposto sobre transações financeiras (CMF) - similar à antiga CPMF - em conjunto com uma reforma tributária simplificada.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Caminhos para receber "dinheiro de volta"

JOÃO SORIMA NETO E ELIANE OLIVEIRA
economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E BRASÍLIA

A equipe econômica do governo Lula pretende colocar em prática, a partir de 2025, um novo sistema de devolução de parte dos **tributos** pagos pelas famílias de baixa renda, que já está sendo chamado de "cashback do imposto". Os técnicos trabalham para usar o Cadastro Único do governo como base para definir os beneficiários.

Existirão duas alternativas para o repasse do dinheiro: um valor per capita estimado do imposto a ser devolvido, com base nos gastos médios de uma família de baixa renda; ou por meio das compras no comércio, com a exigência da nota fiscal e o cruzamento de dados que comprovem que o comprador faz parte do cadastro.

Esse cashback, que leva o nome de "Imposto sobre Valor Agregado (IVA) personalizado", já está previsto nas propostas de **reforma tributária** que tramitam no Congresso - a PEC 45, que está na Câmara, e a PEC 110, parada no Senado. As duas propostas serão unificadas, e a expectativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é que a mudança na forma de recolhimento de **impostos**, por meio do IVA, seja aprovada pelo Congresso este ano.

Após a aprovação da **reforma tributária**, o governo terá 180 dias para regulamentá-la, o que deve acontecer em 2024. Será preciso apresentar lei complementar no próximo ano para tratar do imposto unificado e garantir a segurança jurídica. E nessa etapa que o cashback deve ser detalhado.

Navisão de especialistas e do próprio governo, a novidade pode ajudar a diminuir a desigualdade social e seria mais eficiente que a desoneração de produtos da cesta básica para reduzir a regressividade do sistema brasileiro, ou seja, o alto peso dos **impostos** para a população mais pobre. No modelo de desoneração, pobres e ricos acabam sendo beneficiados com o desconto no imposto, observam os especialistas.

- Quem está no Cadastro Único compra e fornece o CPF. Depois, é levantado o imposto que incidiu naquela compra, e devolvido para as famílias, respeitando um teto - disse o secretário extraordinário para **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em palestra, citando que a reforma busca simplificar o sistema tributário e estimular o

crescimento, e que o cashback é forma eficiente de política distributiva.

Por enquanto, a estimativa é que, na **reforma tributária**, a alíquota sobre o consumo no futuro IVA seja de 25%, uma das mais altas do mundo. Para o tributarista Roberto Quiroga, sócio-diretor do escritório Mattos Filho, na teoria o cashback traz mais justiça tributária do que a desoneração de produtos da cesta básica: -A desoneração de produtos beneficia ricos e pobres.

Renata Emery, sócia tributária do TozziniFreire Advogados, observa que há estudos mostrando que a devolução de **impostos** tende a ser mais regressiva, ou seja, reduz o alto peso dos **impostos** para a população mais pobre, do que a desoneração da cesta básica.

MEDIDA ALCANÇA 72 MILHÕES Auferir os resultados dessa política tributária é um pilar importante, defende o advogado Samir Choib, sócio do Cho-aib, Paiva e Justo Advogados: -A ideia tem mote interessante e pode incentivar a formalização, com emissão de notas fiscais. E preciso acompanhar para ver os efeitos.

A devolução de **impostos** vem sendo proposta por diversos centros de estudos fiscais, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mas poucos países adotaram o modelo, devido à complexidade.

No Japão foi implementado sistema de devolução de **impostos** para os mais pobres nos bens de maior consumo. A dificuldade foi fiscalizar o consumo para contabilizar o valor a ser ressarcido.

O Canadá é considerado referência do cashback. Com um IVA único, o país dá contrapartida de créditos tributários para famílias de baixa renda, alcançando 9 milhões de pessoas, ou 25% da população. As transferências variam de acordo com o tamanho da família, número de filhos menores e renda. Por ano, a devolução pode chegar a até 2.400 dólares canadenses (R\$ 9.744).

Mas os créditos devolvidos no país somam 5% do total de benefícios sociais, o que significa que têm pouco impacto na redução da desigualdade, segundo especialistas.

Nos EUA, há devolução de parte dos **impostos** para trabalhadores de baixa renda com filhos e outros dependentes, com base nos **impostos** pagos. O crédito é exercido na declaração anual de Imposto de Renda como uma restituição.

No Brasil, um exemplo está em vigor desde 2021 no Rio Grande do Sul e prevê a devo

EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NO MUNDO

Canadá País é considerado referência e dá contrapartida de créditos tributários para famílias de baixa renda, alcançando 9 milhões de pessoas, ou 25% da população. Mas os créditos devolvidos somam 5% do total de benefícios sociais.

Estados Unidos O governo oferece devolução de parte dos **impostos** a trabalhadores de baixa renda com filhos e outros dependentes, com base nos **impostos** pagos. O crédito é exercido na declaração anual de Imposto de Renda como uma restituição.

Rio Grande do Sul Programa devolve parte do ICMS pago por famílias com renda de um a três salários mínimos. Elas são incentivadas a pedir nota fiscal e informar o CPF, o que reduz a informalidade. Foram contempladas até agora 620 mil famílias.

Marinho defende desoneração definitiva da folha

FERNANDA TRISOTTO

fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou ontem ser favorável à mudança definitiva da tributação da folha de pagamento, trocando a cobrança de **impostos** dos salários por um percentual sobre o faturamento das empresas intensivas em mão de obra. Para ele, o momento de debater é agora, simultaneamente à discussão da **reforma tributária**.

- Sou plenamente favorável a essa mudança, de tirar (a tributação) da folha de pagamento e colocar no faturamento -disse em evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo. -O debate da desoneração da folha tem de ser enfrentado simultaneamente ao debate da **reforma tributária**.

Segundo Marinho, o grande entrave é encontrar uma forma de garantir o financiamento da Previdência. A desoneração da folha permite às empresas substituir a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%.

Esse modelo está em vigor até o fim deste ano para empresas de 17 setores, que empregam 6 milhões de pessoas. Estes setores incluem em têxtil, calçados, máquinas e equipamentos, proteína animal, construção civil, comunicação e transporte rodoviário.

EM UM SEGUNDO MOMENTO Marinho ressaltou que essa é sua posição pessoal e se esquivou de responder sobre discussões a respeito do assunto no governo, dizendo que essa é uma atribuição do Ministério da Fazenda e que as perguntas deveriam ser endereçadas ao ministro Fernando Haddad.

Na Fazenda, a discussão sobre mudanças na cobrança de **impostos** sobre o salário ainda é feita de forma incipiente, mas há um entendimento de que deve ser feita quando o governo discutir alteração da tributação da renda.

O próprio secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, já disse que as reformas de **tributos** serão feitas em duas etapas. A primeira, em andamento, engloba só os **tributos** sobre consumo. Em um segundo momento, o governo vai discutir alterações na tributação de renda e folha de salário.

Como a equipe econômica já tem delineado que a desoneração da folha de pagamento viria em uma reforma da tributação da renda, não fez nenhum pedido aos deputados que integram o grupo de trabalho da **reforma tributária** para que discutam o tema. Mas os parlamentares não fazem objeção ao debate.

- É possível sim, se for compreensão do governo, trazer essa desoneração da folha como um modelo novo de cobrança do imposto sobre consumo -disse o presidente do grupo, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Segundo Lopes, há vários mecanismos que podem ser usados, como a criação de de-flatores ou transformação da folha de pagamento em insumo, por exemplo. Ele pontuou que o setor de serviços, por exemplo, cuja cadeia é curta, tem na folha de pagamento grande parte do custo e alerta para eventual aumento de carga tributária.

Para o relator do texto, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), é preciso buscar uma solução para a desoneração, pois todas as medidas foram pontuais, em meio a crises econômicas, mas disse que a discussão não está sendo feita neste momento.

-Essas especulações têm que passar sob crivo do impacto. E nós não tivemos, ainda, nem a concretude das sugestões. Elas apenas estão sob especulação e sequer foram avaliadas sob o ponto de vista de impacto - afirmou Ribeiro.

Como a mudança nos **impostos** do consumo elevará a carga de alguns setores, um grupo de parlamentares já articula sugestões para uma compensação permanente à desoneração da folha. O deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), por exemplo, propôs um imposto digital sobre movimentações financeiras, com alíquota máxima de 0,99%.

- Eu acredito que teremos uma terceira proposta, unificando as sugestões para mudar o sistema de **tributos** de consumo, em algo mais simples, e já considerando a desoneração da folha. E aí terá de se arrumar uma forma de compensar, que pode ser o microimposto -disse Passarinho.

"SINTO MUITO" Marinho também defendeu debater formalização de trabalhadores de plataformas: - Se a Uber e as outras plataformas não gostarem de um processo de formalização, eu sinto muito.

O ministro disse não acreditar que a Uber vá embora do país, mas ressaltou que o governo quer garantias de proteção social a esses trabalhadores: -Tem que ter regras, controle para não ter excesso de jornada.

Em nota, a Uber disse ser favorável a uma regulação que garanta direitos previdenciários aos trabalhadores, com as plataformas pagando parte dos encargos.

Reforma tributária e diplomacia de Haddad - LU AIKO OTTA

Se há algo diferente no atual esforço para aprovação da **reforma tributária** é o envolvimento do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Alguns de seus antecessores no cargo diziam em público que o tema era prioritário, mas trabalhavam nos bastidores contra sua aprovação. Uns, por recear o impacto das mudanças na arrecadação. Outros, por discordar dos rumos da proposta no Congresso.

Haddad tem investido capital político na **reforma tributária**, uma peça crucial em sua estratégia de retomada do crescimento econômico.

Reservou em sua agenda um dia da semana para resolver, com os integrantes do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisa o tema, pontos de divergência. Na segunda-feira, recebeu líderes partidários da casa legislativa para explicar a importância de sua aprovação.

Assim, ele tem usado de sua diplomacia, já provada em episódios como o da discussão das metas de **inflação** e da volta da taxaço sobre combustíveis.

A **reforma tributária**, porém, exigirá uma costura política muito mais abrangente para ter alguma chance de avançar.

Ontem, o ministro reuniu-se com o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, que comanda Aracaju, para tentar aparar arestas desse importante foco de resistência: as capitais brasileiras. Ofereceu algo ausente até então: diálogo.

Até agora, as conversas estiveram concentradas em União e Estados, comentou o presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Jeferson Passos, também de Aracaju. Ele conta que Haddad foi habilidoso na conversa. Ex-prefeito de São Paulo, demonstrou conhecer plenamente os problemas das cidades.

Ficou acertado que as prefeituras terão acesso a dados do Ministério da Fazenda sobre os impactos da reforma. Assim, poderão ter mais clareza sobre ganhos ou perdas financeiras.

Esse foi, na avaliação do secretário, um grande avanço.

As divergências, porém, são grandes. A Abrasf está disposta a ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso a **reforma tributária** funda o Imposto sobre Serviços (ISS) com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Seria um atentado ao federalismo brasileiro, avalia.

A mudança indesejada pela Abrasf consta dos dois relatórios de **reforma tributária** que são o ponto de partida para a atual rodada de negociações: as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110. Ambas juntam o ISS com o ICMS.

No entanto, a **reforma tributária** perderia muito sem a fusão do ISS com o ICMS, avaliou o secretário especial de **Reforma Tributária**, Bernard Appy, em entrevista a este jornal.

Especialista em contas públicas, o economista Sergio Gobetti afirma que essa mudança vai fortalecer a arrecadação da grande maioria dos municípios, e não o contrário. Isso porque hoje as prefeituras só podem cobrar ISS das empresas que estão sediadas nelas, e não sobre os serviços que seus moradores consomem. Com a reforma, isso muda.

Mas não é só aí que há risco de a **reforma tributária** parar nos tribunais. O próprio detalhamento da emenda constitucional, a ser feito em uma lei complementar, pode virar disputa jurídica se não for bem construído, comentou Appy.

Vão ficar para a lei complementar definições importantes, como a base de incidência do novo tributo sobre o consumo. Também uma clara definição de o que é o princípio de destino, exemplificou Appy.

A lista, porém, é muito maior.

Segundo Passos, o relatório da PEC 110 tem pelo menos 32 itens que precisarão ser regulados em lei complementar. É um processo que pode consumir anos de debate e, no período, trazer grande insegurança para Estados e municípios, avaliou.

A FNP apoia a **reforma tributária** da PEC 46, conhecida como "Simplifica Já", que é menos disruptiva que as PECs 45 e 110. Mantém cada nível de governo com seus próprios **impostos**, mas

uniformiza as 27 legislações do ICMS e as 5.500 do ISS.

Na próxima semana, a FNP fará um grande evento em Brasília, com a possível presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E lançará uma frente parlamentar que já conta com 80 deputados, informou Passos.

Muita diplomacia será exigida também no Congresso Nacional. Em evento em São Paulo na última segunda-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não tem base nem para aprovar proposições simples.

Que dirá PECs.

No front interno do governo, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, abriu uma divergência para defender que a desoneração da folha seja tratada na primeira etapa da **reforma tributária**. Não é esse o plano de Appy.

Há ainda as pressões de setores econômicos que se veem sob risco de ter sua carga tributária aumentada, como são os casos de serviços e o agrícola.

Jogar para a lei complementar a definição de como ficará a carga de cada setor, como propõe a PEC 110, não tem sido resposta suficiente. Também aqui, alguma forma de diálogo será necessária.

Não bastasse tudo isso, a **reforma tributária** em si é um peixe difícil de ser vendido.

Porém, será necessário convencer a população dos benefícios dela.

O crescimento econômico, principal objetivo, poderá demorar a chegar. Segundo admitiu Appy, as mudanças no sistema tributário só deverão afetar ao dia a dia dos brasileiros lá por 2025, numa conta otimista.

Para 2023, é esperada uma melhora de expectativas dos agentes econômicos. Isso pode ter impacto sobre o crescimento, mas não é possível medi-lo.

A **reforma tributária** trará uma taxação sobre o consumo que será na faixa dos 25%, e isso vai assustar muita gente. Esse é outro ponto difícil de vender: os brasileiros já pagam isso, mas não se dão conta.

Esse quadro sugere que a **reforma tributária** sofrerá mudanças. Será muito bom se o diálogo for capaz de, após 30 anos, desencalhá-la.

Há 32 pontos que PEC 110 remete para a lei complementar

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1§ion=1>

Regra fiscal tem de ser simples, aplicável e factível, diz Vilma

Marta Watanabe De São Paulo

O novo arcabouço fiscal pode considerar limite de gastos ou metas de resultado primário ou os dois parâmetros conjuntamente, mas precisa atender aos princípios da simplicidade, aplicabilidade e flexibilidade. Para ser crível, não basta apenas a definição da regra fiscal, mas também um ambiente de governança no qual um dos instrumentos importantes é a avaliação permanente de gastos. Além de controlar o nível de despesas, é preciso melhorar a qualidade delas.

Nessa avaliação de gastos, políticas públicas e renúncias tributárias estão entre as prioridades.

É o que defende a economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI). Há sinalização positiva do governo federal ao prometer a antecipação da proposta de novo arcabouço fiscal para março, bem antes do prazo legal, diz Vilma.

Esta é a primeira de uma série de entrevistas e reportagens do Valor Fiscal sobre a nova regra para as contas públicas e a situação fiscal do país, a serem publicadas nas próximas semanas.

Para Vilma, a divulgação do pacote de medidas em janeiro também mostra que o governo tem preocupação em relação à repercussão que o aumento do nível de gastos pela Emenda Constitucional 126/22, resultante da promulgação da PEC da Transição, pode trazer para a trajetória da dívida pública. Mas as despesas que estão sendo criadas, alerta, têm caráter permanente e a nova regra fiscal precisa ser compatível com a estrutura de gastos desenhada.

Para manter a dívida bruta do governo geral no nível de 2022, equivalente a 73,5% do **PIB**, diz ela, o resultado primário do setor público consolidado, incluindo União, Estados, municípios e estaduais, precisaria ser de superávit de 1,4% do **PIB**. Isso, considerando o médio prazo - período de 2024 a 2031 -, em cenário com crescimento real médio da economia de 2% e juros reais implícitos da dívida de 4% ao ano.

A IFI calcula que haverá déficit de 1,3% do **PIB** neste ano e de 1,1% em 2024 no setor público consolidado.

No governo central, especificamente, o déficit primário deve ser de 1,1% do **PIB** em 2023 e de 0,9% em 2024, segundo as estimativas da instituição no cálculo mais recente, que já embute os efeitos do pacote.

Atualmente a IFI calcula que a relação dívida bruta/**PIB** encerre 2023 em 78,7%, com avanço para 82,3% ao fim de 2024, sob impacto também de **inflação**, juros e desaceleração no crescimento do **PIB**.

Os cálculos, porém, dependem da definição do novo arcabouço fiscal.

O cenário que se considerou foi o do atual teto de gastos, incluídos os efeitos do pacote anunciado em janeiro pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a expectativa de **reforma tributária**.

Ex-assessora econômica na Secretaria da Fazenda do Paraná, Vilma cita a **reforma tributária** como medida estrutural importante, que pode contribuir para maior crescimento econômico, com impacto positivo para receitas e quadro fiscal. É preciso, porém, discutir conjuntamente a questão federativa envolvida, diz.

A seguir os principais pontos da entrevista: Cenário atual Após a divulgação do pacote pelo ministro Haddad, o cálculo da IFI indica dívida bruta equivalente a 78,7% do **PIB** ao fim de 2023 e de 82,3% do **PIB** em 2024. É preciso considerar que o cenário traçado para os cálculos ainda é incerto, dado que não temos a nova âncora fiscal. O cenário foi feito considerando a regra vigente do teto de gastos, o pacote de janeiro e a perspectiva de **reforma tributária**.

A IFI considera crescimento de **PIB** de 0,9% neste ano e de 1,4% para o ano que vem. **Inflação** medida pelo IPCA ao fim de 2023 estimada em 5,6%, lembrando que ela subiu, porque em janeiro estava em 5,3%. Para 2024, o IPCA projetado é de 3,8%.

Para manter a estabilização da relação dívida bruta/**PIB** no nível de 2022 - 73,5% do **PIB** - seria necessário superávit primário de 1,4% do **PIB** do governo consolidado, em cálculo que considera o médio prazo - período de 2024 a 2031- , com cenário em que a IFI considerou crescimento real médio da economia de 2% e juros reais implícitos da dívida de

4% ao ano. O cálculo da IFI aponta déficit primário de 1,3% do **PIB** este ano e de 1,1% em 2024 para o setor público consolidado. No governo central o déficit primário esperado é de 1,1% neste ano e de 0,9% em 2024.

O pacote divulgado em janeiro mostra a preocupação do governo em relação à curva da dívida pública desenhada a partir da negociação da PEC da Transição, que resultou na EC 126/22.

Mas é preciso ter mudanças estruturais, porque o governo tomou medidas que trazem aumento do nível de gastos com despesas permanentes, como as alterações no Bolsa Família e o reajuste do salário mínimo.

Arcabouço fiscal O objetivo de um arcabouço fiscal é criar sustentabilidade fiscal por meio do controle da trajetória da relação dívida/**PIB**. Como o governo tem lançado medidas que levam a gastos permanentes, a nova regra fiscal precisa ser compatível com a nova estrutura de gastos desenhada. O governo dá uma boa sinalização ao anunciar que vai antecipar a divulgação das novas regras fiscais de agosto para março.

Há variedade de regra fiscais que podem trazer sustentabilidade à dívida, e isso pode ser via controle de despesas ou metas de resultado primário ou com controle de gastos combinado com fluxo. É preciso que a medida seja bem calibrada e precisa ter aplicabilidade, simplicidade e flexibilidade.

Na pandemia de covid-19, por exemplo, o decreto de calamidade pública possibilitou gastos extraordinários em 2020. Mas como em 2021 ainda havia efeitos da pandemia e os gastos estavam em nível alto, sendo de difícil reversão, tivemos em 2021 vários puxadinhos no teto de gastos. Isso fragilizou a regra. Não adianta nada ter uma regra de controle de gastos que vai ficar vulnerável. Estudos mostram que o arcabouço pode ter uma regra de gatilhos, de salvaguardas, mas também pode se prever um retorno gradual para os parâmetros estabelecidos. Se furou o teto de gastos porque teve que executar crédito extraordinário, por exemplo, haveria um período de tempo para se retornar ao nível de despesas estabelecido. Assim se evita mudar toda hora a regra.

Governança fiscal Uma regra fiscal sozinha não vai garantir tudo. Ela precisa estar alinhada a outras práticas, como a melhora da qualidade do gasto público, que pode ser buscada com instrumentos como a avaliação permanente de gastos, como as "spending reviews".

Nos últimos anos tivemos a reforma da Previdência,

mas com a regra do teto de gastos, os cortes ficaram muito nas despesas discricionárias.

Não é só controlar o nível de gasto, é necessário melhorar a qualidade. Isso não precisa estar dentro da nova regra fiscal, mas o encaminhamento traria maior segurança sobre sua sustentabilidade.

As spending reviews permitem reduzir também gastos obrigatórios com qualidade. A prioridade para avaliação são as políticas públicas e as renúncias fiscais.

Outro instrumento que se adota hoje em vários países são os quadros de despesa de médio prazo [MTEF, na sigla em inglês para Medium Term Expenditure Framework].

A ideia é trazer para a elaboração do Orçamento do ano a perspectiva de impacto para além daquele exercício, abarcando um período que pode ser de três anos, por exemplo, o que permite uma análise de gastos no médio prazo. Isso pode ser feito independentemente do PPA [Plano Plurianual], que continuará existindo.

Investimentos O corte de gastos nos últimos anos ficou focado em despesas discricionárias e afetou os investimentos.

Pelos dados que o Tesouro Nacional tem divulgado, há alguns anos estamos, no governo federal, com investimento líquido - investimento descontada a depreciação - negativo. Estamos investindo abaixo do que está sendo depreciado.

Ou seja, estamos perdendo capital em relação ao **PIB**. É preciso verificar as áreas prioritárias e aumentar o nível de investimentos. E é preciso ter maior qualidade e aumentar a eficiência desse gasto.

Políticas públicas Já há comitê de monitoramento e avaliação de políticas públicas e é preciso fazer com que esses resultados gerem impacto positivo. Ainda não tivemos mudança das políticas em decorrência dessas avaliações.

Com a avaliação permanente, é possível identificar que determinada política é boa, mas tem um desenho que precisa ser mais bem calibrado. O Bolsa Família, por exemplo, que agora tem sido discutido de forma mais profunda. O programa é uma boa política pública.

Só que conceder o mesmo valor para todas as famílias, independentemente do tamanho da família, é o melhor desenho?

Renúncia tributária As avaliações de políticas públicas

não impactam somente o lado das despesas. Elas podem ter efeito também nas receitas, com a avaliação dos benefícios tributários, área na qual temos muitos passos para avançar. É preciso fazer uma harmonização de metodologia. Fala-se muito dos gastos tributários da União, mas nos Estados e municípios também há essa renúncia e cada ente apura isso de um jeito. A harmonização é importante para se fazer um diagnóstico.

No âmbito da União, a Emenda Constitucional (EC) 109/21 estabelece um plano de redução de gastos tributários que a União deveria encaminhar. No ano passado, com as desonerações feitas no IPI e também sobre combustíveis, entre outras, houve na verdade um aumento, e não uma redução de gastos tributários.

Reforma tributária A melhor solução para os gastos tributários com ICMS passa pela **reforma tributária**. É preciso avançar também na simplificação do sistema tributário e no uso de recursos tecnológicos para melhorar a arrecadação e a fiscalização. Uma reforma da tributação sobre consumo deve ser neutra do ponto de vista de carga tributária, mas a maior eficiência do novo sistema, com redução da complexidade, deve contribuir para o crescimento econômico e assim pode melhorar a arrecadação do governo, com impacto na sustentabilidade das contas públicas. A simplificação passa pela aglutinação de **tributos**, inclusive de **impostos** arrecadados pelos governos subnacionais, mas é preciso discutir a questão do federalismo conjuntamente.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1§ion=1)

Relator da tributária diz que base para aprovação é tarefa do governo

Responsável pelo parecer do grupo de trabalho sobre a **reforma tributária**, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) evitou nessa terça-feira demonstrar preocupações sobre a eventual ausência de uma base do governo consistente para aprovar uma proposta de emenda constitucional.

O parlamentar sinalizou que a construção dessa base cabe àqueles que estão conduzindo a política do governo.

"É uma construção. Esse é um texto do Estado brasileiro. Estamos tratando de uma reforma que modifica o sistema tributário.

Evidentemente que a participação do governo é muito importante, mas isso a gente deixa para quem está conduzindo a política do governo tratar", disse Ribeiro ao ser indagado se há base para conseguir aprovar a **reforma tributária** até maio.

Após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, parlamentares voltaram a afirmar que o cronograma governista prevê a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) até o fim de maio.

O relator da reforma não descartou a possibilidade de incluir a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos na proposta, mas sinalizou que essa é uma decisão que será tomada considerando a viabilidade de aprovação da proposta.

"Todas as questões vão iniciar o debate agora. Vamos discutir.

Evidentemente, o governo, tendo priorizado [a proposta], vai participar da discussão ativamente para definir exatamente o que cabe e o que não cabe dentro da reforma. Quem comentou a questão da desoneração foi o próprio secretário [da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy]. Vai caber a ele e ao governo apresentar ao grupo de trabalho e nós construiremos essa proposta dentro de uma viabilidade que tem como princípio o não aumento da carga tributária", afirmou.

Enquanto o grupo de trabalho começa a debater o tema com o governo, já surgem resistências de setores da economia em relação às discussões tributárias. A taxação da exportação de óleo cru,

prevista na medida provisória que reonerou os combustíveis, acendeu um alerta na bancada que defende o agronegócio no Congresso.

O setor, que exporta produtos primários, está preocupado com o precedente e uma possível tributação das vendas externas do campo. "A taxação de exportação de produtos primários nos gera um ponto grave de preocupação", disse o deputado Pedro Lupion (PP-PR), líder da bancada ruralista.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1§ion=1>

Conselhão vai erodir de vez o "cercadinho" de Bolsonaro, diz Padilha

Fabio Murakawa, Renan Truffi, César Felício e Fernando Exman De Brasília

A volta do "Conselhão", ou Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, é a "erosão final do cercadinho" do ex-presidente Jair Bolsonaro. O órgão de consulta, que terá mais de uma centena de integrantes, será uma arena para o governo dialogar com o empresariado, tendo o cuidado de observar a critérios de representatividade. Padilha destacou que 40% dos membros serão mulheres e grupos temáticos vão ser constituídos para debates como o diálogo inter-religioso.

Em uma hora e dez minutos de entrevista ao Valor, Padilha divulgou nomes de alguns integrantes do colegiado. Entre eles, está Isaac Sidney, presidente da Febraban. Na indústria, consta o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva. No agronegócio, o empresário Rubens Ometto, da Cosan. As "big techs" estão representadas com Conrado Leister, da Meta. No varejo, Luiza Trajano (Magazine Luiza) . Na sociedade civil, Neca Setúbal, da família controladora do Itaú. Também haverá um mínimo de 40% de mulheres, em uma preocupação para com a diversidade.

Padilha foi um dos articuladores da permanência no governo do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, deputado licenciado do União Brasil, bombardeado por denúncias, entre elas usar voos da FAB para atividades particulares. Juscelino se explicou para Lula em uma reunião na tarde da segunda-feira, acompanhada por Padilha.

"Esse vai ser um padrão: a presunção da inocência. Não vamos seguir pré-julgamentos", afirmou.

Sobre a demora no preenchimento de cargos administrativos, Padilha disse que não há represamento para negociação política e nem veto a funcionários públicos que atuaram no governo Bolsonaro. Segundo ele, a lentidão se deve à remontagem de diversas estruturas, em razão da criação de novos ministérios. A seguir, trechos da entrevista ao Valor.

Valor: Por que recriar o Conselho? Qual a ideia do governo?

Alexandre Padilha: Isso faz parte do que eu chamo de um programa de reabilitação das relações institucionais. O presidente anunciou a intenção dele de recriar o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social. A gente acrescenta a esse nome o a ideia de "sustentável", na medida provisória de recriação dele. É uma necessidade do país. O Brasil viveu, durante o período Bolsonaro, quatro anos de conflito, de interdição do diálogo, de interdição da ideia de que é possível construir consensos. O tempo todo era polarização, disputa política, conflito, querer exterminar o diferente. É uma necessidade do país ter uma mesa onde nós acreditamos que é possível construir agendas comuns, é possível construir consensos.

Valor: Em que ele será diferente do Conselho de 2003?

Padilha: O Brasil mudou muito de 2003 para cá. Então, nós queremos recriar o Conselho também buscando expressar a nova realidade de atores econômicos do país. Ampliando, por exemplo, a participação do agronegócio, que inclusive se internacionalizou. Pelo fato de estar inserido no ambiente global, tem uma visão sobre a sustentabilidade diferente da postura anterior. Estamos buscando dar mais espaço, maior representação das fintechs, das startups. Então, buscando ter maior diversidade regional, ampliando mais espaço pro setor de serviços. A indústria da inovação, o setor de serviços para nós é estratégico hoje, para o dinamismo das economias nacionais, e mesmo para a inserção global. Estamos buscando no novo Conselho dar mais espaço para temas como a diversidade étnica, racial, de gênero, que é um tema que já entrou cada vez mais com muita força, também no ambiente corporativo.

Valor: As igrejas vão participar?

Padilha: Nós queremos trazer esse debate para o espaço do Conselho, mas sinceramente ouvindo vários atores religiosos. A representatividade dele não vai ser só pelos seus membros, mas também pelos grupos temáticos que vamos constituir. Um dos grupos vai ser exatamente sobre o debate inter-religioso. A gente realmente ficou em dúvida e optamos por não apostar nisso.

Valor: Há uma tensão com o agronegócio por conta da mobilização dos movimentos sociais no campo. O Conselho pode ser um fórum de diálogo sobre isso?

Padilha: Eu estou convencido de que, nesse tema de mobilização no campo, pode ter acontecido um ato isolado. Ao mesmo tempo, eu acredito que sobretudo os atores mais dinâmicos do agronegócio não querem embarcar na postura violenta, antidiálogo, estimulada pelo Bolsonaro nos últimos quatro anos. Nós acreditamos que o Conselho pode ajudar a criar um ambiente de diálogo muito importante na área rural do país. Vamos ter lá o agronegócio, vamos ter lá o MST, representantes da agricultura familiar.

Valor: O setor de serviços é um dos que mais resistem à atual proposta de reforma tributária. O Conselho também pode ajudar nisso?

Padilha: Acreditamos que a presença desse setor pode contribuir para o debate da reforma tributária. Mas também em um diálogo importante desse novo mundo do trabalho. Tem uma nova realidade do mundo do trabalho, dos direitos trabalhistas, de como se organiza esse trabalhador, que é muito dinâmico. Acreditamos que trazer esses vários representantes do setor de serviço junto com novas formas de organização dos trabalhadores nesse setor, não só as organizações tradicionais, pode contribuir muito pro debate sobre essa questão do trabalho no setor.

Valor: Os prefeitos estão muito preocupados com a possível extinção do ISS. E de ficarem isolados nesse debate da reforma tributária por causa desse ponto...

Padilha: O Conselho pode ser um espaço para ajudar esse trabalho que vem sendo muito bem desenvolvido pelo Ministério da Fazenda em conjunto com o Congresso na construção de consensos para podermos aprovar uma reforma tributária. A gente não está tratando de pontos específicos na montagem do Conselho. A ideia é que o Conselho não seja um somatório da fragmentação dessas agendas, mas seja um espaço para construir agendas comuns.

Valor: Qualquer que seja a reforma aprovada, ela vai implicar a oneração de alguns setores e na desoneração de outros. Isso está claro...

Padilha: Está claro para você. Se a reforma tributária for vista como um embate entre segmentos econômicos, não se cria um ambiente para construir um esforço de aprovação. O centro da reforma tributária é aquilo que vem sendo dito pelo ministro Fernando Haddad e pelo Bernard Appy é o da simplificação. Simplificar o que temos de impostos no Brasil para facilitar quem quer investir no país.

Valor: Arthur Lira [presidente da Câmara] disse que será uma reforma possível. E que o governo hoje não tem maioria pra aprovar um projeto, que dirá uma emenda constitucional.

Padilha: A reforma tributária e o marco fiscal não são temas que sejam embate entre governo e oposição. São dois temas, inclusive, que dentro do Congresso Nacional constroem um ambiente de diálogo entre parlamentares que compõem partidos que estão na base do governo com partidos que se declaram de oposição.

Valor: Quando o senhor acredita que a reforma será aprovada?

Padilha: O mais rápido possível. Eu diria que tem um ambiente positivo no Congresso Nacional para aprovar uma reforma tributária neste ano, no Congresso.

Valor: Governistas e oposição têm uma visão diferente sobre o marco fiscal. Isso esbarra na capacidade que governo vai ter para investir, para manejar o Orçamento.

Padilha: Mas o marco fiscal não é um marco para este governo. O que o Brasil precisa é ter um marco fiscal que garanta previsibilidade para este e os próximos governos. Para quem quer investir hoje, programar investimentos de médio e longo prazos, o ambiente a ser criado no país. A mesma coisa em relação à sustentabilidade. O Brasil tem tudo para promover uma profunda transformação de matriz energética e ser um grande exemplo para o mundo. Esse é um investimento de médio e longo prazo que exige essa estabilidade.

Valor: É possível um debate conjunto entre reforma tributária e marco fiscal no Congresso?

Padilha: Logicamente, o marco fiscal caminha junto com o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com a própria discussão do Orçamento do ano que vem. Ele tem um calendário mais pré-definido. Mas é muito positivo para o país os dois debates estarem acontecendo juntos. Porque são dois pilares muito importantes para criar um ambiente de estabilidade e atração de investimentos.

Valor: Uma revisão da reforma trabalhista pode ser discutida dentro do Conselho?

Padilha: O presidente nunca falou em revisão. O que é uma das promessas do presidente é discutirmos diante da nova realidade do trabalho. Como garantirmos que o trabalhador no aplicativo com vínculo de trabalho intermitente tenha o mínimo de direitos. Que o fato de ser gestante garanta a licença-

maternidade. Tenho certeza que vários dos empresários, que dirigem empresas que têm novos regimes de trabalho, têm isso como uma preocupação. Como, obviamente, as entidades que representam esses trabalhadores, também têm. Eu acho que pode ser um espaço de encontro no debate sobre esse novo mundo do trabalho.

Valor: Quem serão os representantes fixos do Conselho?

Padilha: O presidente, o vice-presidente e o ministro das Relações Institucionais. A gente parte de um número com mandatos que podem ser renovados. Tem em torno 150, 160. E com maior representação. Um pouco mais de 40% de participação de mulheres, o que é um ganho enorme em relação ao Conselho de 2003. Terá representação de todas as regiões, maior participação de representantes negros. A gente fez um grande esforço de aumentar fortemente a representação de mulheres.

Valor: Qual a importância do setor financeiro no colegiado?

Padilha: O setor financeiro é extremamente importante hoje. Inclusive, tem um papel importante de influenciar o conjunto da dinâmica econômica, a postura e a participação dos outros empresários. E nós queremos o Conselho como uma plataforma que estimule a verdadeira revolução em ESG que já vem acontecendo em atores econômicos no mundo privado. E muito estimulado pelo setor financeiro, nas diretrizes de governança para as empresas que abrem seu capital.

Valor: Quando será a primeira reunião ?

Padilha: O nosso combinado com o presidente é poder fazer a primeira grande reunião do pleno logo depois da volta dele da China. Então nós vamos em abril fazer a primeira reunião do pleno.

Valor: O Conselho pode ajudar o governo em temas como a autonomia do BC, por não ter uma base forte no Congresso?

Padilha: Quando o Congresso aprova essa lei [de autonomia do BC], ele puxa pra si também esse debate [sobre juros]. Esse debate vai acontecer no Congresso independentemente do Conselho. O Conselho vai ser um espaço de debate da cena pública. Se tem uma pessoa que dá vazão a qualquer debate, crítico, sugestões, é o presidente Lula. A era de um presidente que só queria viver na sua bolha, no seu cercadinho acabou. O Conselho, de uma certa forma, é a erosão final do cercadinho do Bolsonaro. É criar um espaço para a cena pública com muita

diversidade, onde vai estar sentado, de um lado, um grande representante do agronegócio e, do lado, dele um representante do MST, da agricultura familiar, do setor urbano, da diversidade cultural, da Região Nordeste do país, da Região Sul. [O Conselho] é erodir o cercadinho do Bolsonaro e a sociedade de bolhas, essa ideia da sociedade fechada na sua bolha do WhatsApp.

Valor: Essa questão das "fake news" será discutida?

Padilha: Tudo que seja decisivo para o fortalecimento da democracia, eu acho que tem que ser um debate do conselho. Depois do que a gente viveu com o Bolsonaro - a política do cercadinho, do conflito, da disseminação de fake news, do incentivo aos ataques terroristas que aconteceram aqui -, é impossível um espaço como esse não ter o tema da democracia como um dos seus temas centrais. As grandes democracias têm discutido esse tema: como preservar suas democracias dos crimes que estão sendo cometidos nas redes sociais.

Valor: Parece que chegou-se a uma solução para a permanência do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, não?

Padilha: Desde o começo, o presidente Lula tem dito claramente que vai dar, não só pra esse ministro, mas pra qualquer ministro ou ministra, a garantia da presunção da inocência. E cabe a esses ministros ou ministras dar explicações, esclarecer as dúvidas, mostrar com fatos que aquilo do qual ele é acusado não procede. Particpei da reunião [com o Juscelino] e o presidente Lula reforçou exatamente isso para o ministro das Comunicações. Se você não concorda com aquelas acusações que estão sendo feitas, explique-se. O presidente Lula, vai dar a ele [ministro] o direito da presunção da inocência.

Valor: Vocês estão convencidos da inocência dele?

Padilha: Nós estamos dando a ele o direito da presunção da inocência, como daremos a todos os ministros e ministras.

Valor: É uma forma de evitar que o governo fique suscetível à pressão por demissão de ministro?

Padilha: O governo não vai ficar suscetível a nenhum partido ou qualquer opinião em relação a isso. O governo seguirá os fatos.

Valor: Como esse caso pode influenciar a relação do governo com o União Brasil?

Padilha: Eu separo totalmente [essas duas questões]. Nós temos várias ministras e ministros que não são

filiações a partidos. A relação com o União Brasil tem sido uma relação que independe de ministro A ou B. E acredito que nós vamos ter a melhor relação possível com a União Brasil. O União tem indicado, desde o começo, quadros para o governo, tem ampliado a sua participação.

Valor: O União Brasil está perto de se federar com o PP, que está mais na oposição. Isso não vai mudar a relação dele com o governo?

Padilha: Eu saúdo qualquer federação que foi constituída, que signifique maior coesão de projetos partidários. Isso, pra mim, é saudável, contribui para a democracia, para o fortalecimento de partidos. Se essa fusão vier acontecer, eu acredito, inclusive, que pode melhorar a relação, porque você desfragmenta essa relação.

Valor: Mas o comando do PP faz oposição ao governo Padilha: Se acontecer, nós vamos discutir como será a nossa relação com o União Brasil. Acredito que nossa relação possa melhorar, inclusive com a definição de votação de projetos. Tem projetos que independem de governo e oposição.

Valor: Está demorando muito preenchimento de cargos no governo. Essa demora é política?

Padilha: Não, não tem nenhuma relação com isso. O que tem é que você está reconstruindo a estrutura de governo federal. Nós recriamos o Ministério da Cultura, criamos o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério das Mulheres, Ministério dos Esportes, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na MP que nós encaminhamos em 1º de janeiro, tem órgãos que deixam de existir, órgãos que passam de um ministério pro outro. Isso fez com que só no final de janeiro a gente tivesse a estrutura desses órgãos, exatamente porque nós recriamos ministérios que tinham sido destruídos pelo Bolsonaro sem aumentar cargos, sem aumentar gastos, reorganizando aquilo que tinha na máquina federal.

Valor: Foi feito um acordo, com a chancela do Lira, para que os deputados novos também recebam uma parte das emendas parlamentares. Mesmo assim, vários deles assinaram, por exemplo, o requerimento de criação da CPMI do atos de 8 de janeiro. O governo vai cobrar para que quem recebeu esse recurso não dê apoio a iniciativas desse tipo?

Padilha: Nós consideramos que a melhor forma de apurarmos quem financiou, quem mobilizou, quem organizou esses atos de 8 de janeiro, que foram um atentado à democracia, seja fortalecer o trabalho que já vem sendo feito pela Polícia Federal, pelo Ministério da Justiça e pelo Judiciário. Qualquer iniciativa,

sobretudo liderada por quem passou pano para os atos terroristas, não são iniciativas positivas para a apuração desses fatos. Esse debate nós vamos fazer com os líderes não só do governo, mas também de oposição.

Se a **reforma tributária** for vista como um embate entre segmentos econômicos, não terá ambiente para aprovação"

Líder do governo, Jaques Wagner rebate Lira e afirma que Lula tem base 'consolidada' no Senado

Por Jeniffer Gularte e Bruno Góes - Brasília

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), rebateu o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e afirmou que o Palácio do Planalto tem uma base "consolidada" na Casa, com pelo menos 50 parlamentares. O deputado alagoano disse na segunda-feira que o governo "não tem hoje uma base consistente".

- Essa é uma opinião dele, eu respeito como presidente das Casa, mas na hora que a gente for votar uma matéria é que a gente vai conferir. A gente tem aqui no Senado uma coisa consolidada, não vejo problema aqui - disse Wagner ao GLOBO.

Em um evento na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Lira disse que o governo precisará de um tempo para se "estabilizar internamente".

- Porque hoje o governo ainda não tem uma base consistente, nem na Câmara nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matérias de quórum constitucional - declarou Lira.

A afirmação foi interpretada como um recado o Planalto. A declaração foi dada horas antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter se reunido para colher explicações do ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União), alvo de denúncias por ter usado um jato da Aeronáutica para viajar a São Paulo, onde participou de um leilão de cavalos. O partido de Juscelino, embora controle três ministérios, ainda não garantiu a fidelidade almejada por Lula. A eventual demissão do ministro poderia deflagrar uma ruptura da sigla com o governo.

Jaques Wagner pondera que não há "linearidade" no apoio ao governo e que a adesão oscila de acordo com a proposta analisada.

- Na minha conta, são mais de 50 senadores na base. Mas o que estou falando é que tudo depende da matéria. Pode ter até alguém do PT, em determinada matéria, por uma questão de consciência, votar assim ou assado. É difícil. Essa linearidade não existe.

O governo conta com os votos das bancadas do PT, MDB, PSD, PDT, PSB e Rede. O União Brasi tem adotado postura de independência. Entre os nove senadores da sigla, há Sergio Moro (PR), que faz oposição declarada a Lula. Com a permanência do ministro Juscelino Filho (Comunicações), o Planalto deve cobrar mais empenho da bancada para aprovar os projetos de interesse do Planalto.

Jaques Wagner disse que espera apoio de parlamentares de siglas da oposição, como Republicanos e PL, em projetos caros ao governo como a **reforma tributária**, que junto com o novo arcabouço fiscal são as prioridades do Planalto no primeiro semestre.

- Acho que ninguém faz oposição racional. **Reforma tributária**, você pode ter opinião diferente, mas não é uma questão de dizer 'sou contra, sou oposição', eu acho que varia muito isso.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/lider-do-governo-jaques-wagner-rebate-lira-e-afirma-que-lula-tem-base-consolidada-no-senado.ghtml>

'Cashback' de impostos: entenda como a reforma tributária pode devolver parte dos tributos no consumo aos mais pobres

Por João Sorima Neto e Eliane Oliveira - São Paulo e Brasília

A equipe econômica do governo Lula pretende colocar em prática, a partir de 2025, um novo sistema de devolução de parte dos **tributos** pagos pelas famílias de baixa renda, que já está sendo chamado de "cashback do imposto". Os técnicos trabalham para usar o Cadastro Único do governo como base para definir os beneficiários.

Existirão duas alternativas para o repasse do dinheiro: um valor per capita estimado do imposto a ser devolvido com base nos gastos médios de uma família de baixa renda; ou por meio das compras no comércio, com a exigência da nota fiscal e o cruzamento de dados que comprovem que o comprador faz parte do cadastro.

Esse cashback, que leva o nome de "Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) personalizado", já está previsto nas propostas de **reforma tributária** que tramitam no Congresso - a PEC 45, que está na Câmara, e a PEC 110, parada no Senado.

As duas propostas serão unificadas e a expectativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é que a mudança na forma de recolhimento de **impostos**, através do Imposto Sobre Valor Agregado, seja aprovada pelo Congresso este ano.

Após a aprovação da **reforma tributária**, o governo terá 180 dias para regulamentá-la, o que deve acontecer em 2024. Será preciso apresentar lei complementar no próximo ano para tratar do imposto unificado e garantir a segurança jurídica. É nessa etapa que o cashback deve ser detalhado.

Na visão de especialistas e do próprio governo, a novidade pode ajudar a diminuir a desigualdade social e seria mais eficiente que a desoneração de produtos da cesta básica para reduzir a regressividade do sistema brasileiro, ou seja, o alto peso dos **impostos** para a população mais pobre. No modelo de desoneração, pobres e ricos acabam sendo beneficiados com o desconto no imposto, observam os especialistas.

- Quem está no Cadastro Único, compra e fornece o CPF. Depois, é levantado o imposto que incidiu naquela compra, e devolve para as famílias, respeitando um teto - disse o secretário extraordinário para **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, durante palestra, citando que a reforma busca simplificar o sistema tributário e estimular o crescimento, e que o cashback é forma eficiente de política distributiva.

Por enquanto, a estimativa é que na **reforma tributária** a alíquota sobre o consumo no futuro IVA seja de 25%, uma das mais altas do mundo. Para o tributarista Roberto Quiroga, sócio-diretor do escritório Mattos Filho, na teoria, o cashback traz mais justiça tributária do que a desoneração de produtos da cesta básica:

- A desoneração de produtos beneficia ricos e pobres.

Renata Emery, sócia tributária do TozziniFreire Advogados, observa que há estudos mostrando que a devolução de **impostos** tende a ser mais regressiva, ou seja, reduz o alto peso dos **impostos** para a população mais pobre, do que a desoneração da cesta básica.

Auferir os resultados dessa política tributária é um pilar importante, defende o advogado Samir Choib, sócio do Choib, Paiva e Justo Advogados:

- A ideia tem mote interessante, e pode incentivar a formalização com emissão de notas fiscais. É preciso acompanhar para ver os efeitos.

A devolução de **impostos** vem sendo proposta por diversos centros de estudos fiscais, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mas poucos países adotaram o modelo em razão da complexidade.

No Japão foi implementado sistema de devolução de **impostos** para os mais pobres nos bens de maior consumo. A dificuldade foi fiscalizar o consumo e para contabilizar o valor a ser ressarcido.

O Canadá é considerado referência do cashback. Com um IVA único, o país dá contrapartida de créditos tributários para famílias de baixa renda, alcançando 9 milhões de pessoas ou 25% da população. As transferências variam de acordo com o tamanho da família, número de filhos menores e renda. Por ano, a devolução pode chegar a até US\$ 2.400 canadenses (R\$ 9.744).

Mas os créditos devolvidos no país somam 5% do total de benefícios sociais, o que significa que têm pouco impacto na redução da desigualdade, segundo especialistas.

Nos EUA, há devolução de parte dos **impostos** para trabalhadores de baixa renda com filhos e outros dependentes, com base nos **impostos** pagos. O crédito é exercido na declaração anual de Imposto de Renda como uma restituição.

No Brasil, um exemplo está em vigor desde 2021 no Rio Grande do Sul e prevê a devolução de parte do ICMS à população de renda mais baixa, entre um a três salários, divididos em três faixas.

Ricardo Neves Pereira, subsecretário da Receita do estado explicou que na primeira etapa foi estimado o valor gasto das famílias beneficiadas e chegou-se a uma carga de 10% do ICMS sobre a renda. O valor de devolução foi de R\$ 100 a cada trimestre, para famílias inscritas no Cadastro Único.

- Para as famílias que ganham até um salário, a carga tributária desse imposto foi reduzida em 50% - disse Neves, citando que o crédito é feito por meio de um cartão.

Um levantamento mostrou que a primeira parcela do benefício foi destinada a itens de primeira necessidade, sendo que 83% foram usados para compras em supermercados, atacados, açougues, restaurantes e padarias.

Na nova fase do programa, iniciada ano passado, as famílias estão sendo incentivadas a pedir nota fiscal e informar o CPF, reduzindo a informalidade dos serviços e do comércio. Com isso, a devolução será variável. Até agora, o programa gaúcho beneficiou quase 620 mil famílias com a devolução de R\$ 278 milhões.

Estudo feito pelo movimento Pra Ser Justo, composto por entidades e organizações da sociedade civil, mostrou que após a unificação dos cinco **tributos** sobre o consumo (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) seria possível alcançar 72,4 milhões de pessoas na base da pirâmide de renda com a devolução mensal de até R\$

13,22 por pessoa. Esse cashback custaria R\$ 9,8 bilhões por ano, cerca de metade do que o governo deixa de arrecadar com a desoneração da cesta básica.

O cashback, entretanto, não é unanimidade. Entre as críticas estão a complexidade de implementação, fiscalização e a dificuldade de chegar a famílias nos rincões do país, além da possibilidade de fraude.

Fernando Gaiger Silveira, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA, afirma que os valores devolvidos são muito baixos e têm impacto reduzido na melhoria de vida:

- Essa ideia tem apelo para vender uma **reforma tributária** que ajuda os pobres. Mas quem consome mais serviços são os ricos, portanto, poderíamos trazer o setor para uma tributação maior.

Róber Iturriet Avila, diretor do Instituto de Justiça Fiscal e professor de Economia da UFRGS, a devolução de **impostos** exige burocracia que torna o programa complexo:

- São indivíduos que por vezes não têm sequer CPF cadastrado, quanto mais registro nas Secretarias de Fazenda. E grande parte das compras é feita no mercado informal, sem nota fiscal.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/cash-back-de-impostos-entenda-como-a-reforma-tributaria-pode-devolver-parte-dos-tributos-no-consumo-aos-mais-pobres.ghtml>

Alckmin diz que reforma tributária está 'madura' e que oposição 'vai ajudar' a aprová-la

Por Bianca Gomes - São Paulo

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, disse nesta quarta-feira que a **reforma tributária** está "madura" e que a oposição "vai ajudar" a aprová-la no Congresso. Em entrevista ao programa Conversa com Bial, Alckmin defendeu que o governo federal aproveite a "lua de mel" com os parlamentares para votar a proposta em primeiro turno ainda no primeiro semestre deste ano.

- Estou confiante de que a **reforma tributária** vai andar. Acho que é uma oportunidade de o mundo político mostrar capacidade de diálogo e mostrar resultado. Esta é uma reforma que faz o **PIB** (Produto Interno Bruto) crescer. Pode crescer 10% em 15 anos. Traz eficiência econômica e está madura - afirmou o vice-presidente.

Alckmin acrescentou que há duas propostas já bastante debatidas - a PEC 45 e a PEC 110 - e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está liderando o tema "empenhado".

- A oposição, que poderia dificultar, é mais liberal, vai ajudar. Não tem razão para não ajudar, em tese. Os presidentes da Câmara e do Senado (Arthur Lira e Rodrigo Pacheco) declararam que vão se empenhar. Agora, não pode perder o primeiro ano. Se possível, no primeiro semestre, já tem que votar no primeiro turno. É a lua de mel, não pode perder essa força do voto - reforçou o vice-presidente.

Na entrevista, Alckmin defendeu a volta dos **impostos** federais sobre os combustíveis, alvo de críticas de uma ala do PT, e disse que o governo federal "agiu com responsabilidade fiscal" ao não prorrogar a "canetada" do ex-presidente Jair Bolsonaro.

-Não posso, neste momento, abrir mão de R\$ 28 bilhões de arrecadação - declarou o vice.

O ex-tucano corroborou ainda com os discursos de Lula a respeito da política de distribuição de dividendos da Petrobras. Afirmou que o Brasil "precisa de investimento" e que a estatal "partiu para uma decisão de distribuir o máximo que puder" de lucro

para seus acionistas.

No ano passado, a Petrobras foi a segunda maior pagadora de dividendos do mundo, distribuindo US\$ 21,7 bilhões aos acionistas, segundo dados da 37ª edição do Índice Global de Dividendos, da gestora Janus Henderson.

Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Alckmin ainda saiu em defesa do comandante do Exército, general Tomás Paiva, que disse que a vitória de Lula foi indesejada pela maioria dos militares. Segundo o vice, "ninguém tem unanimidade" e o que não pode dentro da área militar é "pregar golpe".

- O general foi escolhido comandante do Exército. Ele continua, não tem nenhum problema (a declaração). Ele é um dos mais preparados - afirmou.

Em relação à tensão entre o governo e as Forças Armadas, Alckmin disse que muitos dos problemas "são de relacionamento" e "vão acalmando".

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/alckmin-diz-que-reforma-tributaria-esta-madura-e-que-oposicao-vai-ajudar-a-aprova-la.ghtml>

Alckmin diz confiar no avanço da reforma tributária devido a apoio da oposição

SÃO PAULO (Reuters) - O vice-presidente, Geraldo Alckmin, disse na terça-feira estar confiante de que a **reforma tributária** será aprovada, uma vez que tem apoio tanto do governo quanto da oposição, mas alertou para a necessidade de aproveitar o primeiro ano da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu estou muito confiante de que a **reforma tributária** vai andar. Eu acho que é uma oportunidade de o mundo político mostrar capacidade de diálogo e mostrar resultado. Esta é uma reforma que... traz eficiência econômica e está madura, disse Alckmin em entrevista ao jornalista Pedro Bial, que foi ao ar na noite da véspera na TV Globo.

Lula lidera esse trabalho empenhado, o (ministro da Fazenda Fernando) Haddad é convicto de que é necessário, a oposição --que poderia dificultar-- é mais liberal... Agora, não pode perder o primeiro ano. Se possível, no primeiro semestre, já tem que votar o primeiro turno (da **reforma tributária**), é a lua de mel, afirmou Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

De acordo com o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, a expectativa é de que a primeira etapa da reforma, focada na criação de um imposto sobre consumo, seja apreciada na Câmara em maio, seguindo depois para o Senado, onde o prazo de votação ainda está indefinido.

Na entrevista de terça-feira, Alckmin voltou a dizer que o governo está comprometido com a responsabilidade fiscal, e deu como exemplo a decisão de Lula de retomar a tributação sobre combustíveis após o fim da desoneração no final do mês passado.

Eu não posso, nesse momento, abrir mão de 30 bilhões, 28 bilhões (de reais) de arrecadação, então isso ajuda na responsabilidade fiscal, afirmou o vice-presidente.

(Por Luana Maria Benedito)

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/03/08/alckmin-diz-confiar-no-avanco-da-reforma-tributaria-devido-a-apoio-da-oposicao.htm>

Em posse na FPA, Pedro Lupion condena invasão de terras e elogia Lira

Ilander Porcella e Isadora Duarte

Em sua posse como presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o deputado Pedro Lupion (Progressistas-PR) condenou as invasões de terras produtivas por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), elogiou o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-PR), e anunciou que a bancada terá 344 parlamentares (302 deputados e 42 senadores).

Arthur Lira não é só presidente da Câmara, é produtor rural. Lira cumpriu todos os compromissos com a frente na primeira gestão, declarou Lupion. O novo presidente da FPA também afirmou que sua ideologia é o produtor brasileiro. Ao anunciar o número de parlamentares da FPA, disse que a bancada será a maior do Congresso, para representar o agro moderno e sustentável.

Lupion afirmou que o agro não é contra a reforma agrária, mas se assusta com invasões e não aceita o esbulho possessório, ou seja, perda de propriedade, em pleno 2023. Nunca vamos concordar com invasões de terra, declarou.

O novo presidente da FPA afirmou que o agronegócio está construindo pontes com os ministros Carlos Fávaro, da Agricultura, e Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário.

No entanto, voltou a afirmar que a **reforma tributária** gera grande preocupação nos produtores rurais. Não há como tratamos igual a tributação do arroz e da borracha, exemplificou. Lupion disse que o agro quer um sistema claro de tributação, mas que respeite o produtor, que, na visão dele, não pode pagar a conta da reforma sozinho.

Sobre as pautas prioritária para a FPA, o novo presidente citou os projetos de lei dos defensivos agrícolas, da regularização fundiária e do licenciamento ambiental, que tramitam no Senado.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-posse-na-fpa-pedro-lupion-condena-invasao-de-terras-e-elogia-lira,df250781cca60ddf27ec16a734842d744y0dgpzj.html>

Após Petrobras cortar preço da gasolina, defasagem dispara

Nicola Pamplona

Com a alta nas cotações internacionais e o corte promovido pela Petrobras na semana passada, o preço da gasolina nas refinarias brasileiras iniciou a semana com elevada defasagem em relação à paridade de importação.

Segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), a diferença estava em 11%, ou R\$ 0,39 por litro, no início do pregão desta terça-feira (7). Para o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), a defasagem é de 15%, ou R\$ 0,57 por litro.

É o maior nível desde os dias que antecederam o último aumento nos preços da Petrobras, no fim de janeiro, ainda antes da posse de Jean Paul Prates, indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para comandar a estatal.

As duas entidades entendem que a Petrobras vem operando com preços inferiores aos estimados pela associação desde que o corte nas refinarias entrou em vigor, na última quarta-feira (1º).

"Esta semana, continuamos a ver um aumento na maior parte dos fundamentos de preços internacionais, o que leva a Petrobras a operar com descontos", comentaram em relatório nesta terça (7) analistas do Itaú BBA.

"Esse contexto de paridade de importação em alta, combinado com a recente discussão sobre possíveis mudanças na política de preços da Petrobras, deve pressionar a companhia pelas próximas semanas", concluem Monique Greco, Bruna Amorim e Eric de Mello.

A tendência, porém, é que a defasagem caia nos próximos dias, já que os contratos futuros apontam para redução das cotações internacionais.

Na véspera da redução de preços, executivos do setor alertavam que o mercado internacional tinha tendência de alta e que não viam muito espaço para cortes. A pressão sobre os preços é natural nessa época do ano, com o início da formação de estoques para o verão nos Estados Unidos.

Ainda assim, após reuniões com o governo, a Petrobras anunciou a redução de R\$ 0,13 por litro, que compensaria parcialmente a nova alíquota de PIS/Cofins, de R\$ 0,47 por litro.

A Petrobras justificou a redução de preços dizendo que busca equilíbrio "aos mercados nacional e internacional, através de uma convergência gradual, contemplando as principais alternativas de suprimento dos nossos clientes e a participação de mercado necessária para a otimização dos ativos".

Na semana passada, em sua primeira entrevista coletiva como presidente da estatal, Prates disse que a ideia é deixar de usar o conceito de paridade de importação, que considera uma "abstração", que "só serve para deixar o concorrente confortável".

A nova política de preços da companhia, afirmou, seguirá atrelada às cotações internacionais, mas sem considerar necessariamente os custos para importação dos produtos. Na sua opinião, o modelo atual foi implantado para beneficiar importadores e abrir o mercado.

"A Petrobras vai praticar preços competitivos do mercado nacional, do mercado dela, conforme ela achar que tem que ser para garantir sua fatia de mercado", disse o executivo.

A mudança, porém, ainda depende da nomeação da nova diretoria e do novo conselho de administração da estatal, que deve estar concluída até o início de maio. Até lá, segundo Prates, a determinação é seguir as regras vigentes na empresa.

Procurada, a Petrobras ainda não comentou o assunto. Em notas anteriores sobre o tema, a empresa tem respondido que "o preço de paridade de importação não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes".

"Os reais valores de importação variam de agente para agente, dependendo de características, como, por exemplo, as relações comerciais no mercado internacional e doméstico, o acesso à infraestrutura logística e a escala de atuação."

Combustível sobe R\$ 0,17 em semana de volta de tributo federal

O preço da gasolina nos postos brasileiros subiu 3,3% na semana passada, já com repasses da retomada da cobrança de **impostos** federais, que entraram em vigor na quarta (1º). Já o preço do diesel, que foi cortado nas refinarias da Petrobras caiu 0,5%. De acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o litro da gasolina foi vendido no país, em média, a R\$ 5,25,

R\$ 0,17 a mais do que o verificado na semana anterior. É o maior preço desde a última semana de agosto de 2022, em valores corrigidos pelo IPCA.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50209&maxTouch=0&_ga=2.230801119.1399432319.1678080940-1380897342.1635735907

5 barreiras que o carro elétrico ainda enfrenta no Brasil

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

As barreiras enfrentadas pelos veículos elétricos no Brasil vão além de uma infraestrutura de recarga mais abrangente e dos preços altos dos modelos vendidos no País.

Especialistas do setor clamam por uma política de eletromobilidade mais clara, que possa contribuir para a redução nos preços dos modelos e a menor taxa de **tributos**, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Conheça cinco fatos que ainda emperram o avanço dos veículos movidos a bateria no mercado brasileiro.

1 FALTA DE POLÍTICA NACIONAL Uma das principais reivindicações do setor está na esfera governamental, como a criação de uma política nacional de eletromobilidade.

A iniciativa daria mais confiança e suporte a todos os integrantes da cadeia produtiva, como fabricantes, concessionárias, provedores de infraestrutura e usuário.

"Com o esforço integrado, entre governos federal, estaduais e municipais, essa política atuaria na disseminação dos benefícios da mobilidade elétrica nos grandes centros urbanos, como desoneração dos custos de logística embutidos nos preços ao consumidor final e diminuição nas tarifas de transporte público, permitindo maior inclusão social", afirma Ricardo David, sócio-diretor da Elev, empresa especializada em soluções para a mobilidade elétrica.

Para ele, a melhoria na estrutura de **impostos** proporciona incentivos que motivariam maior inserção do veículo elétrico nos transportes público e de carga. "O Brasil precisa de estímulos para a produção nacional de veículos elétricos, o que ampliaria a oferta de empregos e a atração de novas tecnologias", acredita.

"Temos um potencial gigantesco quando tratamos da possibilidade de produção local, visando também a exportação. É preciso superar o paradigma de País importador e conquistar autossuficiência na produção", afirma o executivo.

Segundo David, a elaboração de um marco legal da

eletromobilidade seria outro avanço do setor, com o intuito de dar segurança jurídica aos investidores interessados no desenvolvimento do segmento. "O marco estabeleceria as regras para a comercialização da energia elétrica utilizada nos carregadores, assim como tarifas diferenciadas na recarga de bateria fora dos horários de pico do sistema elétrico", conclui.

2 AUTONOMIA REDUZIDA Em janeiro passado, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) surpreendeu ao determinar a redução de, em média, 30% na autonomia dos carros elétricos informada pelas montadoras.

Para o órgão, a medida reflete mais fielmente o uso desse tipo de carro e está alinhada às resoluções do Rota 2030. "A decisão não faz sentido e deixa o consumidor resabiado, porque ele pode considerar temerário viajar com um carro elétrico e ficar sem bateria no meio do caminho", afirma Adalberto Maluf, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

3 IMPOSTOS ALTOS Adalberto Maluf destaca que a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos elétricos foi reduzida no ano passado, mas ainda é superior em relação aos veículos com motor a combustão. "Um carro 1.0 flex, por exemplo, paga 3,27%, enquanto o imposto do automóvel movido a bateria é de até 10%", revela.

"Baixar um pouco mais seria um estímulo para as vendas." **4 DESINFORMAÇÃO SOBRE BATERIA** Muitos consumidores não sabem o que fazer com a bateria ao fim de sua vida útil - que dura de oito a dez anos. Assim, não querem passar por vilão do meio ambiente, e, por isso, adiam a compra do carro elétrico. "Ainda há desconhecimento sobre a segunda vida da bateria", assinala Maluf.

Quando não serve mais para fornecer energia ao veículo, o componente pode ser utilizado para iluminar um estabelecimento ou ligar um eletro doméstico. Depois de totalmente exaurida, a bateria passa por reciclagem.

"Algumas informações são muito distorcidas", diz o presidente da ABVE. "Já ouvi gente dizer que as baterias são produzidas por trabalho análogo à escravidão no Congo e que os carros elétricos

provocarão colapso no fornecimento de energia no Brasil - o que não é verdade.

Tudo isso espanta o interessado por um carro elétrico." 5POUCAS CONFIGURAÇÕES Para se popularizar rapidamente no País, o carro elétrico precisa ocupar mais espaço no portfólio das marcas.

"Afim, faltam representantes em algumas configurações, como picapes, hatchbacks pequenos e SUVs compactos", diz Maluf.

"Não adianta oferecer modelos apenas nas versões maiores, que são bem mais caras."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Biden propõe taxar mais os ricos para financiar saúde pública

Justin Sink e Josh Wingrove Bloomberg

O orçamento do presidente dos EUA, Joe Biden, vai propor elevar encargos sociais descontados em folha dos assalariados americanos que ganham mais de US\$ 400 mil ao ano. Isso, segundo a Casa Branca, permitirá financiar o programa Medicare por mais 25 anos. O Medicare é o sistema federal americano de seguro-saúde para pessoas com mais de 65 anos de idade.

"O orçamento que divulgarei nesta semana tornará o Medicare solvente para além de 2050, sem cortar um centavo de benefícios", disse Biden ontem. "Na verdade, poderemos obter um resultado mais compensador, garantindo que os americanos recebam assistência melhor pelo dinheiro com que contribuem para o Medicare." É pouco provável que seu plano seja aprovado na Câmara dos Deputados, que é controlada pela oposição republicana. mas a proposta é um importante sinalizador das negociações sobre os gastos do governo, além de oferecer ao presidente a oportunidade de explicitar suas prioridades publicamente.

O orçamento federal, a ser divulgado amanhã, propõe elevar a alíquota dos encargos recolhidos para o Medicare de 3,8% para 5% sobre a renda anual superior a US\$ 400 mil e eliminar uma brecha fiscal que donos de empresas e beneficiários de alta renda usam para evitar **impostos** adicionais. Se aprovado, o plano reforçará as reservas do Medicare em US\$ 200 bilhões nos próximos 10 anos.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187486?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187486?page=1§ion=1)

PIB cai na África do Sul

A economia da África do Sul encolheu 1,3% no quarto trimestre, em relação ao terceiro, mais do que o previsto. A principal causa são os blecautes **impostos** pela estatal Eskom. Problemas nas usinas elétricas da Eskom obrigaram a empresa a fazer cortes quase diários no fornecimento de energia no período. Desde então a crise de energia se agravou, levando o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, a decretar estado de desastre na segunda-feira. Os blecautes custam US\$ 50 milhões por dia ao país e representam o maior risco ao crescimento econômico, diz o banco central sul-africano.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1§ion=1)**

Contribuintes se organizam para ficar em dia com a Receita

ELCK OLIVEIRA DA REDAÇÃO

A pouco mais de uma semana para o início do prazo de envio da Declaração do Imposto de Renda - neste ano, a Receita estendeu um pouco mais esse tempo e ele vai de 15 de março a 31 de maio - tem muito contribuinte já angustiado com a obrigação, reunindo documentos e procurando profissionais da área da contabilidade para ajudar nesta missão. É o caso do servidor público Paulo Sérgio Santos, de 43 anos, que já está em contato com a contadora que o ajuda desde o início deste mês. "Estou me preparando ao longo do ano, organizando notas fiscais de despesas médicas particulares e os demais documentos que ficam disponíveis no início do ano pelo meu trabalho. Assim que recebido, passo para a contadora", explica ele, que mora em Belém.

Para Paulo, adiantar a organização da documentação representa a possibilidade de garantir a restituição nos primeiros lotes. "Além disso, quando a gente deixa para a última hora, pode correr o risco de perder o prazo e pagar multa. E eu evito pagar multa. Estar quite com o Fisco é fundamental, pois o meu CPF estará o tempo todo regular, e isso evita que eu venha a ter algum problema na aquisição de um bem, por exemplo, entre outros", argumenta.

Paulo é um contribuinte consciente. A contadora que o ajuda é Suélen Gomes. Ela diz que tem estimulado seus clientes a agirem da mesma maneira, antecipando essa organização e se preparando para utilizar a versão pré-preenchida da declaração, que é acessível por meio do sistema gov.br, para usuários com o nível de segurança "prata" ou "ouro". "Essa versão pré-preenchida, que a Receita disponibiliza desde o ano passado, é interessante porque ela é feita diretamente na base do programa gerador do Imposto de Renda, o que minimiza o risco de erros e do contribuinte cair na malha fiscal, então, o que fica para mim como contadora é mais o serviço de auditar parver se as informações colocadas ali estão de fato corretas", ressalta.

PIX Ainda segundo Suélen, uma novidade no processo de entrega da Declaração é que a **Receita Federal** dará prioridade para quem escolher a restituição via pix, mas com uma observação, que a chave seja o CPF do contribuinte. "Por isso, também tenho orientado os meus clientes que ainda não têm

esse tipo de chave, que procurem criar", completou. O especialista em **tributos** Rogério Moura explica que quem optar por não fazer a declaração pré-preenchida poderá fazer no modelo tradicional, por meio do programa gerador da **Receita Federal**, que será disponibilizado a partir de 15 de março. Nesse caso, é ainda mais importante estar com toda a documentação referente a fontes pagadoras e possíveis despesas bem organizada.

"Esses documentos são aqueles que comprovem as suas despesas e as suas fontes pagadoras, de maneira completa e válida para o Fisco. Na verdade, o ideal seria que o contribuinte já viesse organizando esse material desde janeiro de 2022, até porque a atualização desse histórico de lastro patrimonial permite sanar qualquer divergência perante o Fisco. Assim, organização e planejamento são a chave para entregar a sua declaração e ter a sua restituição de acordo com os lotes que a Receita vai liberando", esclareceu.

Ainda de acordo com Moura, em alguns casos, o contribuinte é obrigado a fazer a Declaração como aquele que recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2022; quem recebeu mais de R\$ 142 mil em atividade rural (agricultura, por exemplo) ou quem saiu em definitivo do País, por exemplo, entre outros casos. "O principal fator que faz as pessoas caírem na malha fina, sem dúvida, é a falta de observação das suas fontes de renda, a omissão de informação, por isso, toda atenção é necessária", orienta

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Orçamento pune mulheres

ROSANA HESSEL

Nos últimos quatro anos, o orçamento para combater a violência contra mulheres encolheu. Em 2020, no auge da pandemia da covid-19, o volume executado ficou abaixo de 30% do orçamento previsto no então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Os dados integram um levantamento feito pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

A pesquisa do Inesc, divulgada ontem, abrange os anos de 2019 a 2022. O estudo constata que o volume autorizado de gastos com ações de enfrentamento à violência, promoção da igualdade e da autonomia das mulheres encolheu ou teve execução inferior ao previsto. Os dados monitorados compreendem despesas com medidas como a construção e apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira; construção de centros de atendimento às mulheres; adoção de políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres, como as centrais de atendimento à mulher Disque 100 e Ligue 180.

Entre 2019 e 2020, por exemplo, o total orçado para as mulheres caiu de R\$ 76,5 milhões para R\$ 43,8 milhões - redução de 42,8%. E, justamente no ano em que o ministério tinha maior volume autorizado no orçamento ao combate à violência contra a mulher, de R\$ 141,3 milhões, durante 2020, o governo executou apenas 29,4% dos gastos previstos, ou seja, R\$ 38,2 milhões.

De acordo com o Inesc, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo anterior deixou "sobrar" 70% dos recursos voltados para o enfrentamento da violência contra as mulheres em 2020, durante a pandemia. "Esse percentual correspondia, à época, a um montante de R\$ 103,1 milhões (dado corrigido pela inflação), que não chegou aos estados e municípios para financiar a rede de atendimento às mulheres", informa o relatório.

O gasto de 2020 ainda foi 33% inferior ao de 2019. De acordo com nota técnica do Inesc, assinada pela assessora política da instituição, Carmela Zigoni, naquele ano, as mulheres, "mais do que nunca, precisavam do apoio do estado, uma vez que as condições de vida pioraram de um modo geral, e a violência doméstica aumentou quando muitas tiveram de fazer o isolamento social com seus agressores".

Casa da Mulher

O Inesc mostrou ainda que, apesar de terem sido criadas diversas diretrizes para a sua implementação nos últimos quatro anos, a Casa da Mulher Brasileira "foi negligenciada" "do ponto de vista da execução financeira". "Em 2019, nenhum recurso foi gasto, ainda que existissem R\$ 24,3 milhões autorizados para construção".

O estudo cita que, conforme os dados do governo federal, no ano passado, existiam 30 Casas da Mulher Brasileira em "implementação", sendo nove em fase de construção e sete em funcionamento. "Trata-se de um número muito aquém considerando que, em 2014, a meta de implementação era de 27 casas, uma em cada capital do Brasil", ressalta o relatório.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/08/all.pdf>

Fed diz que juro pode subir mais que o previsto

O Federal Reserve (banco central americano) pode precisar elevar os juros mais do que o esperado em resposta aos recentes dados econômicos fortes dos Estados Unidos. O Fed também está preparado para aumentar o ritmo de alta se os dados sugerirem a necessidade de medidas mais duras para controlar a **inflação**, disse o presidente do banco, Jerome Powell, ao Congresso norte-americano nesta terça-feira (7).

"Os dados econômicos mais recentes chegaram mais fortes do que o esperado, o que sugere que o nível final dos juros deve ser mais alto do que o previsto anteriormente", disse Powell em comentários preparados para uma audiência perante o Comitê Bancário do Senado.

Embora parte dessa força econômica inesperada possa ter ocorrido devido ao clima quente e outros efeitos sazonais, Powell disse que o Fed está ciente de que também pode ser um sinal de que o banco central precisa fazer mais para conter a **inflação**, talvez até voltando a aumentar os juros em altas maiores do que 0,25 ponto percentual, nível que as autoridades planejavam seguir.

"Se a totalidade dos dados indicar que um aperto mais rápido se justifica, estaremos preparados para aumentar o ritmo das altas de juros", disse Powell.

Os comentários desta terça-feira foram os primeiros do presidente do Fed desde que a **inflação** disparou inesperadamente em janeiro e marcam um reconhecimento de que um "processo desinflacionário", do qual ele falou repetidamente em uma entrevista a jornalistas em 1º de fevereiro, não está se dando sem sobressaltos.

As falas de Powell, indicando fortemente que as autoridades do Fed projetarão um ponto final mais alto para a taxa de juros de referência do banco central na próxima reunião de 21 e 22 de março, provocaram uma rápida reavaliação nos mercados de títulos, com investidores elevando para acima de 70% as chances de que o Fed irá aprovar um incremento de 0,50 ponto percentual na próxima reunião. Os mercados de ações caíram e o dólar era negociado em alta nos EUA.

A divulgação em 10 de março do relatório de empregos do Departamento do Trabalho dos EUA de fevereiro e um relatório de **inflação** na próxima

semana serão dados importantes para moldar esse resultado.

A taxa básica de juros do Fed está atualmente na faixa de 4,50% a 4,75%. Em dezembro, as autoridades projetaram que essa taxa avançaria para cerca de 5,1% no pico, limite que investidores agora veem que pode subir pelo menos 0,50 ponto percentual.

Verde Asset vê sinais de crise de crédito e ruído desnecessário"

Diante de um ambiente global desafiador, o mercado brasileiro segue afetado pelo barulho gerado pelo governo, segundo avaliação da gestora Verde Asset, liderada por Luis Stuhlberger e Luiz Parreiras, em carta enviada a investidores nesta terça (7). No texto, a empresa afirma que a economia brasileira pode estar no início de uma crise de crédito que irá demandar "boas políticas públicas". O governo brasileiro, por sua vez, pode jogar oportunidades fora com "bravatas", diz.

"Há sinais de um incipiente "credit crunch" [crise de crédito] atingindo a economia brasileira, cujo enfrentamento requer boas políticas públicas e não bravatas", segue o texto.

Ela diz que o mercado segue focado no barulho gerado pelo governo. "Mesmo medidas corretas da perspectiva fiscal, como a reoneração dos combustíveis, conseguem ser acompanhadas de graus excessivos de ruído desnecessário e contraproducente, neste caso, a taxação das exportações de petróleo e os reiterados ataques ao Banco Central"

A Verde Asset começou com um fundo em 1997 e tinha patrimônio de R\$ 1 milhão. Hoje, passa do s R\$ 55 bilhões em ativos geridos. D ou glas Gavras

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50209&maxTouch=0&_ga=2.230801119.1399432319.1678080940-1380897342.1635735907

Crise muda perfil de startups e investidores

LUCAS AGRELA

O cenário macroeconômico com **inflação** e juro alto tirou a liquidez do mercado e tornou mais difícil a vida de startups, que precisam captar investimentos para sobreviver. No ano passado, essas companhias levantaram US\$ 4,46 bilhões (cerca de R\$ 22,8 bilhões) ante US\$ 9,8 bilhões (R\$ 50,8 milhões) em 2021, segundo a Distrito, plataforma digital com soluções para startups.

A queda força os dois lados do balcão a adotar novos critérios na negociação desses investimentos.

Se antes os fundos - e as próprias startups - buscavam o crescimento a todo custo, agora a história é outra. A escassez de capital tornou uma necessidade que as companhias tenham, desde o começo, um plano para ter as contas em dia - sem contar com aportes para continuar a trajetória de crescimento.

Além de o negócio ter o produto certo para o seu mercado, os fundamentos passaram a importar mais na decisão de investimento dos fundos.

Na visão de Karina Rossi, especialista da plataforma de crowdfunding para startups SMU Investimentos, há um consenso no setor de que houve uma euforia exagerada das startups nos últimos anos. Por isso, agora os fundos e as próprias empresas estão mais comedidos em suas ações.

"Parecia que era uma corrida de quem era mais legal, com tênis e kits home office para funcionários.

Pensando em todas demissões, seria melhor não ter gastado esse capital e ter mantido mais pessoal", diz Karina.

"Não que não sejam medidas importantes para engajamento, são necessárias. Mas, quando chega a escassez de capital, tudo isso parece supérfluo." Só no ano passado, foram quase 4 mil demissões nas startups "unicórnios" (avaliadas acima de US\$ 1 bilhão, ou R\$ 5,2 bilhões) - e o movimento continua neste ano, com cortes em nomes como iFood, Loft, Olist, Loggi e Neon.

ROMBOS.

Os gastos eram uma forma de chamar a atenção no mercado para atrair os melhores profissionais. E, para

isso, as startups do Brasil e do mundo cresciam e sobreviviam graças ao dinheiro de investidores.

Ainda sem ter uma direção definida ou sem conseguir atingir o topo do segmento, as startups usavam todo o capital disponível para conquistar clientes.

Ou seja, eram empresas que ficavam no vermelho e cobriam o rombo nas contas com novos aportes de fundos.

Agora, o crescimento acelerado a todo custo não é mais bem visto como antes. O plano de negócios precisa ter clareza em relação às principais fontes de receita. "A cada transação, uma startup de crescimento muito acelerado perde dinheiro.

Esse tipo de empresa ganhava investimento porque as pessoas acreditavam que a liderança de mercado viria e, com isso, melhorariam as finanças. Agora, os investidores buscam essa saúde financeira desde o princípio", afirma Thiago Maluf, sócio do Igah Investimentos.

O novo contexto econômico mudou ainda o prazo que os fundos têm para avaliar as propostas de investimentos, que chegavam a ser de apenas uma semana - agora, há mais tempo de negociação. Para Maluf, o aumento do tempo para avaliar a possibilidade de fazer investimentos e tornar-se um parceiro de negócios nas startups é positivo para todas as partes envolvidas. Nos investimentos da empresa, que são feitos considerando um horizonte de quatro a cinco anos, o prazo de uma resposta a uma proposta de aporte é entre seis e dez semanas, levando até quatro meses para o dinheiro estar na conta da startup.

CAUTELA.

Diogo Garcia, líder do programa de inovação Emerging Giants da consultoria KPMG, diz que a cautela maior não significa necessariamente que o capital tenha sumido, apesar de alguns investidores estarem em compasso de espera.

"Esse é um momento de ajuste de mercado. As startups que se provarem, que fizeram bom trabalho, entendem quem são os clientes, têm bom modelo de negócio e boas margens, vão continuar em uma jornada de crescimento relevante", diz.

Segundo Brian Requarth, cofundador e CEO da

Latitud, que orienta empresas da América Latina sobre como desenvolver seus negócios de forma global e captar investimentos, é preciso uma nova conduta. "O novo perfil das startups que conquistaram aportes de capital de risco em 2023 já começa com uma estrutura corporativa correta. Esse é o primeiro alerta, e um alerta fundamental porque muitas startups só percebem isso tarde demais", afirma.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IGP-DI desacelera, mas núcleo preocupa

Alessandra Saraiva Do Rio

A **inflação** apurada pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) desacelerou de 0,06% em janeiro para 0,04% em fevereiro, menor taxa desde novembro de 2022 (-0,18%), informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo André Braz, economista da fundação responsável pelo indicador, a taxa menor foi favorecida por queda e desaceleração de preços, no atacado e no varejo.

O técnico, no entanto, faz um alerta. O núcleo da **inflação** varejista do IGP-DI, apurado a partir de exclusão das principais quedas e elevações e usado para mensurar tendências, acelerou de 0,28% para 0,36% entre janeiro e fevereiro. Foi a maior taxa desde junho de 2022 (0,57%) e levou o núcleo em 12 meses a 5,60% até fevereiro, também a mais elevada taxa desde junho de 2022 (7,34%). "É um "sinal amarelo" que pode indicar sustentação de juros altos", resumiu.

Segundo Braz, o núcleo indica persistência inflacionária. Esse é um problema combatido pelo Banco Central (BC), por meio de manutenção de taxa básica de juros (Selic) em patamar elevado.

Ao detalhar o comportamento inflacionário apurado pelo indicador, na taxa mensal, Braz explicou que a taxa menor do índice foi influenciada por dois fatores. Um deles foi manutenção de queda em preços atacadistas, 60% do total do IGP-DI; e o outro, arrefecimento de alta de preços no varejo.

No caso do primeiro fator, ele comentou que o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-DI), subíndice que representa o atacado, passou de -0,19% para -0,04% de janeiro para fevereiro. Mesmo mais fraca, a deflação contribuiu para manter taxa do IGP-DI em patamar reduzido, comentou ele.

Commodities com preços em desaceleração, como minério de ferro (de 7,05% para 2,63%); e em queda, como soja (-3,06%) e bovinos (-2,37%) levaram à continuidade do recuo no IPA-DI.

A atual desaceleração da economia global, que reduz fluxo de comércio, tem diminuído procura por commodities há meses.

Com menor demanda, isso favorece menores preços.

Já no varejo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), 30% do IGP-DI, desacelerou de 0,80% para 0,34% de janeiro para fevereiro, beneficiada por queda de preços no grupo Alimentação (de 0,48% para -0,03%). As notícias de boa oferta de grãos neste ano, com possibilidade de safra recorde, elevaram oferta de alimentos no varejo no começo do ano e reduziram preços, explicou Braz.

Mas no núcleo inflacionário varejista o cenário é outro e não sinaliza desaceleração, admitiu o pesquisador. No entendimento do técnico, o núcleo do IPC-DI indica **inflação** ainda espalhada, e persistente, no país até fevereiro, mesmo com alta de preços menor na evolução mensal dos indicadores inflacionários.

Esse ponto pode ser usado pelo Banco Central como mais uma justificativa para Selic em patamar elevado, pelo menos até segundo semestre, admitiu.

Elevar juros básicos é uma das estratégias para conter **inflação**, por inibir consumo - visto que ambiente de juro caro não estimula maior ritmo de compras.

"O núcleo do IPC-DI em 12 meses também está acima do IPC em 12 meses [4,67% até fevereiro]", acrescentou. "É maior preocupação para autoridade monetária [BC], espalhamento das pressões inflacionárias, elas sustentando os núcleos [para cima]." A FGV informou ainda que o Índice Nacional do Custo da Construção (INCC-DI) desacelerou de 0,46% para 0,05% entre janeiro e fevereiro.

Até fevereiro, o IGP-DI acumula altas de 0,09% no ano e de 1,53% em 12 meses, informou ainda a fundação.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1§ion=1>

Covid aumentou diferença de renda entre os gêneros

Marsílea Gombata De São Paulo

A desigualdade de renda do trabalho entre homens e mulheres aumentou com a pandemia e ainda não se recuperou do choque da covid-19. Quando o recorte é idade, a diferença de rendimento médio real dentre aqueles entre 18 e 59 anos de idade cresceu desde o fim de 2019. O mesmo vale quando se analisam setores como educação, saúde, administração pública, transporte e outros serviços.

Quando o recorte é escolaridade, o cenário é heterogêneo.

Especialistas afirmam que as diferenças são maiores em regiões economicamente mais dinâmicas e que a pandemia afetou mais as mulheres por causa da dupla jornada.

Afirmam que solucionar a sub-representação feminina em postos de alta remuneração é um trabalho de longo prazo, que passa também por ofertar serviços públicos do cuidado.

Apesar da redução da desigualdade nos últimos dez anos homens entre 18 e 24 anos recebem R\$ 1.686 em média e mulheres da mesma idade, R\$ 1.439. No grupo entre 25 e 39 anos, homens ganham R\$ 3.104, e mulheres, R\$ 2.502. A discrepância cresce conforme a idade avança - homens de 40 a 59 anos ganham R\$ 3.526, e mulheres, R\$ 2.663. Na faixa etária de 60 anos ou mais, homens recebem R\$ 3.693, e mulheres, R\$ 2.597, segundo dados do quarto trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) Contínua reunidos pela LCA Consultores.

Quando se analisam os setores, a diferença de rendimentos médios, com os homens ganhando mais que as mulheres, chega a 29,8% dentre homens e mulheres que trabalham em serviços domésticos, 42,3% em outros serviços, 68,7% em educação, saúde humana e serviços sociais, e mais de 41% em indústria e em informação, comunicação e atividades financeiras.

No setor de construção ocorre o inverso - a diferença de rendimentos médios é puxada pelas mulheres ganhando mais.

Se o recorte é grau de instrução, o retrato é mais

heterogêneo. Os salários mais altos dos homens são visíveis em todos os graus de instrução, mas se manifesta com mais força dentre empregados com ensino superior incompleto.

"Essas diferenças foram ainda mais acentuadas com a pandemia.

Vivemos em uma sociedade em que mulheres acabam encarregadas de afazeres domésticos e de cuidar de crianças, sendo que muitas acabaram não conseguindo colocar seus filhos na escola", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA.. "Essas mulheres foram as mais afetadas pelo mercado trabalho.

Algumas ficaram sobrecarregadas com a dupla jornada, outras tiveram de sair para cuidar de afazeres domésticos e filhos, outras não conseguiram se reinserir." O economista afirma que essa dupla jornada tem relação com a sub-representação das mulheres na arena política, que influencia na oferta de leis em prol de mulheres com filhos. "Existe diferença salarial entre homens e mulheres, mas também entre mulheres mães e não mães. O empregador sabe que tem mais custos com mulheres mães", diz. "Isso afeta como as leis vão moldando o mercado de trabalho. E acaba impactando o salário da mulher para a vida toda." Para Janaína Feijó, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o cenário hoje explicita o retrocesso no que diz respeito à equidade de gênero no mercado de trabalho.

"Após dois anos de pandemia, estamos retrocedendo a passos largos em termos de inserção feminina no mercado de trabalho", diz.

Ela afirma que nas regiões do país que são pouco dinâmicas economicamente a diferença de rendimentos entre homens e mulheres é baixa. É o caso de Estados como Acre, onde a diferença é de 4,7%, ou mesmo no Maranhão, onde chega a 8%, segundo números da Pnad C compilados pela economista.

Mas, enquanto em São Paulo, por exemplo, a economia mais dinâmica e a grande variedade de postos de trabalho explicam diferenças.

No Distrito Federal, a quantidade de homens no

Legislativo explica por que empregados ganham mais do que empregadas.

O Brasil mostra um padrão parecido ao de seus vizinhos na América Latina, afirma Flávia Biroli, cientista política da Universidade de Brasília (UnB). "As mulheres têm participação menor na força de trabalho remunerado, e informalidade e desemprego são maiores entre mulheres, o que significa que têm menos garantia que os homens. Há desigualdades nas mesmas ocupações, e mesmo quando são mais educadas, enfrentam maior desigualdade", diz.

Ela argumenta que parte desse cenário é reflexo do "machismo enquanto força organizadora da sociedade", com mulheres contratadas para vagas de menor valor e menos promovidas que homens.

"Mas, em termos de causas, nos limitamos se olharmos para essa desigualdade como resultado de padrões e machismo, sem entender que a sociedade responsabiliza mulheres pelo trabalho doméstico, e isso dificulta muito sua vida profissional", afirma.

"O horário da creche não bate com o do trabalho, assim como o da reunião da escola. Se ela sai de licença-maternidade, muitas vezes retorna e não assume as funções anteriores. As rotinas não são acomodadas para a maternidade. A própria mulher pode pensar que é melhor ela não ficar em lugar de chefia. Isso cria padrões diferentes para mulheres e homens." O problema, afirma Flávia, não é o fato de as mulheres cuidarem, mas de os homens não cuidarem e de a sociedade não estar preparada para ofertar e assumir serviços de cuidado. Se houvesse escolas em horário integral, compatível com o do trabalho e acessível, o panorama seria outro, diz. "Enquanto fizermos a responsabilização do cuidado recair sobre mulheres, teremos desigualdade de gênero nas relações de trabalho", alerta.

Ela afirma que, mesmo que houver compartilhamento das tarefas com os homens, corre-se o risco de haver o problema reverso. Por isso, defende, é preciso oferta de serviço público do cuidado.

Ana Gúezmes, diretora da divisão de Assuntos de Gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal), diz que a sobrecarga do trabalho de cuidado limita a inserção das mulheres na educação, na participação política, e em atividades para receber mais ingressos, central para sua autonomia.

"Liberar o tempo das mulheres e garantir sua autonomia econômica produz externalidades positivas que repercutem no restante da economia e, conseqüentemente, na arrecadação fiscal do Estado",

diz, ao lembrar que na América Latina uma de cada duas mulheres estão fora da força de trabalho, em comparação à proporção de um para quatro entre os homens.

"Na região, as mulheres dedicam 19,6% do seu tempo ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, enquanto os homens dispõem apenas 7,3% do seu tempo para isso. Ou seja, dedicamos a essas atividades quase o triplo do tempo que eles", continua.

Ana acrescenta que o aporte do trabalho não remunerado das famílias ao **PIB** variou de 15,9% a 27,6% nos dez países onde isso foi mensurado. "Cerca de 74% desse aporte é realizado por mulheres", afirma. "Apesar de sua contribuição à economia, o trabalho doméstico e de cuidados é pouco valorizado socialmente e não costuma ser contabilizado no **PIB**." Depois de muitas mulheres terem deixado seus trabalhos para se dedicar à economia do cuidado na pandemia, diz, o que implicou um retrocesso de quase duas décadas na participação laboral feminina, desde 2021, a recuperação do emprego tem sido desigual.

"Entre homens e mulheres, a brecha do desemprego não conseguiu ser diminuída. Isso também se manifesta na população desocupada. A taxa de desocupação para mulheres em 2021 na região foi de 11,3%, enquanto para os homens foi de 7,7%. Dentre os mais pobres (primeiro quintil), as brechas se acentuaram: 18,9% para mulheres e 13,1% para homens", afirma.

Bruna Oliveira Holmo, de 37 anos, parou de trabalhar quando a filha nasceu, há seis anos. Depois de uma gravidez complicada marcada por placenta prévia, bolsa rota e pré-eclâmpsia, Sofia nasceu na 26ª semana de gestação com 670 gramas e 23 centímetros de comprimento.

"Foi um trauma muito grande, ela era prematura extrema.

Foi decisão minha parar de trabalhar para cuidar dela", conta.

À época, Bruna havia deixado de lado a carreira de pedagoga para trabalhar em um salão de beleza em São Caetano do Sul, no ABC Paulista, e dando cursos de depilação e manicure.

Agora tenta voltar para uma área nova. Fez um curso de editoração e está cursando letras a distância.

Montou um Instagram para dar dicas de leitura e ajudar a impulsionar a nova carreira.

"Estou tentando voltar, de olho nas coisas que surgem no LinkedIn.

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1§ion=1>

A maternidade me afetou muito. Não me arrependo de ter saído do mercado, mas me arrependo de ter demorado para voltar", afirma, ao dizer que quanto mais tempo fora do mercado, mais complicado é retornar.

A maternidade traz a ideia de que se retrocedem várias casas na carreira, afirma uma advogada que trabalha em escritório de direito corporativo de médio porte e pediu para não ser identificada.

"Quando você volta de licença-maternidade, acaba voltando umas casas que, se não tivesse saído de licença, estaria mais à frente", diz a advogada, mãe de três filhos.

"O impacto na carreira não é só na licença, mas nessa retomada.

Não há qualquer tipo de concessão e quem volta acaba sendo julgada pelas mesmas réguas de quem não saiu. A mulher que volta da licença tinha de ser dispensada da avaliação [para progressão de carreira] naquele ano." Ela conta que estava na comissão de avaliação de sócios do escritório e nas fichas dos homens que haviam entrado no meio do ano aparecia asterisco indicando que o funcionário não havia trabalhado o ano todo ali. Para mulheres que haviam tirado licença-maternidade, isso não ocorria e, no fim, parecia que tinham desempenho pior.

"Quando alguém sai para estudar fora, é promovido no retorno.

Mas quando sai de licença tem essa promoção questionada", diz.

Ela observa ainda que é comum na base da pirâmide haver mais mulheres e, nas posições mais altas, majoritariamente homens.

A assimetria de gênero aumenta conforme cresce o grau de remuneração.

Levantamento feito pelo FGV Ibre com base nos dados da Pnad Contínua mostra que no grupo dos 10% mais bem remunerados por hora trabalhada, apenas 33% são mulher. "No topo, a diferença é bem representativa." "As mulheres representam um terço, quando se comparam indivíduos semelhantes, de 24 a 49 anos e com ensino superior", diz a advogada "Essa sub-representação é constante ao longo do tempo e não será resolvida com uma canetada."

Site:

Comércio exterior chinês começa o ano em queda

Joe McDonald Associated Press, de Pequim

As exportações e importações da China continuaram caindo nos primeiros dois meses do ano, refletindo a menor demanda dos EUA e da Europa. Isso eleva a pressão sobre o governo chinês para reativar o crescimento econômico.

Nos dois primeiros meses do ano, as exportações chinesas caíram 6,8% em relação a igual período do ano passado, para US\$ 506,3 bilhões, uma leve melhora em relação à queda de 10,1% em dezembro, segundo dados oficiais divulgados ontem. As importações caíram 10,2%, para US\$ 389,4 bilhões, aprofundando a contração de 7,3% em dezembro. O superávit comercial da China nos dois meses subiu 0,8% ante igual período de 2022, para US\$ 116,9 bilhões.

Essa nova retração no comércio exterior lança dúvidas sobre as perspectivas para a segunda maior economia do mundo, num momento que a China começa a se recuperar gradualmente das rígidas restrições da política de covid- zero e dos surtos da doença.

Analistas esperavam um enfraquecimento do comércio exterior chinês diante da crescente probabilidade de uma recessão nas economias ocidentais, após os aumentos de juros do Fed (o BC americano) e do Banco Central Europeu para esfriar a atividade econômica e a baixar a elevada inflação.

Isso aumenta as complicações para o governo reavivar o crescimento econômico, que caiu no ano passado para 3%, a segunda taxa mais baixa desde os anos 1970.

Pequim estabeleceu para este ano uma meta de crescimento de "cerca de 5%" e tenta encorajar a demanda do consumidor para reduzir a dependência de exportações e investimentos.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187486?page=1§ion=1)